

# PÓLIS

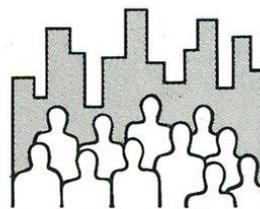
Nº 17, 1994



Adauto Novaes Altair José Moreira Beatriz Pardi  
Francisco Ferron Herbert de Souza  
Javier Pérez de Cuéllar Jorge Antunes  
José Carlos Capinan Marilena de Souza Chauí  
Maurício Faria Nicolau Sevcenko  
Núcleo Henfil de Cultura Sérgio Mamberti

Hamilton Faria e Valmir de Souza (orgs.)

PROJETO  
CULTURAL  
PARA  
UM  
GOVERNO  
SUSTENTÁVEL



**Pólis**

INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E  
ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS

## Publicações Pólis

ISSN-0104-2335

### CATALOGAÇÃO NA FONTE — CDI

FARIA Hamilton José Barreto de, org. e SOUZA, Valmir de, org.  
**Projeto Cultural para um Governo Sustentável.**  
São Paulo, Pólis, 1994. 144p. (Publicações Pólis, 17).

1. Política Cultural 2. Cultura urbana 3. Desenvolvimento sustentável 4. Políticas Públicas 5. Programa de governo 6. Gestão Participativa.  
I. Pólis. II. Título. III. Série.

Tesouro Pólis:	337.24
	11
	321.620
	32
	311.324.13
	421.15

#### Índice para catálogo sistemático:

Política Cultural	337.24
Cultura urbana	11
Desenvolvimento sustentável	321.620
Políticas Públicas	32
Programa de governo	311.324.13
Gestão Participativa.	421.15

#### **PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais**

Endereço: Rua Joaquim Floriano, 462 — Itaim Bibi  
CEP 04534-002 — São Paulo — SP — Brasil  
Tel.: (011) 820-2945, 820-6572  
Fax: (011) 820-5279

Com apoio financeiro da  
**EZE — Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe E. V.**  
Alemanha  
da  
**IAF - Fundação Interamericana - USA**  
e da  
**Fundação Ford - USA**

---

A

00702/94

# Projeto Cultural para um Governo Sustentável

à memória de *Elenir Gomes da Silva* e  
*Márcia Aparecida Caetano Pereira*  
ex-colegas de trabalho

para lembrar o finito e o eterno

POLIS INST. DE ESTUDOS,  
FORM. E ASSES. POLITICAS SÓCIAIS  
CDI

---

---

## Equipe do Pólis

*Diretoria:* Silvio Caccia Bava, Maria Elisabeth Grimberg, Vera Telles, Hamilton José Barreto de Faria e Carlos Morales.

*Equipe Técnica:* Ana Amélia da Silva, Anna Luiza Salles Souto Ferreira, Ana Luiza Motta, Christiane Costa, José Carlos Vaz, Marco Antonio de Almeida, Maria Conceição Sepúlveda, Nelson Saule Jr., Osmar de Paula Leite, Victor Augusto Petrucci, Rosana Elisa Catelli, Valmir de Souza, Ruth Simão Paulino, Jorge Kayano, Renata Villas-Boas.

*Equipe Administrativa:* Jamil Rogério dos Santos, Paulo Bettinelli, Erica M. Letzerich, Daniel da Silva, Patricia Gaturamo, Ângela Maria Bezerra, Nilza A. de Paula, Valéria Ferreira de Aguiar.

## Equipe de Realização

*Organização, edição e programação visual :* Hamilton Faria e Valmir de Souza

*Diagramação:* Jamil Rogério dos Santos

*Digitação:* Paulo Bettinelli

*Capa e ilustrações:* Bicos de Pena do artista Marcelo Bicalho e Hexagramas do I CHING

## AGRADECIMENTOS

- A toda equipe do Pólis, pelas sugestões sempre presentes
  - Aos Conferencistas: Beatriz Pardi, Francisco Ferron, Maurício Faria, Sérgio Mamberti
  - Aos autores dos Artigos e das Propostas: Javier Pérez de Cuéllar, Herbert de Souza, Nicolau Sevcenko, Altair José Moreira, Sérgio Mamberti, Marilena de Souza Chauí, José Carlos Capinan, Jorge Antunes, Núcleo Henfil de Cultura - RJ, Aduino Novaes
  - À Folha de S. Paulo, pelos artigos cedidos gentilmente para esta publicação
  - Aos participantes do Seminário **Projeto Cultural para um Governo Sustentável**
  - Ao "Calendário Cultural da USP" (Pró-Reitoria de Cult. e Ext. Universitária - USP)
  - Ao artista Marcelo Bicalho, pelas ilustrações criadas para esta Revista
  - Ao Edgard Luiz de Barros, pelas contribuições valiosas
  - A Heloisa Nogueira, Marco A. R. Tura, José G. Simões Jr., Celso Spitzcovsky, Iume T. Tamoto, Marly Winckler, Verônica S. Pereira, Cristina C. Cabral, Maria Cândida Alves, Rita Joly, Marcia Bueno dos Reis de Rial, pelas lembranças que ficaram
-

---

## SUMÁRIO

	pág.
<b>Apresentação</b> . . . . .	1
<b>I - Seminário: Projeto Cultural para um Governo Sustentável</b>	
Participantes do Seminário . . . . .	5
Momento I: Governo Sustentável . . . . .	7
Momento II: Compondo a Diversidade . . . . .	33
<b>II - Desenvolvimento Humano e Políticas de Cultura</b>	
Olhando para o Século XXI: Cultura e Governo Sustentável	
<i>Hamilton Faria</i> . . . . .	65
Um Plano Marshall para a Cultura e o Desenvolvimento	
<i>Javier Pérez de Cuéllar</i> . . . . .	77
O poder transformador da cultura	
<i>Herbert de Souza</i> . . . . .	83
O czar, o circo e as tamareiras	
<i>Nicolau Sevcenko</i> . . . . .	85
Cultura e Desenvolvimento	
<i>Altair José Moreira</i> . . . . .	89
Estados Gerais da Cultura	
<i>Sérgio Mamberti</i> . . . . .	93
<b>III - Propostas de Cultura para Programas de Governo</b>	
Propostas para o Programa de Cultura de um Governo Democrático	
<i>Marilena de Souza Chauí e Adauto Novaes</i> . . . . .	99
Tópicos para uma Política Cultural	
<i>José Carlos Capinan</i> . . . . .	107
Um Programa de Ação para a Cultura	
<i>Jorge Antunes</i> . . . . .	113
Propostas do Núcleo Henfil de Cultura	
<i>Rio de Janeiro</i> . . . . .	117
Premissas e algumas Proposições para uma Política de Cultura	
<i>Hamilton Faria e Valmir de Souza</i> . . . . .	121
Carta de Cultura . . . . .	131

---



---

# APRESENTAÇÃO

Neste fim de século e milênio estamos passando por um período de transição cultural em nível global acompanhado por uma profunda reavaliação de valores, práticas e comportamentos.

Dentro desse processo nos perguntamos onde segue o curso do nosso desenvolvimento e quais os caminhos para a construção de uma sociedade sustentável.

Aqui estamos colocando a idéia de sustentabilidade como busca e manutenção do equilíbrio humano. Pensamos que sustentável é o governo empenhado na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em todos os níveis - a equidade, a justiça, o equilíbrio ecológico, a diversidade cultural, a dignidade individual, a cidadania, enfim, o desenvolvimento humano voltado para a construção de uma sociedade que persiga a felicidade não apenas para o tempo presente, mas também para o futuro.

Sustentável é o governo empenhado não apenas em atender demandas e desejos da população, mas também em incidir na modificação destes desejos e demandas pondo em questão valores culturais estabelecidos na sociedade, resgatando valores éticos e propondo novos comportamentos para o convívio social. Para tanto é impensável o entendimento da cultura separada de outras áreas de conhecimento e intervenção. Portanto, a cultura deve perpassar as diversas esferas da ação governamental.

O nosso debate está relacionado ao padrão de desenvolvimento que estamos vivendo: os efeitos colaterais que o crescimento econômico tem trazido são muitas vezes devastadores e sem nenhum respeito pelas identidades. Não se defende aqui uma volta a uma "idade de ouro" que vá redimir a humanidade, mas o princípio-base a se considerar é o do respeito à vida. Homens e mulheres portam sua memória e sua cultura que não devem ser vistas como simples adorno, mas como constitutivos da sua existência. Um governo que não pensa nesse aspecto não conseguirá ser sustentável por maior crescimento urbano e industrial que se tenha.

Estamos em um ano eleitoral. Os candidatos se movimentam, elaboram seus programas de governo; a sociedade civil faz propostas que possam ser incorporadas por candidatos e governos

---

eleitos. Esta revista pretende subsidiar o debate sobre programas de governo. A pergunta que se faz é: Qual o projeto cultural para um governo sustentável?

No dia 18 de abril deste ano realizamos no Instituto PÓLIS um Seminário com a presença de técnicos dos governos municipais, agentes culturais, profissionais de ONGs, artistas e parlamentares para debater alguns elementos de um projeto cultural viável e necessário na atualidade brasileira.

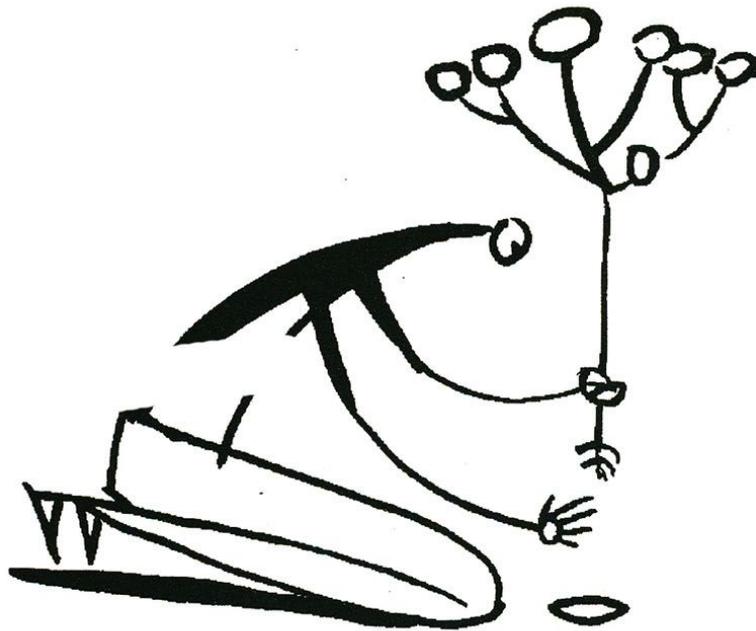
Convidamos como expositores algumas pessoas de reconhecida presença na sociedade civil, nos governos e no legislativo: os resultados apontam caminhos, preocupações, interrogações e perplexidades, convergências e divergências - um mosaico de idéias extremamente ricas e atuais - oriundas de práticas e pensares de entidades e pessoas representativas da sociedade civil no campo da cultura.

Nessa publicação, além deste Seminário, acrescentamos alguns documentos, propostas e artigos de pessoas e entidades que se têm destacado no debate cultural atual visando subsidiar a elaboração dos programas de governo. Que estas contribuições possam não apenas referenciar a formulação dos candidatos, mas constituir-se como um acúmulo de idéias, planos de ação e mesmo ideais que ultrapassem o tempo meramente eleitoral para se inscrever numa ação voltada para a invenção democrática e o desenvolvimento humano.

*Os organizadores*

# Seminário

## Projeto Cultural para um Governo Sustentável



"O homem não teceu a rede da vida, é apenas um dos fios dela. O que quer que ele faça à rede, fará a si mesmo."  
(Chefe Seattle)



---

# SEMINÁRIO

## PROJETO CULTURAL PARA UM GOVERNO SUSTENTÁVEL 18/04/94

### **Componentes da Mesa:**

Beatriz (Bia) Pardi - Deputada Estadual PT - SP

Francisco Ferron - Comitê de Entidades Culturais de  
São Paulo/SESC - SP

Hamilton Faria - Diretor do Instituto PÓLIS - SP

Maurício Faria - Vereador PT - SP

Sérgio Mamberti - Ator e Produtor Cultural - SP

Valmir de Souza - Pesquisador do Instituto PÓLIS - SP

### **Participantes:**

Agenor Palmorino Mônico Jr. - SMC - Depto. do Patrimônio  
Histórico - Serviço Educativo - SP

Alberto Cagnone - Centro Social Pinheiros - SP

Alcemir José Ribeiro Palma - Fundação Cultural Cassiano  
Ricardo - S. José dos Campos

Alcides Andrade de Mesquita - Sec. Mun. de Cultura de Santos

Altair José Moreira - Jornalista e Consultor de Cultura - SP

Ana Luiza Motta - Instituto PÓLIS - SP

Ana Maria da Costa Leitão Vieira - Sec. Estado da Cultura - SP

Anguair Gomes dos Santos - Soc. Cultura Vicentina - S. Vicente

Beá Tibiriçá - Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Célio Chaves - Fund. Cult. Cassiano Ricardo - S. J. dos Campos

Ciméia B. Bevilacqua - Secret. da Cultura do Paraná - Curitiba

Cláudio Willer - Secretaria Municipal de Cultura - SP

Cleide Roseli Fantinato - Conselho Reg. de Biblioteconomia - SP

Edgard Luiz de Barros - Historiador e Consultor do SENAC - SP

Emerson dos Santos - São Vicente

---

Fabio Moreira Leite - Poeta e Artista Plástico - SP  
Getúlio César de Paula - SP  
Guilardo Veloso - Sec. Municipal de Cultura de Belo Horizonte  
Guiomar Maria Magri - Depto. Esporte, Cultura e Turismo - SP  
Laura Rita Facioli - Arquiteta - SP  
Ligia de Paula Souza - SATED e ANEATE - SP  
Lilian Antonia do Amaral Jardim - CDEMSP - SP  
Liliane Schrank Lehmann - Historiadora - SP  
Luci Silvia Kadow - Prefeitura Municipal de Cosmópolis  
Maria Alice Machado de Gouveia - CCSP - SP  
Maria Cecília Camargo (Ciça) - Cartel de Produção - SP  
Maria Conceição Cerqueira de Oliveira - CCSP - SP  
Maria Conceição Sepúlveda - Instituto PÓLIS - SP  
Maria Helena T.C. de Barros - UNESP - Marília  
Marly Winckler - Instituto PÓLIS - SP  
Marta Ligia P. Valentim - Ass. Paulista de Bibliotecários - SP  
Maurício Rodrigues Monteiro - Pref. Mun. de S. J. dos Campos  
Milton Soares de Souza - SESC - SP  
Nilson Carlos Moulin Louzada - Tradutor - SP  
Osvaldo Francisco de Almeida Júnior - ECA/USP - SP  
Paulo Rogério Carraturi - Fund. Cult. Cassiano Ricardo - S. José dos Campos  
Paulo Sérgio Barreto Santos - UNICAMP - Campinas  
Priscila Vidal Milioni - Fund. Cult. Cassiano Ricardo - S. José dos Campos  
Renata Junqueira Villas-Boas - Instituto PÓLIS - SP  
Rita Dell'Aquila - Pref. Municipal de S. J. dos Campos  
Roberto Tavares - Secretaria Municipal de Cultura de Santos  
Rodrigo Ortiz Assumpção - Instituto CAJAMAR - SP  
Ruth Simão Paulino - Instituto PÓLIS - SP  
Vera Stefanov - Sind. Bibliotecários do Est. de São Paulo - SP  
Victor Petrucci - Instituto PÓLIS - SP  
Vilma Barban - RECONSTRUÇÃO - Educ. Ass. e Pesquisa - SP  
Walter Luiz Frungilo - Prefeitura Municipal de Cosmópolis

# MOMENTO I

## Governo Sustentável

### Hamilton Faria:

Este é um ano muito importante, peculiar, no sentido da implementação das políticas públicas. É um ano eleitoral e a sociedade civil deve contribuir para a formulação de um projeto cultural. O PÓLIS considera um momento importante e essa contribuição poderia ser, entre outras, a de juntar um conjunto de pessoas para pensar quais seriam os fios condutores, os elementos de um projeto cultural que pudesse ser abraçado não por este ou aquele partido, mas que desse início a um debate mais fundo e que possa servir às diversas forças constitutivas da sociedade.

Em geral a discussão das políticas culturais fica muito restrita a partidos, a grupos, a pessoas especializadas, e há necessidade de expandir, democratizar esse debate.

O título do seminário - **Um Projeto Cultural para um Governo Sustentável** - é instigante. Quando nomeamos esse seminário pensamos justamente em um conceito de cultura que fosse algo mais abrangente do que simplesmente as políticas culturais, tópicas, pontuais. Há necessidade de se pensar essa questão, mas também de se pensar um projeto cultural amplo que possa incidir sobre o nosso fazer social.

Hoje estamos vivendo um momento onde a cultura assume um papel muito importante, talvez até preponderante, nesse processo eleitoral e nesse ano que nós estamos atravessando. As diversidades, as exclusões, os valores éticos, são questões em torno das quais vai girar o debate da sociedade.

Então, pensar a cultura hoje é pensar também num projeto cultural global que amplie esse conceito de cultura que estamos acostumados a discutir. Que parta da cidadania, incorporando a questão da democracia, das etnias, da voz da mulher, dos meios de comunicação, da tecnologia, da diversidade, da ética, dos valores, articulando com a questão da criação em todas as instâncias, em todos os níveis, tanto individual como social.



receptivo

É importante a gente pensar nesse conjunto de questões e não apenas colocar em discussão a nossa cultura política, mas tentar desestabilizar conceitos, questionar o tipo de cultura contemporânea que estamos produzindo. Seja pelo nível das políticas culturais tópicas, mas também pelas instâncias mais globais, mais articuladoras de cultura. O papel dos debatedores aqui é levantar questões e estimular o debate, para que a gente possa depois ouvir as opiniões de cada pessoa nas diversas áreas de contribuição.

Quero apresentar as pessoas da mesa rapidamente, todas já conhecidas na cidade. O Sérgio Mamberti é ator e tem participado intensamente dos debates sobre política cultural na cidade; a Bia Pardi, também com uma grande experiência, principalmente na área de educação e hoje presidindo a Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa; o Francisco Ferron do Comitê de Entidades Culturais; e o Maurício Faria, vereador, com grande lastro na área da cultura do município e no debate parlamentar de uma maneira geral.

Eu quero passar a palavra primeiro para o Sérgio Mamberti. Obrigado.

**Sérgio Mamberti:**

Desejo em primeiro lugar me solidarizar com o Instituto PÓLIS, pois hoje em dia, debater um tema como este é uma oportunidade rara. No entanto, todos aqueles que militam na área cultural e querem um país diferente, sabem da importância que a questão cultural tem neste momento que a gente está vivendo. Principalmente diante de um pleito, é fundamental para os rumos que o país vai tomar.

Nesse sentido também, a área cultural tem uma responsabilidade enorme. Eu faço parte de uma geração onde política e cultura estavam muito próximas. Então me preocupa, sobremaneira, a falta de visão das elites políticas brasileiras do significado da questão cultural. E me parece, cada vez mais, que essa afirmação vai ter que vir da nossa parte, somos nós que temos que sensibilizar. E essa discussão, na minha opinião, tem que ser ampliada nacionalmente. Em 1990 fizemos um Fórum de Cultura suprapartidário, a área cultural se reuniu, estavam muitas pessoas representantes de entidades, artistas, intelectuais etc.

Antevíamos uma postura destruidora com relação à cultura, por parte do Governo Collor e resolvemos montar o Fórum Permanente de Cultura, que aconteceu no TUCA em maio e junho de

1990. Foi feito com muita dificuldade. Nós tivemos apoio de alguns partidos, mas na verdade houve uma dificuldade enorme, e muito pouca compreensão da necessidade e da importância desse Fórum. Tanto que embora ele tivesse o nome de permanente, na verdade não se reuniu mais. A gente se reuniu esparsamente, continuou batalhando, fazendo o que eu chamo de "guerrilha cultural", porque na verdade é o que a gente tem feito.

A questão cultural está em discussão há muito tempo. É claro que antes de 64 havia uma consciência política da cultura e da cultura como agente da cidadania e da identidade nacional. A minha geração foi uma geração que se beneficiou muito disso, por que nós saímos da ditadura Vargas - eu freqüentava escola pública que era uma instituição nacional. E aí vocês vejam como a questão de uma visão mais ampla da cultura é importante. Isso a ditadura e a direita compreenderam maravilhosamente bem, e fizeram um trabalho muito bem feito de destruição cultural - que é sobre o que eu gostaria de fazer uma consideração logo em seguida. Na época em que eu estudava, a escola pública era disputada. É claro que existiam as escolas particulares, da elite, que funcionavam, mas mesmo a elite disputava a vaga na escola pública. Por quê? Porque era a escola que tinha os melhores professores, era a escola que oferecia o melhor currículo e que preparava realmente para a vida universitária.

A área de produção cultural tinha uma maior organização e funcionava melhor. A área educacional, eu diria colégios, universidades, representatividade nas atividades políticas através dos grêmios, vida cultural, as verbas para a cultura (sempre muito pequenas e distribuídas dentro de um ponto de vista até discutível), etc. Havia uma intercomunicação entre informação, que eram os jornais, os intelectuais da área acadêmica, os artistas em geral, que organizaram, inclusive, a resistência à ditadura militar durante praticamente 10 anos. Eu não pretendo preservar esses esquemas e instrumentos antigos da cultura mas havia uma vida cultural mais intensa.

Eu me lembro que eles faziam a censura, mas para censurar uma peça tinham que lutar muito. Havia uma resistência enorme. E não estava vinculada apenas aos partidos políticos, porque numa passeata com cem mil estavam pessoas de várias tendências, havia uma unanimidade, e uma coisa que eu chamo de identidade nacional, determinadas posturas de que ninguém abdicava.

A ditadura começou fazendo um trabalho de desmonte de todo projeto cultural brasileiro, porque o que estava se desmontando não

*a ditadura  
começou  
fazendo um  
trabalho de  
desmonte de  
todo projeto  
cultural  
brasileiro*

era só a resistência, ou de atingir determinada área, era a identidade nacional. Para que a espoliação fosse feita muito mais facilmente, como realmente tem sido. Então, nesse processo os grupos de teatro, as companhias tradicionais de teatro desapareceram, dando lugar às produções independentes. É claro que existem os grupos de teatro, mas são frágeis, porque os grupos de teatro, como eram na época, tinham uma postura política, uma postura ética, e tinham um repertório. A cidade, a comunidade, participava da elaboração, a gente dava até opção deles escolherem qual o repertório. Havia toda uma estrutura que era extremamente conscientizadora. Por que uma peça, como "Eles não Usam Black Tie", num teatro com duzentos e poucos lugares muda o Brasil? O TBC tinha uma postura estética, era um teatro de grande qualidade, mas a dramaturgia brasileira não estava presente. De repente, através do Teatro de Arena a dramaturgia se instala e começa a se discutir o homem brasileiro, a relação dele com a sua sociedade, com o seu tempo, os diretores passaram a ser brasileiros. Eu participei de todo esse processo e participei também do processo de desmonte. A produção independente era estimulada pelo próprio Serviço Nacional de Teatro e de uma certa maneira era a única solução e a única alternativa porque era a única forma dele se organizar. O Serviço Nacional de Teatro emprestava um dinheiro e a gente pagava dentro da bilheteria e isso funcionava. Estou falando mais especificamente da minha área, mas é só pra dar um exemplo.

E o que foi acontecendo ao longo desse tempo todo foi que, pouco a pouco, essa resistência foi se desmontando. A Lei de Diretrizes e Bases desmontou todo projeto educacional, as universidades se esvaziaram, não só pelas pessoas que se exilaram, mas também porque perderam seu conteúdo, elas não tinham mais uma função dentro da vida cultural, essa cadeia ecológica. Eu participei outro dia de um documento para a qual a gente escolheu o nome de **Cultura: Meio Ambiente do Cidadão**. E é realmente. A questão cultural se organiza um pouco como a ecologia. Quando essa cadeia ecológica é rompida acontece uma deformação e uma perversão de todas essas relações que culminam exatamente no ponto onde nós estamos. E a gente pensa: eles fizeram tudo isso, foram destruindo paulatinamente, e não colocaram nada no lugar? Colocaram: foram as redes de televisão. Quer dizer, o grande projeto educacional do poder autoritário foram as redes de televisão, e absolutamente vitorioso. Tanto que até hoje essas redes estão aí do jeito que estão. Eu não vou especificar nenhuma Rede porque acho que isso é uma coisa muito mais ampla do que se possa imaginar. Evidentemente que a Rede Globo tem um poder maior, mas elas atuam em conjunto. Na verdade, se observarmos claramente elas estão unifi-

*a questão cultural se organiza um pouco como a ecologia. Quando essa cadeia ecológica é rompida acontece uma deformação*

cadás. Essa reflexão foi feita pela Secretaria Municipal de Cultura, no evento **Rede Imaginária** (1990) e é extremamente importante porque fala das redes de televisão sob vários aspectos.

Hoje estamos diante de um momento crucial da história do país, e de uma certa maneira estamos meio desarmados. Eu não digo que estamos totalmente desarmados, porque estamos reunidos aqui, e eu tenho lido muito, tenho ouvido opiniões, e tenho sentido que de repente na sociedade já existe uma preocupação muito maior, muito mais viva e muito mais concreta com relação a isso. Esse caminho pode ser percorrido muito mais rapidamente do que se possa imaginar, desde que exista essa consciência e essa necessidade. Se estamos falando em **Projeto Cultural para um Governo Sustentável**, não estamos falando de partidos políticos nem de candidaturas, estamos falando de um projeto para um governo sustentável. O Hamilton até me forneceu um documento que eu achei muito interessante, um artigo escrito pelo Nicolau Sevcenko que fala de políticas culturais e de uma política de cultura como um todo. Na verdade, a discussão básica, na minha opinião, é sobre uma política de cultura como um todo, com toda a sociedade e que possa ser super abrangente, que fale de tudo. Não é à toa que o primeiro ato do Governo Collor foi um ato contra a cultura. Ele se voltou contra a identidade nacional. A Fernanda Montenegro dizia que o Collor perdeu a possibilidade de governar quando ele se voltou contra a identidade nacional e contra a cultura. E ela falava: "quem não entender o fenômeno cultural brasileiro não vai poder governar este país". Então eu deixaria a minha colocação, em princípio, a partir disso. As reivindicações setoriais são muito claras e devem ser adequadas e também discutidas. Claro que todo mundo tem suas reivindicações específicas, mas a visão política da questão cultural, uma política de cultura é fundamental. É isso que eu tenho a dizer.

**Hamilton Faria:**

Obrigado, Sérgio. Passemos agora ao Vereador Maurício Faria.

**Maurício Faria:**

Com relação ao tema proposto, essa formulação, **Projeto Cultural para um Governo Sustentável**, coloca uma série de questões muito importantes, que situam a própria questão: de que governo? Não no sentido restrito partidário, mas no sentido de como pensar no Brasil de hoje, e diante desse quadro das eleições, um tipo de governo que se deve querer para o país e a questão da sua sustentabilidade. Eu sou uma pessoa que vem de uma trajetória de

*"quem não entender o fenômeno cultural brasileiro não vai poder governar este país"*

esquerda - e uma das questões que tem me preocupado mais, ao tentar decifrar essas enormes transformações que o mundo tem sofrido ao longo desses anos, é qual a influência dos fatores culturais nessas transformações. Entendo que um dos maiores desafios da esquerda é tentar entender em que medida elementos de natureza cultural incidiram sobre as grandes transformações que ocorreram na União Soviética e no Leste Europeu. O que me parece claro é que nestas regiões existia um represamento de questões culturais, e aí entendida a questão cultural num sentido amplo, de valores, de tradições, de costumes e de idéias que organizam, de certa forma, a convivência social: esse represamento, essa fermentação de fatores culturais que não eram reconhecidos claramente enquanto tais, mas que existiam operando nas profundezas da sociedade, tiveram, no meu entendimento, um peso decisivo nas alterações que ocorreram, sem diminuir a influência dos fatores econômicos e políticos. Mas eu entendo que há uma questão cultural profunda, poderosa, e que diz respeito inclusive a entender melhor essa idéia de que um sistema político que até poucos anos atrás o mundo inteiro, as várias correntes ideológicas, entendiam como um sistema político estável, e que não se supunha aquele nível de transformação que viria rapidamente. Para tentar entender aquele processo de transformações tão rápido, tão profundo e tão radical, seria preciso considerar a interferência desses fatores culturais, e a maneira como inclusive eles não foram devidamente considerados na experiência anterior desses países.

*grandes comoções  
políticas que têm  
marcado o mundo  
nestes últimos  
anos têm trazido  
no seu bojo ques-  
tões culturais*

A situação que o México viveu recentemente, o episódio de Chiapas, penso que ali existiram atuando fatores culturais, além dos fatores econômicos e sociais. Eu diria que muitos, ou a maioria das grandes comoções políticas que têm marcado o mundo nestes últimos anos têm trazido no seu bojo questões culturais que cada vez mais se explicitam como questões que estão presentes nos grandes fenômenos políticos, nos grandes conflitos, nas grandes comoções sociais.

A idéia de um governo sustentável já coloca, de pronto, a questão seguinte: a idéia de sustentação de um governo nos valores dados, nos valores estabelecidos, nos valores correntes, e portanto no status quo dos valores, ou a idéia de um governo que tenha características de reformas, de mudanças também no campo das idéias, dos valores, da cultura?

É fundamental incluir os valores e a cultura numa perspectiva de reformas e mudança. Nesse sentido a experiência dos governos é uma experiência que coloca uma série de indagações, até pra efeito - e isso é bastante sintomático - dos critérios para nomear os titulares das pastas de cultura: ou Ministério da Cultura, ou Secre-

taria Estadual da Cultura, Secretaria Municipal da Cultura. Acho que é importante notar que muitas vezes, a Secretaria da Cultura, o Ministério da Cultura, são tratados como algo à parte. Inclusive, o titular nesses casos não está identificado partidariamente, politicamente, ideologicamente com a chefia do governo. Isso já é um sintoma. Essa idéia de que a cultura é algo à parte, essa visão tem sido a mais tradicional de governo: a cultura é um departamento à parte. Mais ainda, é um departamento secundário e, por ser secundário, a chefia de governo, o núcleo central do governo, admite inclusive que aquele departamento fique fora da filosofia geral que norteia o governo, da linha de pensamento político, ideológico do núcleo central do governo.

Dentro de uma visão mais rica de um governo sustentável, a primeira grande questão é entender que a cultura, a concepção cultural, deve ser um fio condutor que permeia todo o governo e que de certa forma direciona a ação de todo o governo. A política cultural de um governo sustentável não deve ser vista de maneira compartimentada, estanque, um departamento que cuida da relação com as linguagens artísticas e com os artistas de uma maneira geral, mas deveria ser visto de uma maneira muito mais abrangente e entendida a questão da política cultural como um elemento que estará presente em toda a ação de governo. O programa de governo é, ele próprio, uma tomada de posição em relação a uma opção cultural, e isso é uma primeira questão fundamental. A segunda é que há uma realidade no mundo político, que paradoxalmente existe tanto no campo conservador como em seguimentos da esquerda, que é essa idéia que a cultura é um departamento, que a cultura não é prioritária em comparação com outras prioridades como obras ou áreas consideradas sociais. Então, os conservadores e setores da esquerda têm, muitas vezes, com posições diferenciadas, em relação à cultura, essa falsa contraposição entre as prioridades sociais e a questão cultural. Isso marca a realidade dos orçamentos públicos no Brasil, com dotações muito pequenas para o Ministério da Cultura, as Secretarias Estaduais da Cultura, as Secretarias Municipais de Cultura. As experiências dos governos de esquerda, embora tenham sido muito importantes não foram capazes de uma alteração radical dessas dotações para a cultura e de enfrentar o problema da relação entre a cultura e as outras esferas de governo. Nesses governos da esquerda há também essa idéia de uma contraposição entre o social e o cultural. Penso que deveria ser evitada essa contraposição entre o social e o cultural, que deveria haver inclusive, uma relação de interpenetração, que na verdade os movimentos sociais teriam que lutar também por valores, e que as políticas públicas envolvem valores culturais. Numa conversa, um interlocu-

*a cultura deve ser um fio condutor que permeia e direciona a ação de todo o governo*

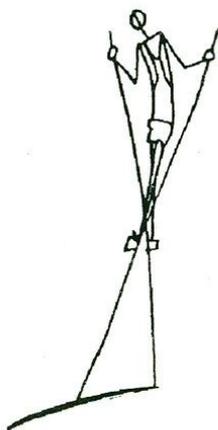
*um governo sustentável é aquele que aceita o desafio de mudar valores e que entenda que esse desafio é um risco necessário*

tor de uma outra posição política me disse: "mas Maurício, a cultura não enche barriga". E por coincidência, naqueles dias tinha saído um estudo da ONU mostrando que uma parte das situações de fome no mundo era em decorrência da ausência de alimentos ao alcance dos indivíduos, mas uma outra parte, e uma parte considerável, estava vinculada à falta de discernimento cultural, de tradição cultural de hábitos alimentares. Então eu citei, inclusive, esse noticiário a respeito dessa pesquisa mostrando que também nesse sentido a cultura pode encher barriga. Se a discussão era essa, a questão se enchia ou não enchia barriga: percebe-se várias situações de peso no mundo estavam ligadas à questão cultural, à questão de valores, de conhecimento etc.

Um governo sustentável é aquele que aceita o desafio de mudar valores e que entenda que esse desafio é um risco, mas um risco necessário. Acho que se é um governo de mudanças, de reformas, tem que ser um governo também de mudança de valores da cultura. E o risco é exatamente o governo ter medo de mexer nos valores, de enfrentar esse desafio, de enfrentar esse risco. Porque aí pode se criar uma idéia de sustentação que acabará prisioneira do status quo, a sustentação que se baseia no processo de circulação de valores de reprodução cultural que é elitista, e coloca uma série de riscos para os próprios rumos da sociedade brasileira.

Uma outra idéia que procuro é o quanto é fundamental o binômio educação e cultura. Não há nenhum político, nenhum governo, nenhum candidato que não diga "não, educação é fundamental". É vital associar, entrelaçar a educação com cultura, porque hoje há uma discussão inclusive sobre política educacional. Hoje há uma pressão muito grande de uma concepção de política educacional tecnicista, que absolutiza as questões do desenvolvimento técnico, do desenvolvimento científico, da produção de bens e de valores. Hoje uma das grandes perguntas que devemos fazer é qual o desenvolvimento que os povos e os países querem e precisam. Esse desenvolvimento deve ser pensado no sentido de uma opção por uma qualidade de vida, de um modo de vida e por valores. Pensar o desenvolvimento científico, tecnológico, não como um fim em si, mas como um meio de proporcionar bem estar coletivo e felicidade ao homem.

No Brasil, onde as coisas chegam sempre com um certo atraso, há uma pressão muito grande, do modelo japonês, o mais elogiado e que tem mais influência. A experiência japonesa é exatamente a de um país que foi capaz de um desenvolvimento técnico, científico, produtivo extraordinário mas com um profundo de traumatismo



cultural, de caos cultural - hoje eu vejo a experiência japonesa como uma experiência assustadora. Uma sociedade que tinha tradições culturais milenares, em que a questão cultural tinha raízes profundas, e isso foi objeto de um processo de transformações tão impactante, tão surpreendente e tão modificador daqueles valores que organizavam a sociedade. É muito difícil entender o que ocorre hoje com o povo japonês, o ser humano no Japão, e em que medida aquela pujança de bens materiais se articula com felicidade, com bem estar, com o usufruir da vida, enfim, com a arte, a cultura, com todas as potencialidades e as necessidades espirituais e individuais da condição humana.

Então, eu acho que esse binômio, educação-cultura, tem que andar sempre entrelaçado, e colocar a discussão de que tipo de desenvolvimento precisamos. Não apenas um desenvolvimento com redistribuição de renda, um desenvolvimento com políticas compensatórias nas áreas sociais, mas um desenvolvimento que signifique pensar a felicidade dos brasileiros, pensar valores e pensar a relação entre trabalho e lazer, à relação entre satisfação material e satisfação espiritual, que é o grande desafio hoje, não só no Brasil mas no mundo. É a questão de como articular os indicadores macro-econômicos com esses elementos que dizem respeito à sociabilidade, ao bem estar, à qualidade de vida, ao modo de vida de uma maneira mais ampla.

Além disso, o binômio educação-cultura tem que ser fundamento da cidadania. O binômio educação-cultura deve ser visto como fator de desenvolvimento material, mas também como fator de cidadania. Nós não teremos cidadãos plenos, sujeitos sociais plenos, indivíduos capazes de serem aqueles que individual e coletivamente decidem os rumos do seu país, se eles não tiverem um discernimento cultural, para que tenham discernimento pessoal e capacidade de avaliar e julgar as políticas públicas, os governos, as relações na sociedade.

Nesse sentido, cada esfera de poder precisa enfrentar a discussão de valores culturais. Por exemplo, há um valor na vida brasileira que está profundamente entranhado numa certa noção de desenvolvimento associada à capacidade dos governos realizarem obras, obras viárias, ou rodoviárias particularmente. Muitos líderes, desde Washington Luiz, Juscelino, aqui em São Paulo a figura de Faria Lima, do Prestes Maia, são figuras cujos nomes estão associados a realizações de grandes obras. Qualquer governo pode se apoiar nesse valor, reproduzi-lo, e ele tem chances, inclusive, de ter uma certa popularidade, já que é um valor cultural bastante aceito. Num país como o Brasil, um governo que se preocupe com o social



*um desenvolvimento que signifique pensar a felicidade*

*um governo sustentável deve ser um governo de transformação cultural, apostando pesado nesse binômio educação-cultura, e articulando isso à questão da comunicação*

terá que envolver um número considerável de recursos públicos para as áreas sociais, diminuindo, pelo menos em parte, a capacidade de investimentos em obras.

Em cada situação essa questão de valores culturais estará presente. Um governo sustentável deve ser um governo de transformação cultural, apostando pesado nesse binômio educação-cultura, e articulando isso à questão da comunicação. Uma política que priorize o binômio educação-cultura é também, necessariamente, uma política de enfrentamento da questão da comunicação, por que comunicação é questão de circulação das informações educacionais e das manifestações culturais.

É fundamental uma política de democratização da comunicação. Particularmente a TV hoje tem uma configuração, a meu ver anti-democrática, e mais ainda, acho que na verdade a eleição de 89 significou a vitória do principal partido político do país, que é a Rede Globo. A Rede Globo atua como uma espécie de partido político eletrônico, não oficial, não assumido, e ela fabricou e elegeu um presidente da república que representou uma destruição deste país que é incalculável. Até hoje acho que o país ainda não fez o inventário do que significou a experiência Collor, o quanto isso custa ao país e custará ainda. A Rede Globo teve um papel decisivo, enquanto partido político que organizou a vitória do Collor, que deu sustentação para a sua eleição. O que mostra o peso da comunicação, para efeito inclusive de um tipo de sustentação dos governos. Um governo sustentável deve ter a coragem de enfrentar o desafio da democratização da comunicação, de uma comunicação pluralista, de uma comunicação que represente a potencialização de uma política de educação e de cultura a serviço da cidadania.

É essencial que a chamada classe política, os partidos políticos, compreendam a influência que a questão cultural tem também no Brasil. Se o Brasil não enfrentar a questão da democratização da comunicação, do respeito à sua diversidade cultural, as realidades das culturas regionais etc., estaremos fermentando na sociedade brasileira problemas, conflitos e traumas bastante perigosos para o futuro da democracia e para o futuro do país enquanto experiência de sociedade organizada. Exemplo disso é o movimento separatista que existe no Sul, e que tem certa representatividade social. Esta realidade é inseparável da maneira como a cultura regional do Rio Grande do Sul, assim como todas as culturas regionais no Brasil, são tratadas, são negadas e sufocadas pelo oficialismo cultural. É violento o processo de imposição de uma cultura padrão, repre-



sentada pelas televisões e pelo sufocamento de perda de espaço, de negação de expressão a essa diversidade extraordinária que é própria do tipo de formação que o Brasil teve e que as suas regiões tiveram e têm tido. Então eu penso que é urgente pensar um novo federalismo no Brasil, que leve em conta as realidades regionais em termos econômicos, sociais e culturais. Esse federalismo que nunca existiu, deve ser pensado culturalmente para enfrentar o desafio da diversidade com unidade nacional. Pensar realmente uma república federativa feita por experiências regionais diversificadas inclusive culturalmente. A riqueza desse intercâmbio cultural poderia ser aproveitada para que cada cultura, cada contribuição cultural, tivesse ao mesmo tempo a possibilidade de se enriquecer com todas as demais, ao invés de negar as culturas regionais, estimulando o surgimento de preconceitos, de situações de animosidade.

Para finalizar, eu tenho certeza que a questão de política urbana é, em grande medida, uma questão cultural. Em cada realidade das discussões de política urbana existem valores e questões culturais presentes. No caso da cidade de São Paulo, com essa infinita diversidade cultural, esse caso recente da Faria Lima é um exemplo. A questão da Faria Lima coloca em debate os rumos da cidade de São Paulo. Por exemplo, urbanistas estrangeiros que vêm a São Paulo percebem imediatamente que trata-se de uma cidade em que os espaços públicos são absolutamente restritos. E há toda uma visão de que o elemento articulador de uma vida urbana, que represente qualidade de vida, é exatamente a relação entre o espaço público e o privado. O projeto da Faria Lima reproduz essa negação do espaço público. Por outro lado, o movimento que pretende preservar a Vila Olímpia argumenta com as tradições no melhor sentido. Existe uma história urbana na maneira como surgiram os bairros do Itaim-Bibi e Vila Olímpia, particularmente a Vila Olímpia, de antigas chácaras, as relações de vizinhança, as relações de coletividade, os modos de vida e quanto disso ainda subsiste. Há uma malha de relações de vizinhança, de relações do morador com a cidade em termos de microcosmos, de vilas, amizades, e isso é fundamental para resgatar certos elementos de reconstituição da vida urbana em São Paulo, tão destruída nesses anos por uma outra visão de cidade. Aí é pertinente a discussão entre o automóvel, o transporte coletivo e a qualidade de vida urbana. Existe toda uma cultura do automóvel que está associada a valores existentes na relação entre as pessoas na cidade. A discussão do orçamento público municipal e da política urbana vai desembocar na questão dos valores, das idéias, da cultura num sentido mais amplo.

*é urgente pensar um novo federalismo no Brasil, que leve em conta as realidades regionais em termos econômicos, sociais e culturais*



O desafio hoje é este: lutar pra que se entenda a cultura com essa dimensão. É difícil a transformação da sociedade brasileira sem uma transformação cultural, e esse é o desafio: incorporar a questão cultural num novo governo. Que esse governo aceite esse desafio, e enfrente o risco de ser capaz de transformar culturalmente as bases da sua sustentação, da sua popularidade, da sua legitimidade, para representar a mudança e a busca dos caminhos da felicidade individual e coletiva dos brasileiros.

**Hamilton:**

Obrigado, Maurício. Agora passarei a palavra para a Deputada Bia Pardi.

**Bia Pardi:**

Depois desse pronunciamento brilhante do Maurício eu vou trazer só indagações e preocupações.

Primeiro vou contar uma historinha pra vocês. Eu estava assistindo televisão ontem, e era uma reportagem sobre homens de limpeza que, nos momentos de almoço, comem toda a marmita, e depois jogam bola num parque. E a uma certa altura um deles foi alçado à categoria de locutor, irradiando o futebol, a peladinha dos meninos da limpeza. E ele fazia de tal maneira, e com tal talento, que me impressionou. Ele não só criava, porque ele assumiu o locutor engraçado, ele recriava e criava o ato de ser locutor com humor, e com um humor particular que ele colocou naquilo. Confesso pra vocês que eu fiquei animada com esse país. Apesar de tudo que nós estamos vivendo, apesar do massacre da fome e da cultura, ainda é possível ter esses lampejos, em que é demonstrada a capacidade que o povo brasileiro ainda tem de poder ser criativo, enfim, de estar colocando alguma forma de expressão própria na sua vida cotidiana.

Penso que o esgarçar cultural que a ditadura legou, essa destruição que o Sérgio estava falando, não é uma coisa simples de retecermos. Eu acho que não foi só a fome, não foi só a miséria. A cultura neste país foi destroçada, desmontada e hoje teríamos dificuldade de fazer uma campanha pela cultura como a campanha da fome e a miséria.

Estava imaginando quais as condições que nós teríamos, todos aqueles preocupados com a questão cultural, de levantarmos essa bandeira. E aí eu comecei a pensar que a reivindicação básica, da área cultural, como a exigência de uma visão política da questão cultural, na realidade ela não é uma abstração. Eu acredito que

*cultura neste país foi destroçada, desmontada e hoje teríamos dificuldade de fazer uma campanha pela cultura como a campanha da fome e a miséria*

existem várias visões de políticas culturais em processo nesse país. Isso pode ser expresso, por exemplo, desde os governos que não facilitam, pra não dizer que impedem, a meninada da escola pública de ter ônibus para ir a museu ou a outras instituições culturais, mesmo cinema, teatro, parques etc. até aqueles que levam 3 anos para fazer um projeto de incentivo à cultura. Então existem visões e visões de políticas. O que na realidade é essa reivindicação básica que está sendo posta? É uma determinada visão política de criação não só como absorção por todos da produção cultural, como também a criação de condições para que eventualmente todos, não sei se é uma palavra um pouco forte, mas uma grande maioria possa efetivamente estar produzindo culturalmente e não dessa maneira eventual, como foi o caso do nosso homem de limpeza, que não tem continuidade, que não tem sustentação. E se ele tem talento? Não sei. Mas se tem? Como é que pode ser? Onde desenvolve? Em que local? Como ele poderia estar se desenvolvendo e podendo criar? E podendo estar dando uma outra contribuição ao processo cultural?

Então, pensar cultura como direito, não só o acesso, mas fundamentalmente o acesso; o que temos hoje de acesso à cultura? Na cidade de São Paulo tem muitas salas de espetáculo, setenta salas de espetáculo, mas já somos dezoito milhões. Mas qual é a parcela da população que tem acesso às salas de espetáculo? Eventualmente, alguns conseguem, num esforço individual, chegar um pouco mais perto. Mas não se trata disso. Nós estamos falando de população, estamos falando do direito de cidadania, estamos falando do conjunto dos cidadãos. E esse acesso não é minimamente colocado à disposição, por n motivos, para o conjunto de cidadãos. Mas se entendermos que o direito à cultura, o acesso à cultura é um direito, então entramos na discussão que o Maurício nos colocou.

É impossível - eu sou uma educadora - é impossível pensar em educação sem pensar num projeto cultural. É evidente que não é possível hoje dizer: "Bom, lá na sala de aula você faz articulação entre a cultura geral e o ensino propriamente dito". Claro, o professor e a professora deram muito pra conseguir fazer essa articulação e conseguir condições para poder fazer na prática essa articulação. Mas se formos pensar a formação da cidadania, é impossível se pensar a formação dentro de uma escola em que não abarque o aspecto cultural. Impossível. Se isso é verdadeiro, não dá realmente para nós termos a cultura como algo complementar simplesmente, e não alguma coisa de necessidade essencial que deva estar articulada com o processo educacional. E se isso é verdade, se nós não

*é impossível pensar em educação sem pensar num projeto cultural*

vamos então entender a cultura como alguma coisa "fica pra depois, agora a gente mata a fome", se nós não vamos entender a cultura dessa forma, então há que se definir realmente a articulação dessas prioridades que todo mundo diz que são essenciais, que é a questão da educação.

Não há porque nós simplesmente tomarmos a cultura como alguma coisa complementar. É evidente que, em se tratando de projetos e programas de governo, precisamos dizer sobre orçamento, recursos públicos etc. Essa é uma discussão do meu ponto de vista, que deve ser feita e devem ser feitas propostas pela área cultural. É preciso mexer na questão do orçamento, dos recursos públicos, para fazer com que a cultura, aliada à educação, se torne uma questão de prioridade e, portanto, se torne uma questão de discussão orçamentária do governo, seja ele estadual, municipal ou federal.

Acredito que se fizermos essa discussão, vamos desdobrar, necessariamente, em duas outras questões. Estou pensando naquela exigência de uma política cultural que tem uma determinação, não uma política cultural abstrata. É no Brasil, nas condições atuais e, evidentemente, pra um determinado tipo de situação social que vivemos. Se formos pensar dessa maneira, um dos desdobramentos é a questão da democratização, que passa por muitas medidas, muitas brigas e um monte de situações: desde a democratização dos meios de comunicação até a gestão.

Do meu ponto de vista, um governo que possa assumir a gestão democrática nas suas diversas áreas educacional, cultural etc., só pode ser um governo democrático, porque senão evidentemente ele não pode assumir. Existe uma cultura política brasileira, falando em termos de história, com a qual temos que nos defrontar: dizer que eleito por 5 milhões de votos, 7 milhões de votos, 10 milhões de votos, já está resolvido o problema da representação e, portanto, não precisa ter conselho disso, conselho daquilo. "Não precisa ter população preocupada, porque eu fui eleito eu faço direitinho conforme foi feito". Mesmo porque, a discussão de programas de governo ainda é uma utopia, uma ilusão. Não fazemos uma discussão de programa de governo com exaustão. É fácil dizer "nenhuma criança fora da escola". É fácil dizer "nós vamos dar teatro pra todo mundo". Mas como é que faz isso? Como será feito esse tipo de desdobramento num programa de governo? São chavões que a própria política tradicional coloca. Isto não basta mais hoje: temos que fazer a discussão e exigir o desdobramento de como será

*a discussão de programas de governo ainda é uma utopia, uma ilusão*

feita essa gestão democrática em todas as áreas, especialmente aqui se tratando da área cultural.

E, por último, também tenho muitas indagações: como é que a gente trabalha com a Zona Leste? Por exemplo, a Zona Leste tem aqueles conglomerados... Vamos descentralizar os equipamentos culturais? Vamos botar teatro na Zona Leste, vamos botar uma produção cultural na Zona Leste ou como é isso? Essa é uma indagação que faço a vocês que têm muito mais experiência do que eu. Essa questão da descentralização, ela é válida? Ou haveria uma outra maneira para podermos estar oferecendo produtos culturais à maioria da população? Estou entendendo aqui que a nossa visão política, de uma exigência de uma política cultural, é para atender à maioria da população. O acesso à cultura deve ser amplo, geral e irrestrito. Como é que faz isso? Como é que temos acesso a uma peça grega, daquelas lindíssimas, que o Sérgio participa brilhantemente como ator lá no Teatro Municipal, lindíssimo teatro que todo mundo deveria conhecer? Essas coisas eu acho que têm que discutir pra apresentar dentro das reivindicações básicas para um governo.

**Sérgio Mamberti:**

Olha, se eu posso fazer um aparte, as experiências que a gente teve de popularização do teatro na década de 60, a recepção era viva, extremamente interessada. Às vezes até atrapalhava um pouco, porque havia muitas intervenções, porque havia também duas visões: uma de que se devia fazer aquela coisa popularesca mesmo, que esse tipo de coisa não interessava pra essa população. Graças a Deus essa visão mudou completamente. Então eu acho que funciona sim. É claro que existe uma adequação a ser feita, mas na minha opinião, a minha visão é de que tem que chegar lá.

**Bia Pardi:**

Então, isso eu acho que deveria ser trabalhado por todos os militantes e participantes da área cultural, para levar uma proposta a ser discutida com as candidaturas, porque isso é uma das questões fundamentais.

**Sérgio Mamberti:**

Bia, só mais um apartezinho. Olha, a questão da necessidade de expressão de cada um é fundamental. Eu vou dizer uma coisa. Eu estive visitando, durante o governo da Luiza Erundina, um mutirão e eles tinham um Centro Comunitário. E eu estava fazendo um vídeo que mostrava o que estava sendo feito, de uma certa maneira, em vários setores da gestão da Erundina. Então o pessoal

*a política cultural deve atender à maioria da população, o acesso à cultura deve ser amplo, geral e irrestrito*

de lá veio e falou assim: "olha, aqui é o nosso centro comunitário, você é artista mas nós também somos, e nós queremos que você venha ver o que nós estamos fazendo aqui". Entendeu? Então existe uma necessidade fundamental de expressão, que eu acho que faz parte do conceito básico que a gente está discutindo aqui.

**Bia Pardi:**

Exato. Mas isso que eu digo: nós estamos pensando em formulações para serem apreendidas por um governo que possa estar assumindo e implementando. É nesse sentido que eu acho que essa discussão deve ser feita e devem ser apresentadas então propostas pra discussão. A área cultural é bastante polêmica, como a área educacional. Não é algo que se possa dizer que está acabado, pronto, definido, vai ser assim, ponto final. Pelo contrário, coloca-se uma coisa e já abre-se outra porta. Eu gostaria muito de poder participar também das diversas discussões que a área cultural possa estar realizando.

E por último, eu sou presidente da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Fomos procurados pelas entidades culturais por causa de um problema que estava existindo na área, um projeto entalado há muito tempo, de incentivo à cultura. E depois de duas reuniões que nós fizemos com o conjunto das entidades e mais o Secretário de Estado da Cultura, o projeto apareceu via executivo.

Foi um processo até interessante - em geral a Assembléia é um pouco mais lenta do que isso - e o pessoal da cultura teve oportunidade de fazer essa pressão e conquistar a existência desse projeto. Agora vamos em conjunto também apressá-lo e ver se ele está bom ou não. Isso é um avanço, acredito eu, mas evidentemente a questão cultural não se esgota num programa só de incentivo à cultura. Muito mais é preciso ser feito, na medida em que valorizamos o processo cultural. Muito obrigada.

**Hamilton Faria:**

Obrigado, Bia. Agora vamos ouvir o Francisco Ferron, do Comitê de Entidades Culturais.

**Francisco Ferron:**

Primeiro eu queria agradecer o convite do PÓLIS para participar. Fui convidado como representante do Comitê de Entidades Culturais.

O Comitê de Entidades Culturais é um grupo de pessoas que representa entidades, começou a se reunir logo depois da pancada que o Collor deu na cultura, com o desmonte geral das leis de incentivo, dos mecanismos de incentivo pra facilitar a produção etc. O pessoal começou a se reunir na Câmara Municipal de São Paulo, e das discussões que começaram a surgir daí foi que apareceu depois a lei que o vereador Marcos Mendonça acabou propondo. A Lei Mendonça, foi uma das primeiras formas de ressuscitar algum mecanismo de incentivo à cultura.

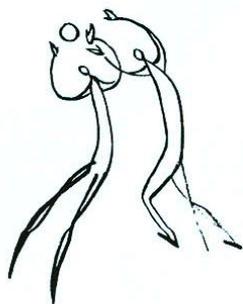
A partir disso, o Comitê participou ativamente das discussões da legislação que criou o Conselho Municipal de Cultura aqui em São Paulo, que finalmente está sendo materializado. Depois disso, participamos ativamente da discussão da retomada de algum tipo de incentivo federal, que foi a "Lei Rouanet": não fomos vitoriosos numa série de aspectos, em outros sim, e voltamos agora de novo a participar ativamente, há alguns meses atrás, das discussões da criação de mecanismos de Estado de proteção e incentivo à cultura.

Tivemos uma primeira discussão no início do governo, quando houve um fórum de desenvolvimento, de tentar colocar a cultura dentro desse cenário. Por que não o Estado de S. Paulo, que tem uma capacidade instalada de produção cultural, de capacidade de consumo cultural, não entender que cultura afinal de contas é um filão importante e necessário para o próprio desenvolvimento do Estado? Fomos levados e enrolados meio de barriga, e me parece que finalmente, depois que a Bia também nos acolheu, o Ricardo Ohtake também entendeu a história e estamos tentando chegar a um final razoavelmente feliz.

O Comitê congrega vinte e tantas entidades nas mais diversas situações: movimentos, entidades, etc. Às vezes criando conflito, porque nós temos áreas de interface conflitantes, áreas que poderíamos chamar corporativas e não vejo como eliminar isso, muito pelo contrário, acho que toda vez que eliminarmos isso estaremos eliminando talvez a alma, o espírito que motiva as pessoas de estarem sobrevivendo, criando, fazendo alguma coisa. O Comitê teve uma função muito importante: a de coletivizar um discurso e uma prática cultural.

O PÓLIS, quando nos convidou, propôs um roteiro com algumas questões: gostaria de obedecer, fiz a lição de casa, e gostaria de acompanhar esse raciocínio, tentando colocar algumas das outras coisas que eu também vejo, talvez até como coisas mais pessoais.

*o Comitê de Entidades Culturais congrega vinte e tantas entidades das mais diversas. Ele teve uma função muito importante: a de coletivizar um discurso e uma prática cultural*



A primeira coisa que o PÓLIS colocou pra gente pensar: *qual deveria ser o entendimento de uma política cultural para um governo democrático?* Acho que o fundamental já foi dito pelo Maurício e pelo Mamberti: é a preservação de uma identidade nacional. Se a gente não pensar que qualquer governo democrático não tem que entender o fator cultural, com preservação dessa identidade, é complicado. Mas, ao mesmo tempo, eu diria não só preservação da identidade mas o desenvolvimento dessa identidade.

A manutenção e o desenvolvimento da identidade é fundamental, mas acho que se o governo não se propuser a disponibilizar o bem cultural, não vai funcionar. A produção pode ser particular, pode ser do próprio Estado ou não. Mas é fundamental que as pessoas tenham acesso ao bem e que o Estado se proponha a disponibilizar esses bens culturais a essa população.

Uma outra questão foi colocada: *a importância das leis de incentivo cultural.* Elas são importantes ou não? Hoje elas são talvez a única janela por onde as entidades da sociedade civil têm acesso e podem produzir e gerar seus próprios produtos. A importância é relativa, ela não deve ser sistematização de uma política cultural. Uma lei de incentivo à cultura no Estado de São Paulo não deve substituir a política do governo, do governo que foi eleito pra fazer a gestão. Mas é fundamental que esses espaços da sociedade existam e sejam compartilhados, co-participados. Então, o produtor cultural vai buscar incentivo junto a uma outra empresa, uma outra organização, ou de uma outra forma que a gente estava sugerindo que fosse através de um tipo de uma FAPESP, alguma outra instituição que desse mais estabilidade à própria produção cultural. É fundamental que haja essa correspondência.

Muito se tem falado, e aí se joga essa história do incentivo ao marketing cultural. O que é marketing cultural? Marketing, no fundo, é um composto de vários elementos. Ele não é simplesmente o que se tenta dizer normalmente quando se fala de marketing cultural. Não, é uma possibilidade de financiamento do produto cultural. Será que é? Só? Porque uma determinada empresa vai investir numa determinada produção? Que expectativa ela tem ao financiar um produtor? É uma outra alternativa de caixa? Pra empresa não é. Ela só vai investir em marketing cultural na medida em que, em primeiro lugar, ela tenha um marketing composto de várias áreas, que ela ocupe os vários espaços possíveis dentro disso, que ela seja mais uma área especializada. Marketing cultural já é uma área especializada da empresa. E é uma área específica de

comunicação, porque ela se aproveita do poder de catarse, de sinergia que qualquer produto cultural apresenta e aí ela se posiciona pra fazer a sua comunicação. Assinar Rhodia numa peça de teatro, não se está vendendo nada. Então é uma estratégia, não pra eu vender o produto determinado que eu tenha. Quando se fala em marketing de produtos culturais, é preciso pensar em algumas coisas mais: o que significa um produto cultural em si? Primeiro, já na própria definição de produto, quando uma pessoa de marketing tenta pensar o que é um produto, como é que se define um produto ou serviço. Normalmente, os grandes teóricos tentam conceituar produto como o resultado que determinada coisa faz: o produto é o que o produto faz, é o efeito produzido. Qual é o efeito de um determinado produto cultural, se o produto cultural em si é um refazer permanente? Quando uma pessoa lê um livro, ao terminar de ler esse livro, não é mais a mesma, é uma outra pessoa. Aprendeu alguma coisa, se transformou, mudou. O produto cultural já é um produto de mudança. Isso talvez seja o charme, seja a atração dele.

*ao terminar de ler esse livro, não é mais a mesma, é uma outra pessoa. Aprendeu alguma coisa, se transformou, mudou. O produto cultural é um produto de mudança*

Segunda coisa, realmente é o preço. Não dá pra gente pensar em produção cultural, produto cultural, sem se preocupar com preço. O que significa isso no conjunto das pessoas, na possibilidade dos gastos das pessoas?

O terceiro aspecto, é o da distribuição. A gente faz uma peça muito bem montada, coloca num terminal de teatro em São Paulo. A maioria das pessoas em São Paulo não conhece a própria cidade, estamos cansados de saber. Nós vivemos uma geração urbana, ou suburbana, não mais rural. Temos que começar a pensar o Brasil a partir de hoje como sendo um país exatamente urbano. Oitenta por cento da população nas cidades. Quando não é metropolitano, que é muito mais complicado.

#### **Sérgio Mamberti:**

Só para dar um exemplo da distribuição com relação ao cinema, a gente hoje em dia ainda discute o cinema como produção. O problema é a distribuição, é onde ele é assassinado. É verdade.

#### **Francisco Ferron:**

Há essa distribuição que você coloca, tem até a rede física, o prédio do cinema instalado simplesmente no Centro. Na Penha, em São Miguel, essa distribuição, esse acesso não existe. No interior, nem se fala. Lembro um trabalho com o SESC. Teve uma época em que a gente conseguia passar alguns filmes em praça pública, a gente levava um projetor pra lá, de 16mm, fechava-se, apagava-se

as luzes da praça, se colocava um telão e se passava um filme. Uma coisa assim incrível, quebrava-se a novela, fazia-se um monte de coisa. Estamos falando em periferia: essas casas, algum centro, algumas formas de convivência são fundamentais que sejam encontradas, sejam abertos espaços. É a promoção. Volto a dizer, uma empresa que tem um marketing sofisticado, desenvolvido com vários aspectos, várias alternativas, várias mídias, vários canais de vinculação, vai usar a cultura como mais um. Ela vai se aproveitar, portanto, da motivação, da catarse, do envolvimento que o produto ou evento cultural puderem produzir pra se associar a ele. Uma forma que a gente chama de *recall*. É só lembrar da empresa ou lembrar de determinado produto como sendo uma coisa excelente, uma coisa importante.

E, além de tudo, a gente pode fazer algumas considerações sobre ciclo de produto cultural. A indústria cultural precisa matar um produto atrás do outro pra repor, pra ela continuar produzindo, continuar fabricando. Por exemplo, um disco, um grupo, ela tem que lançar modas uma atrás da outra pra realmente repor, continuar produzindo. Não vai ficar, vamos supor, Chico Buarque ou Roberto Carlos o ano inteiro. Depois tem que entrar o rock, tem que entrar não sei o quê, vai mudando. Ela é completamente venal nesse sentido. Ela não tem um valor cultural básico que a gente imagine ou pense. A indústria de livros, de alguma forma é a mesma coisa. Ela precisa de títulos novos, de lançamentos permanentes, senão ela não mantém outros livros. A produção de teatro, de alguma forma, talvez para o produtor de teatro seja uma coisa, mas para o dono da casa, o dono do teatro, ele precisa daquilo permanentemente funcionando. Um teatro hoje não custa menos que mil dólares por mês de aluguel.

**Sérgio Mamberti:**

Antigamente quando se fazia uma peça, pensava-se em São Paulo e já achava-se que o circuito do Estado tinha um circuito nacional. A gente viajava pelo Brasil e era possível, porque tinha alguns mecanismos, e mesmo quando não existia a gente conseguia viabilizar isso. Hoje em dia é praticamente impossível. Há Estados que vivem submetidos totalmente à televisão: a informação e a vida cultural da televisão. Nem o cinema nem o teatro brasileiro chegam. Isso é uma perda incalculável, na minha opinião, em todos os sentidos. Para o produtor e muito mais pra comunidade.

**Francisco Ferron:**

*a indústria cultural precisa matar um produto atrás do outro pra repor, pra ela continuar produzindo, continuar fabricando*

Uma outra instigação é *sobre mecanismos de participação da sociedade civil*. A gente tem poucos mecanismos aí dentro colocados. O que a gente conhece hoje são comissões e conselhos. Existe um Conselho Federal de Cultura, não sei se esse é o nome certo, que foi o Antonio Houaiss que nomeou um grupo de pessoas, se não me engano trinta e tantos notáveis, o que representam ninguém sabe, apenas a notoriedade provavelmente. Não quer dizer que sejam pessoas não íntegras. Mas não têm correspondência com nenhum processo cultural. Eles são representantes de si mesmos.

A Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo tem um conselho por lei que faz alguns anos que não é mexido, desde Fernando Morais. Existe no papel, mas na verdade não acontece. A sociedade não existe ali dentro. Na época do Adilson Monteiro Alves houve uma tentativa de recompor comissões, além do Conselho. As comissões são setoriais de cada área. Houve um embananamento geral, depois o Ricardo Ohtake entrou, pediu pra suspender, foram suspensas e reformuladas algumas coisas. Estamos tentando ver se a gente consegue encontrar um novo parâmetro: tentar reformular e abrir uma janela para a sociedade civil dentro das comissões e conselhos na área do Estado.

Na área do município, no fim do governo de Luíza Erundina conseguimos aprovar a lei de criação do Conselho Municipal e a sua regulamentação. No ano passado e neste ano está em fase final a indicação de representantes para formar as comissões temáticas do Conselho Municipal de Cultura no município de São Paulo.

Não sei se existem outras formas. Eu acho que talvez existam formas sim, mas muito mais da produção cultural do que da discussão dessas faixas. Mas se os governos preenchessem isso de uma forma razoavelmente correta, já estaria suficiente. Acho que são dois mecanismos importantes e fundamentais. Principalmente, eu diria o seguinte: aqueles localizados nas próprias cidades. O âmbito municipalista da administração é uma coisa muito séria porque aí é onde tem o eco, tem a caixa de eco de retorno.

Mais uma provocação para tentar *discutir o que seria uma parceria entre público e privado* no desenvolvimento de programas de cultura. Penso que a discussão aqui se abriria um pouquinho mais e talvez fosse até mais fácil pensar até que ponto existe uma dicotomia entre essas duas coisas ou se a dicotomia é bem outra. Se o fato de não se ter um projeto, uma idéia de nação, de país, do que se quer, não cria todas essas diferenças. Vejo muito mais um programa de competência. Existem áreas em que o Estado deveria

*o âmbito municipalista da administração é uma coisa muito séria porque aí é onde tem o eco, tem a caixa de eco de retorno*

*existem áreas em que o Estado deveria ser muito mais competente para desenvolver e realizar coisas do que a iniciativa privada. E tem outras que não*

ser muito mais competente para desenvolver e realizar coisas do que a iniciativa privada. E tem outras que não. Talvez o Estado seja muito mais incompetente do que a iniciativa privada. Na indústria fonográfica, por que precisa entrar o Estado? Talvez em algumas áreas sim. Ou forçar a iniciativa privada a adotar a produção de ópera, de música clássica, algo que seja muito difícil pra ser comercializado, que não tenha viabilidade econômica total, então sejam dados cotas ou outra coisa. Mas de alguma forma o Estado tem de ser um mediador dessa história. Tem algumas áreas que não dá. Por exemplo, uma oficina cultural pode ser dada pra iniciativa privada? Eu acho muito mais competente o Estado assumir, pelo menos todos os processos de discussão, de transmissão de formação de cultura do que deixar pra iniciativa privada. Penso que a produção cultural pode ser mista. Algumas coisas só a iniciativa privada pode fazer, não no campo de uma reserva de mercado, não precisa deixar ter reserva de mercado, mas deixar com competência, com uma iniciativa com possibilidades. Em algumas outras áreas não. Algumas outras áreas tem que ser criadas, tem que ser de alguma forma fomentadas. Mas, de novo, se o Estado não tiver a sociedade civil representada dentro do planejamento das suas políticas, não como uma concessão do governante, acho que a coisa começa a complicar por aí, não como concessão de um governante A, B ou C, mas como uma garantia, como uma estrutura de participação de poder da própria sociedade. Caso contrário, vamos de novo ser simplesmente circunstanciais, pontuais e fim de papo.

*então, o bem comum, no fundo, tem que ser construído. Seja pela iniciativa privada, seja pelo poder público*

Então, o bem comum, no fundo, tem que ser construído. Seja pela iniciativa privada, seja pelo poder público, o que no fundo separa um do outro é mais um problema de competência, de quem pode ser competente ou não pra realizar determinados tipos de tarefa. Eu acho que uma empresa nunca vai funcionar tão bem em termos de educação, de processo de formação cultural quanto o próprio Estado. Porque é uma coisa pública, uma coisa geral.

Uma outra questão: *qual é a principal inovação que deve ser incentivada por um governo democrático?* Fundamentalmente, hoje as pessoas têm contato como espectador, os consumidores não têm contato com a produção cultural como criadores ou como participantes do processo. Eles vêm ao teatro, eles vão ao cinema e assim por diante. Aquela história de novo aí: cruza-se educação com cultura. O processo de contato com as artes, o processo de contato com a cultura mais genérica que era feito na escola, hoje, por necessidade de dotação, por uma série de outros aspectos, não acontecem mais. Então, o que acontece? Nós vamos ter contato com a produção, essa geração urbana que vivemos vai ter exatamente

através do produto cultural, através da ditadura da mídia, principalmente da televisão. Pensamos que a cultura não existe, mas ela existe. A interpretação que damos a ela pode ser um pouco diferenciada. Quando vemos todo o movimento funk do Rio de Janeiro ou da periferia de São Paulo, o rock de garagem, todas as outras manifestações em que se canta um monte de músicas, não sabendo nem o que está sendo cantado, mas canta, interpreta e vive: essa é uma forma dele estar se expressando. Desprezar e chutar, dizer que isso não existe é um pouco de brincadeira; é tentar imaginar que temos uma receita, mas ninguém mais gosta dela. Porque talvez não tenha motivação, talvez não tenha como passar, como ser apresentado a essas pessoas. A possibilidade, a necessidade de aproximar a produção do consumidor é uma coisa muito importante. E só a partir do contato, do primeiro esquete que a criança montar na escola, ou da poesia que ela escrever, do quadro que ela tentar pintar, é que ela vai começar a entender o que significa uma técnica, um universo de referências e valores que aquilo pode expressar ou não. Então, pra mim, se existe um desafio ou existe uma inovação que um programa de governo pode fazer é exatamente esse: possibilitar o acesso ao processo de criação.

*uma inovação que um programa de governo pode fazer é esse: possibilitar o acesso ao processo de criação*

Próxima questão: *prioridades de um projeto cultural de governo*. Penso que vivenciar a produção cultural como um processo de motivação do processo de educação é fundamental. Até porque a educação do jeito que ela está sendo colocada hoje é um abacaxi. A aversão que, principalmente o jovem - adolescente dos nove anos em diante - sente por escola é uma coisa terrível. Não adianta se pensar em educação e usar esse tipo de modelo. Mas, mais do que isso, já se instituiu na cabeça desse jovem adolescente uma aversão pelo processo de escolarização. Então há uma necessidade de realmente se recuperar esse processo, porque isso é uma sócio-cultura dada que rejeita a educação, e rejeitando a educação não sei que tipo de intervenção, seja capitalista ou socialista, vai ser possível, principalmente numa sociedade tecnológica. Então, é fundamental que se restabeleça isso, porque a cultura, a sócio-cultura interpreta e visualiza a educação num determinado sentido. Então há necessidade de repensar tudo isso.

*as pessoas são liberadas por algum tempo livre e vão ficar só expostas à televisão?*

Outra coisa, repensar a noção de trabalho e tempo livre. No país acho que 50% da população têm holerite, os outros 50% não têm: as pessoas são liberadas por algum tempo livre, e essas pessoas vão ficar só expostas à televisão? Depois a gente critica a televisão. O que a pessoa faz se não for ver televisão? Que alternativas se criam? Participei muito pouco de alguns desses movimentos de entretenimento, cultura, lazer, tempo livre; por exemplo, um baile

funk de periferia: nesse baile esse jovem, essa pessoa se envolve, ela vivencia aquela situação como se fosse uma explosão de catarse. Por quê? É o que lhe sobra. Ela não vai ao cinema porque ela não gosta de cinema, ela não foi preparada para isso, mas o baile ela sabe o que significa, está ali do lado dela. Então, o lazer e tempo livre são coisas muito sérias. Toda indústria de entretenimento - pessoas de cultura e de artes não gostam de falar dela - é fundamental. É como os americanos ocupam o mundo inteiro. Os japoneses compraram as produtoras americanas, e o que eles fizeram: Michael Jackson, Madona etc. tocando no mundo inteiro, arrecadando no mundo inteiro, é uma indústria fabulosa.

**Sérgio Mamberti:**

Só pra constar, a Lígia tem uma estatística com relação a isso que é uma informação interessante até, com relação ao que isso significa nos Estados Unidos.

**Lígia de Paula Souza:**

No Brasil, a população economicamente ativa é apenas a metade. No produto interno bruto brasileiro em 92 a comunicação só perdeu para o setor agro-pecuário. Nós ficamos em segundo lugar com 5,9%. O que a gente apreende disso tudo é que o dinheiro existe, tanto aqui, como lá fora. Essa indústria existe aqui no Brasil, só que ela não está com a gente. Eu estou vendo lá, "Congresso loteia o orçamento cultural" (manchete de jornal). Aquilo é um reflexo. Então, há essa apropriação indevida dessa indústria, ela não está passando por nós, mas que existe, existe. Como a gente tem uma forma inadequada, não vê que essa indústria, não só mantém a questão cultural e artística, mas ela está ligada por outros setores: hotéis, salões de cabelereiro, restaurantes, serviços de táxi, estacionamento. Enfim, é uma rede muito extensa.

**Francisco Ferron:**

Só mais duas questões. *A relação entre ética, valores sociais e projetos culturais.* Essa é uma discussão filosófica mas não dá pra separar uma coisa da outra. Em qualquer procedimento de qualquer organização eficaz, eles são importantes, eles se entrelaçam. Que dirá numa sociedade, num governo. Então é fundamental. O que eu acho é que talvez esteja faltando uma noção um pouquinho importante na hora da feitura, da elaboração desses projetos, é que um elemento fundamental é a motivação das pessoas em participarem. Se não levamos em conta porque a pessoa participa do baile funk e não participa do teatro ou de um filme,

*no produto interno bruto brasileiro em 92 a comunicação só perdeu para o setor agro-pecuário*

exatamente o aspecto de motivação, de adesão, do que ela coloca aí dentro. E da percepção de ressonância que ela tem, aquele reflexo.

A Desburocratização e a transparência nas políticas culturais é o tipo da trombada que é inevitável. Ou a coisa começa a acontecer, ou então vira aquele artigo que a Lígia acabou de citar, que foi uma das obras que o Willer e mais algumas pessoas andamos descobrindo no Congresso, e conseguimos colocar na imprensa: não há condição mais de se fazer coisas por baixo dos panos pura e simplesmente, ou favorecimentos a A, B ou C. Isso não significa que não haja condição de gerir um programa, muito pelo contrário. Tem que se ter condição. O governo, a autoridade, o gestor da área cultural tem que ter essa competência, essa capacidade mas, por outro lado, não pode ser feito de uma forma escusa. Então, a desburocratização é necessária, conservando a necessidade da profissionalização. Não dá pra simplesmente se colocar especialista de nada. Ou as pessoas que vão ocupar determinados espaços respondem por aqueles espaços, interagem com o social, transferem benefícios ou não vai acontecer nada.

*criar mecanismos,  
de transparência e  
desburocratização*

Na área privada, talvez nos últimos quinze anos, a coisa que mais se fez, se produziu literatura sobre inovações de gestão, de mudança. Na área pública muito pouca coisa se fez. É necessário se retomar a coisa pública e o jeito de gerir é exatamente criar esses mecanismos, de transparência e desburocratização.

Finalmente, *orçamento e distribuição de verbas públicas*. As verbas públicas são muito pequenas. O problema fundamental é que o governo, de um modo geral, é gerido por uma peça chamado orçamento programa, que é um "trem" da I Guerra Mundial inventado nos Estados Unidos. É um mecanismo de gestão totalmente ultrapassado.

Outra coisa fundamental: a necessidade de se ter um espaço dentro do orçamento. Orçamento não é só pra custeio, não é só custeio daquele órgão, seja Secretaria, seja Fundação, seja o que for. Não é só pra isso. Ele tem que prever uma janela de interpenetração, de oxigenação da outra produção, da produção independente, assim por diante. O orçamento tem que prever esses espaços. Aqui em S. Paulo a gente tinha na área de cinema. Existe a única janela colocada aqui, e vou voltar a dizer, é a lei de incentivo do município de S. Paulo, a lei de incentivo chamada "Lei Mendonça", que é colocada numa secretaria de governo, nem da Secretaria de Cultura é. Porque a Secretaria de Cultura fala: "bom, se é minha quero mandar nela". Todo um espaço da sociedade civil que

está lá garantido por lei, por uma comissão, foi jogado numa secretaria de governo. Tá certo? Tá errado? Não sei. Mas de alguma forma o orçamento público tem que prever essa participação, tem que ser oxigenado pela produção independente sim, de uma forma transparente, direta e clara. Não adianta também simplesmente favorecer os amigos, não é por aí. Então faixas específicas pra custeio, faixas específicas pra contratação e investimento. Vou voltar a repetir só um pequeno problema. Na administração federal existe o PRONAC, Programa Nacional de Apoio à Cultura. Ele tem dois ou três mecanismos básicos, mas o mecenato privado, que é a Lei Rouanet que capta imposto de renda, o Fundo Nacional de Cultura que tem receita de loteria, tem ótimas receitas e tem o FICART com receita da captação no mercado de capitais, que até agora não aconteceu.

*nunca se sabe qual o tamanho do Orçamento, o que foi gasto, o que não foi gasto. Não existem informações gerenciais sobre essas coisas*

Mas vamos falar dos dois, seja da Lei Rouanet e do Fundo Nacional de Cultura. A "Lei Rouanet" é pro mundo. Eles aprovam um projeto e a pessoa sai captando: se conseguir captar incentivo com investidores a pessoa realiza o projeto e cobra até dois por cento do imposto devido. Já o Fundo Nacional de Cultura, que a gente imaginou nas discussões, abrange projetos somente que têm que ser subsidiados, que têm que ser meio a fundo perdido ou não, empréstimos reembolsáveis, uma série de coisas que seriam possíveis realizar e incentivar com esse Fundo. De repente, vemos que ele é usado como forma, como recurso extraorçamentário em 80% do seu valor pra financiar programas das próprias subvencionadas, que são IBAC, Museu Nacional e outros.

Nunca se sabe qual o tamanho do Orçamento, o que foi gasto, o que não foi gasto. Não existem informações gerenciais sobre essas coisas. Além dessa dificuldade de não saber o que foi gasto, as previsões possíveis são normalmente tomadas pelos próprios programas, pelos próprios projetos dos órgãos. A sociedade não fica a par de tudo isso. Obrigado.

## MOMENTO II

### Compondo a Diversidade

#### Hamilton Faria:

Após a exposição da mesa, com uma abordagem bastante abrangente dos diversos temas culturais, e dando início ao segundo momento de nosso encontro, vamos passar a palavra inicialmente, abrindo o debate, para Alberto Cagnone.

#### Alberto Cagnone:

Fui diretor até dia 03 de abril do Centro de Saúde de Pinheiros. E é interessante porque eu sou médico e estou aqui, e foi um prazer incrível ter encontrado uma Organização Não Governamental como o PÓLIS. Porque através do trabalho do Centro de Saúde de Pinheiros, a gente pôde agora, ouvindo a mesa, fazer algum tipo de proposta, que me parece interessante. Quando eu vejo o Sérgio colocar que a cultura foi destroçada pela ditadura, eu posso dizer que não foi só a cultura que foi destroçada, houve uma intenção de colonizador português de destruir toda a área social, propositalmente.

#### Sérgio Mamberti:

Só um apartezinho: eu falei a cultura não como uma coisa específica da minha área da produção artística, mas o projeto cultural brasileiro, foi isso que eu disse.

#### Alberto Cagnone:

Exatamente. Houve uma destruição de toda a estrutura social brasileira, nas áreas da educação, da cultura, da promoção social e da saúde. E o que assistimos hoje? Estamos assistindo a completa derrocada de todas as instituições: toda a população está alijada completamente do processo de produção nacional. Tenho uma experiência na área da saúde: no Centro de Pinheiros a gente tinha um atendimento de uma população idosa muito grande e de uma população adolescente muito grande. Dando condições para a realização de alguma produção cultural, a gente consegue recuperar



conflito

um pouco do sentido de cidadania que se perdeu completamente nesses vinte anos.

E vejo o seguinte: há que se diferenciar a produção cultural da produção artística. Eu vejo um certo receio da população em encarar a produção artística. Quer dizer, quando vemos um movimento que nasce num bairro, numa comunidade, e quando ela pensa em produção artística é muito difícil. Agora, quando se recuperam os valores locais, regionais e começa-se a dar característica de produção cultural, vai muito bem. Eles queriam que o artista fosse lá para vê-los. Eles não têm vontade de ver o ator no teatro, têm vontade que o ator vá lá assisti-los. Eles têm uma produção cultural local.

Então, eu acho que nós temos que perder um pouco a nossa postura corporativa. Técnicos da cultura, da saúde, da educação, e começar a olhar cidadania como uma coisa que nessa eleição é fundamental. Temos que ter uma visão um pouco mais holística desse processo, uma visão global. Saúde é educação, saúde é cultura, saúde é promoção social. Cultura é saúde, é educação, é promoção social. Educação é saúde, é promoção social. Se nós passarmos a uma visão mais holística dessa imagem, temos condições de começar a refletir, no próximo pleito, sobre quem é que representaria esse tipo de posição. E acho que aí, a eleição da Assembléia Legislativa e a eleição do Congresso é mais importante que a eleição majoritária. E quando se discute cultura regionalizada de forma democrática, tem-se que começar a discutir isso de forma local, com pessoas que nos identifiquem e que estejam mais próximas do nosso compromisso com a melhoria das condições de vida.

Eu acho que a partir daí, a gente pode então pensar em candidatos majoritários mas, obviamente, se nós não tivermos um Congresso e uma Assembléia que sejam representativos nesta linha, dificilmente vamos ver candidato majoritário fazendo alguma coisa.

**Alcemir Palma:**

Tenho uma discordância com o que o Ferron abordou, e que é um ponto fundamental, quando se pensa numa política cultural. Quando ele fala que o bem comum deve ser dado à sociedade - seja da iniciativa privada, seja de uma gestão democrática - que isso é uma questão de competência, na minha opinião isso é resumir muito uma diferença que é brutal. Foi citado o exemplo também da falta de verba, que uma grande parte da indústria abocanha, mas essa indústria deveria estar nas nossas mãos. Discordo desse ponto de

*a indústria cultural deve ser denunciada e se possível combatida*

vista também, se foi isso que foi falado realmente. A indústria cultural deve ser denunciada, quer dizer, o que ela faz hoje com o bem público, e de maneira geral sobre as várias políticas, seja política do menor, seja política artística. Ela deve ser denunciada e se possível combatida.

Temos que ter claro o que queremos e o que vamos fazer, principalmente num governo sustentável, justamente pra prever inclusive o embate. Não dá para se falar que a indústria fonográfica é montada aqui mesmo, podemos transformá-la como a indústria X ou a indústria Y. Eu acho que é preciso saber exatamente qual o papel e qual o tipo de mudança que a gente vai fazer. Agora, não dá pra dizer que é simplesmente competência. Tem áreas da indústria cultural que ela não vai investir, não vai dar verba nenhuma. Trabalho de memória, a indústria cultural sabe muito bem onde ela vai investir e como ela vai investir, a quem ela vai idolatrar, para quem ela vai criar mitos, que tipo de história ela vai pegar. Isso é muito claro pra indústria, ela sabe o que quer. E quem está numa indústria, quem está num governo democrático e se propõe a uma política cultural tem que combater. A indústria cinematográfica sabe muito bem o que ela tem e o que ela quer. A indústria de livros também. É papel do Estado denunciar isso, denunciar o que está ocorrendo e não aperfeiçoar, ou transformar, ou falar vamos conviver e tudo bem.

Não dá pra dizer também que temos que ver a ótica do Brasil sob o ponto de vista urbano. Isso já está sendo feito por essa mesma indústria. Quer dizer, o que é urbano? Quais são as grandes metrópoles? Até que ponto a população do Acre, do Rio Grande do Sul vêem a Rede Globo por falas, está sendo lesada por essa imposição cultural, vamos dizer assim, das grandes metrópoles, seja do Rio, seja de São Paulo, Sul de Minas. Numa política de cultura tem que estar claro os caminhos aonde vai se atingir. Não dá pra falar que é simplesmente um problema de competência. Acho que é resumir muito. E que bem comum é esse? Que bem comum está sendo colocado? Tem que se definir. Tem bens comuns que não são tão comuns assim. Acho que era mais essa discordância que é muito séria, que é fundamental definir numa gestão democrática, numa gestão sustentável.

Esse discurso da competência, inclusive, cai nisso que estamos vendo agora, nas privatizações: quem é competente? Competente pra quê? Será que é a Petrobrás? Será que é a Embraer? A Siderúrgica Nacional? Mas competente pra quê? É nessa linha que eu queria discordar.

*a indústria cultural sabe muito bem onde ela vai investir e como ela vai investir, a quem ela vai idolatrar, para quem ela vai criar mitos*

**Hamilton Faria:**

O Ferron quer responder, quer dialogar? Ou nós passamos pra outro inscrito.

**Francisco Ferron:**

Há algumas coisas que eu gostaria de repor. Eu não entendo a iniciativa privada como contrária à economia. Ela faz parte deste contexto, desta colocação e de um plano democrático, pluralista. O que não entendo é um governo liberalista, que deixa todo mundo fazer o que bem entender. Isso não é o meu conceito de governo, não é por aí que eu penso. Fundamentalmente, um governo moderno, seja ele mais socialista ou menos socialista, mais liberal ou menos liberal, é um governo mediador. Ele tem que trabalhar e organizar essa sociedade. É claro que existem espaços.

Quando falo de competência, é porque ele desenvolve competências, habilidades, condições de produzir resultados para a nacionalidade. Não é competência em termos de lucratividade privada. Então quando eu vejo produtividade, é competência sim nesse aspecto, de reduzir, de ter uma produção que tenha um resultado social melhor. Se o Estado tentar montar uma indústria livreira, não se sabe se é o melhor jeito. Talvez a iniciativa privada seja mais veloz, tenha mais métodos, mais capital, mais condições de fazer isso. Isso não significa que o produto dessa indústria tem que ficar submisso às regras de mercado pura e simplesmente.

O governo pode intervir nesse tipo, mediar e fazer uma distribuição diferente e às vezes até comprar, contratar. Por que ele tem que produzir obrigatoriamente tudo? Algumas coisas são específicas do poder público: Tem áreas que não se delega pra iniciativa privada nunca, tem áreas que se delega integralmente, e tem áreas que tem que ser feita uma intermediação.

**Hamilton Faria:**

É interessante sabermos que vão surgir pontos de vista diferentes, e que essa é uma questão bastante intrincada, que é a relação público-privado na cultura. Talvez em outras colocações possamos explorar qual é enfim o papel da indústria cultural. A indústria cultural é uma coisa monolítica? Ela precisa ser denunciada ou é possível fazer alianças com ela? Há parcerias possíveis desde que o Estado seja esse intermediador? Esse é um buraco também da política cultural. Está-se levantando aqui um problema da maior seriedade. Diversos caminhos existem nessa relação: Há pessoas que aceitam simplesmente essa parceria público/privado como se

*tem áreas que não se delega pra iniciativa privada nunca, tem áreas que se delega integralmente, e tem áreas que tem que ser feita uma intermediação*

fosse um capital nessa seara, quer dizer, veio e pronto. Agora, tem limites pra isso? Então seria interessante que alguém colocasse também nas suas intervenções algumas questões dessa natureza.

**Lígia de Paula Souza:**

É muito importante a nossa discussão. Nós não estamos atrasados, na história, apesar do Brasil ter sido descoberto em 1500. Se configurarmos a história, a geografia da realidade brasileira, vamos ter a nossa resposta para o que aqui hoje nesta tarde estamos discutindo. O projeto cultural foi esse mesmo, aos poucos a elite dominava, e se desconhecia os direitos das raças que aqui estavam, quer seja do índio, quer seja do negro.

Nós somos realmente uma população numericamente maior, em se tratando do negro e do que restou dos índios e depois de uma miscigenação com outras raças. Falar de cultura é falar de modos de pensar, de se alimentar, de se vestir, de se expressar, enfim, isso é cultura. A atividade cultura artística, aí realmente são os profissionais que também, como a cultura em geral, foram esquecidos. Encaramos a cultura apenas como um princípio geral, de uma cultura européia: quem não é louro de olhos azuis não tem vez, não tem espaço, e falar de cultura é falar apenas dos "recuerdos" que trazem quando visitamos uma cidade, um Estado. Não se percebe que aquela lembrança, foi feita por alguém que trabalhou, que produziu aquela obra.

*falar de cultura é falar de modos de pensar, de se alimentar, de se vestir, de se expressar, enfim, isso é cultura*

As falas dos nossos expositores foram todas fundamentais e elas se costuraram. Quando o Sérgio faz o relato dele, também é o nosso relato enquanto pessoas que sobrevivem fazendo arte no Brasil. Então a exposição toda fica amarrada. Nós criamos o Movimento pela Defesa da Cultura pra fazer um trabalho na Constituinte Federal. Depois de quatrocentas horas lá no Congresso, pra colocar-mos o capítulo de cultura, de comunicação, nós tivemos um aprendizado que depois nós jogamos na lei orgânica de vários municípios, e também depois na lei orgânica estadual, na assembléia constituinte estadual.

A partir daí, começamos a fazer um trabalho e ver que esse princípio de organização resulta realmente num bem: vamos ter um governo sustentável? Vamos. Mas vai precisar de um trabalho que passa pelas categorias sim, porque nós temos que sobreviver. Hoje a expectativa de vida do artista, só no Estado de São Paulo, é de 36 anos. Nós temos 8 óbitos por mês. Em sete anos que nós estamos dentro do sindicato dos artistas, nós enterramos por volta de 500 pessoas. Por que morrem tantas pessoas? Porque o nosso ofício é

*hoje a expectativa de vida do artista, só no Estado de São Paulo, é de 36 anos. Nós temos 8 óbitos por mês*

exatamente ligado ao afeto. Exatamente a nossa mão-de-obra é que nos mata. Estamos só fazendo colocações, mas é importante porque participamos e depois criamos um fórum permanente. Ele não continuou mas se tornou permanente de uma forma que a gente continuou a discutir. Nas nossas colocações em dissídios coletivos da categoria, começamos a levantar tudo isso. É preciso abrir esse leque, porque falar de cultura não é só falar de um determinado segmento ou ramo, mas falar de nós todos brasileiros. Não só brasileiros: a realidade da América Latina é igual. A questão da saúde é importante: temos que estar vivos, no mínimo. Pra estar vivo a gente tem que ter educação e tem que ter alimentação, que se não tivermos saúde mental a gente não vai ter nenhum tipo de saúde. Por prática cultural, por hábito também, a gente não discute isso. Quando é que começamos a discutir? É questão de menos de oito anos, isso é de suma importância. Qualquer despertar da nossa emoção, qualquer expressão onde o ato da nossa atividade possa ser colocado é fantástico e é o que nos faz ficar vivos.

Temos que quebrar tabus: Lembro muito de um exemplo quando começamos a fazer nosso trabalho na Câmara. Apareceu um senhor, um negro, e perguntou se ele podia entrar na sala. Falamos: claro, a porta está aberta é pra entrar. E depois de muito discutir, ele falou: "nossa, engraçado, vocês estão falando uma coisa que eu discutia com meus companheiros em 46 lá no Caetano de Campos". A partir daí me preparei para até 2010 estar discutindo cultura, pelo menos penso que é o tempo que eu vou viver. Vamos continuar a discutir. Isso é importante. Então, acho que aqui primeiro é começar a se preparar mesmo pra gente propor um projeto sustentável de cultura.

#### **Edgard Luiz de Barros:**

Meu nome é Edgard Luiz de Barros, sou historiador, tive uma atividade acadêmica na Fundação do Instituto de Estudos Avançados e sou consultor de empresas em São Paulo, sobretudo da Rede SENAC e de algumas editoras privadas.

É evidente, uma discussão como essa é absolutamente fundamental. Eu acho que até o ano 2000 eu chego, mais do que isso não. A Lígia vai continuar até o ano 2010, e certamente vai ter gás, ânimo e força pra continuar discutindo cultura (risos). Essa discussão não pode estar perpassada ainda por certos vieses ingênuos, que escapam um pouco de um certo norteamento que é o fundamental para a construção de um projeto de cidadania, que é a base, que é o assoalho desse encontro.

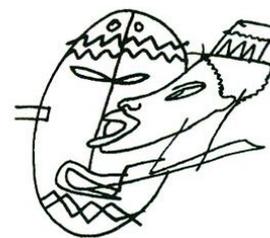
*um projeto de cidadania é a base, o assoalho desse encontro*

Ficou claro isso na mesa, pelo menos subjetivamente, nas entrelinhas, na fala do Mamberti e ficou claro também nos questionamentos que os companheiros colocaram. Cultura é sobretudo ontologia do ser humano. Cultura é qualquer tipo de manifestação que venha atar, unir o convívio em sociedade. Qualquer tipo de criação, de artefato, ou de meio de continuar vivendo em sociedade é um ato cultural estrito senso. A manifestação cultural, essa forma de evidenciar essa materialização dos bens culturais, essa é uma atividade de profissionais, como qualquer atividade humana, como qualquer profissão. Nesse sentido, tem toda a validade a fala do Francisco Ferron sobre a competência. Temos que dessacralizar algumas coisas. A competência é um ato fundamental: produzir o melhor produto para o público que vai consumir é básico. Eu quero consumir o melhor produto. Se tenho condições para ser um consumidor, quero e exijo consumir o melhor produto.

Cultura faz parte do que há de mais fundamental na centelha de vida dos seres humanos e não há unicidade na cultura. As pessoas são diversas, os grupos sociais são diversos, a diversidade é fundamental. O respeito ao outro, o combate à exclusão são os caminhos que seguram a cidadania e que asseguram a democracia.

Faz parte de uma visão ingênua manter um discurso apocalíptico em relação à produção cultural em série, em larga escala. Isso é um discurso pré-Humberto Eco, quer dizer, é um discurso apocalíptico que não serve pra nada, "nós somos os puros, os bons" - e pior do que isso, fazer que o Estado denuncie. Se alguém tem que denunciar a má produção em série é a sociedade, somos nós. O Estado tem que ser controlado, tem que ser vigiado, tem que ser desprivatizado. Ele tem que servir, efetivamente, ao conjunto da população. Nós temos que pegar a coisa pública na mão, porque o que está se discutindo aqui é para um governo auto-sustentável, mas um governo democrático-popular. É a única opção de mudança efetiva no país. Não tem outro subterfúgio.

Temos que pensar a coisa pública como algo de fato sagrado. Pegar a coisa pública na mão e fazer com que ela cumpra sua função pública, que nesse caso é o bem comum. São englobados todas as coisas que são fundamentais: a memória, o patrimônio, preservação de equipamentos, as bibliotecas, os teatros, tudo que diz respeito à coisa pública são os impostos de cada um de nós. De outro lado, o que a gente tem que pensar é a politização: temos que ampliar esse espaço de crítica, ampliar esse espaço de controle, espaço de denúncia à produção cultural em série que tem coisas excelentes,



*cultura faz parte do que há de mais fundamental na centelha de vida dos seres humanos e não há unicidade na cultura, a diversidade é fundamental*

fundamentais. Eu acho que o próprio termo "indústria cultural" já é um termo extremamente preconceituoso.

Há que se desistoricizar, que dar um contexto pra isso. Se nos apropriarmos da mídia - a mídia como um sentido cultural mais amplo - apropriar-se dessa produção cultural em série, saber fazer a crítica, checar isso, botar contra a parede, veremos que a resposta vai ser muito mais produtiva para um conjunto muito maior de pessoas. Agora, o mercado é muito pequeno, porque esse é um país de exclusão. Se nós somos quarenta milhões de pessoas que podem consumir artefatos culturais ou bens culturais colocados à disposição, trata-se de mudar esse panorama sócio-econômico, esse panorama político propriamente dito.

Só pra completar eu diria o seguinte: O caminho independente da definição do projeto enquanto tal é a ampliação dos espaços da sociedade. É o que se está fazendo aqui.

#### **Cláudio Willer:**

Anotei quatro questões que gostaria de colocar e queria sugerir um pouquinho mais de flexibilização do tempo.

A primeira questão é justamente sobre a importância de não se criar, ou não se perpetuar, alguns mitos sobre administração cultural. Essa história dos orçamentos baixos para a cultura. No Ministério da Cultura Francês, os orçamentos são da ordem de um por cento do orçamento do governo francês. Em nível de percentual a diferença não é tão grande assim. É claro que um por cento francês é mais do que o nosso, e a questão que o Ferron colocou do gerenciamento é relevante, eles são melhor gerenciados. A fiscalização, a participação da sociedade civil, é fundamental: é uma questão de princípios da qual não abrimos mão. Mas isso não esgota o problema. Tanto assim, que a administração francesa é centralizadora, notoriamente centralizadora mas funciona e impulsionou a administração cultural francesa, impulsionou a França.

Há um tempo atrás nós tivemos um seminário com o secretário de cultura de uma cidade alemã, 40% era para o binômio cultura-lazer. Num país com crescimento zero e todas as demandas de infra-estrutura resolvidas. Isso foi em 85. Agora, com certeza já é menos, que eles estão com problemas de desemprego e outros que todo mundo sabe. Numa cidade com índices de crescimento como os de São Paulo, que são delirantes, 7% ao ano, isso não existe. Num país como o Brasil onde em trinta anos a população rural

*não vamos esperar mudar o modelo econômico para aí discutir cultura*

passou de 60% a 20%, não podemos querer programações orçamentárias de cidade européia.

Esse tipo de processo especificamente brasileiro, é consequência de um modelo econômico perverso, mas também não vamos esperar mudar o modelo econômico para então discutir cultura. Temos que discutir cultura dentro desse quadro. Esse quadro gera certas demandas, diga-se de passagem de obras viárias também. Às vezes me dá impressão que a gente tá discutindo em São Paulo questões de cultura como se estivéssemos em Viena, que está com os mesmos dois milhões de habitantes que tinha em 1918 e, a propósito, também de desistoricizar. Segundo ponto: há realmente uma questão real de gerenciamento e uma questão do funcionamento do Estado que não está respondida corretamente por corrente política alguma até este momento. A questão da democracia é um dos seus componentes, é o componente básico, mas há outros componentes.

*há uma questão de gerenciamento do Estado que não está respondida por corrente política alguma até o momento*

Com relação ao efeito da ditadura, a terceira questão que eu tinha, o que o Sérgio principalmente matizou, eu queria observar o seguinte: se não tivesse havido o golpe militar, poderíamos ter talvez um período de predomínio de uma proposta cultural populista que geraria um atraso. Quer dizer, muita coisa que hoje em dia é reconhecida como moderna, era bastante boicotada há uns trinta anos atrás como sabemos.

**Sérgio Mamberti:**

Isso não justifica o golpe.

**Cláudio Willer:**

É evidente que não, mas a gente não deve atribuir o que houve apenas ao golpe militar. O grande problema foi o estrago que ele fez na educação ao suprimir a dimensão do humanismo.

**Sérgio Mamberti:**

Me permite um aparte, Willer. Essa discussão que você está levantando com relação a essa coisa, essa vertente populista, essa discussão já existia na época e tinha assim uma oposição bastante forte.

**Nilson Moulin Louzada:**

O CPC cansou de levar porrada, lá no Rio e em S. Paulo também, não é coisa acadêmica, não é sub-produto da academia hoje.

*a mais grave foi suprimir a dimensão humanista do ensino*

**Cláudio Willer:**

*a obra de arte e a cultura erudita interessa, porque tem a dimensão da universalidade*

Na verdade alguns dos problemas que estávamos vivendo, a contribuição específica da ditadura, a mais grave foi suprimir a dimensão humanista do ensino e, evidentemente, sem um nível de ensino não se sai do lugar em termos de política cultural. Agora, há uma crise mundial cultural, da qual fazemos parte, que se reflete numa versão piorada, decorrente da concentração de poder na indústria cultural. O ano passado eu estive na Itália, tem as mesmas histórias que aqui: a supressão do valor cultural, a crise de identidade, tudo isso. Nós precisamos entender a globalidade desse processo para uma avaliação adequada e pra medir o alcance do que poderíamos fazer.

A quarta questão é a seguinte: é a questão do valor cultural e da universalidade. Se não passarmos por essas questões a gente perpetua uma espécie de colcha de retalhos culturais transformando diversidade em colcha de retalhos. Há um herança cultural: a obra de arte, principalmente, e a cultura de nível erudito interessa, porque tem a dimensão da universalidade. Na cultura erudita as diferenças se encontram e se transformam, ao contrário da falsa universalidade da indústria cultural. Então, esse aspecto de como a cultura se projeta na diacronia, se transforma em história e onde ela adquire o nível do universal, que está diretamente ligado ao valor cultural. Nós não queremos o Estado crítico de arte também, mas também não podemos suprimir o valor. Eram essas as questões mais importantes.

**Rodrigo Assumpção:**

*a indústria cultural, o trabalho de produção cultural é altamente empregador, utiliza uma mão-de-obra imensa, qualifica e gera riqueza*

Trabalho no Instituto Cajamar. Por desvio de formação, estou concordando muito com o Edgard. Também fiz história e acho que isso deu uma ótica interessante.

Só queria trazer uma questão que foi tocada muito de leve, a questão do mercado. Quando a gente fala em ampliar mercado interno, quando se fala em ampliar número de trabalhadores participantes do mercado, fala-se de cultura também. Não só pela ótica de mudar um pouco a cultura brasileira, que vai na outra linha, mas também porque a indústria cultural, o trabalho de produção cultural é altamente empregador, utiliza uma mão-de-obra imensa, qualifica e gera riqueza. Na França, a Indústria Cultural é a segunda ou terceira em termos de importância industrial. No Brasil, tem muita importância. Então, tenho certeza que não vamos competir com a Rede Globo sem mostrar um produto de qualidade, que interesse ao público. Como que se faz isso? Quebra-se com o monopólio,

sem dúvida; garante-se a ação governamental que garanta a exibição de algumas produções locais, mas o Acre, por exemplo, só vai ter uma televisão que mostre alguma coisa local quando tiver três ou quatro produtoras, qualificadas, que paguem direito seus funcionários, que façam alguma coisa que interesse à população local. Isso é muito mais interessante que denunciar.

O governo que denuncia não vai chegar a lugar nenhum. O governo que permite que produções culturais diversas aflorem vai conseguir contrapor. Agora, da mesma forma que por enquanto nós estávamos vivendo uma "onguização" de esquerda, daqui a pouco vamos viver uma "onguização" de direita, aparecerá produção cultural que desagrada, produção cultural pior do que a da Rede Globo. Vamos ter que enfrentar isso numa boa, contanto que não tenha monopólio, reserva de mercado, acessos privilegiados. Tentar enfrentar o mercado, enfrentar a cultura, enfrentar o debate. Era só isso que eu tinha pra dizer.

#### **Sérgio Mamberti:**

Gostaria só de complementar que a reserva de mercado é fundamental, principalmente para a produção artística e para a diversidade também. Quando o Collor eliminou todos os mecanismos e todo o projeto cultural brasileiro, nos defrontamos com o seguinte problema: vimos que não tínhamos organização e que o nosso esquema de produção estava absolutamente desorganizado e tutelado. É claro que não no nível dele, mas isto nos flagrou. Criei um movimento de resistência que não foi nem consciente nesse nível, só depois dentro do processo, dentro do Fórum de Cultura que percebi o que foi ter um teatro de oitenta lugares, que um hotel tinha me oferecido, que se tornou um espaço de resistência cultural.

Abrimos o projeto dez dias após o Plano Collor e em sete meses passaram mais de 800 artistas ali. A gente não tinha nem estrutura pra isso, não tinha verba, não tinha nada. E esses artistas vieram e falaram assim: "nós estamos vivos, nós estamos presentes". Também outras pessoas montaram uma empresa cultural: estamos investindo numa coisa que chama empresa cultural. Tentando dar uma estrutura moderna, contemporânea e competitiva sem estar dentro de uma postura liberal em que a cultura seja uma coisa de mercado. É uma economia da cultura. Numa discussão do Fórum de Cultura o Bresser Pereira colocava que a cultura era uma questão de mercado e quem tivesse um bom produto ia sobreviver. O Mercadante falou de Van Gogh, que vendeu um quadro enquanto era vivo, e nem por isso deixou de ser menos artista. No entanto, estava sendo vendido naquela semana também um quadro dele, por

*Van Gogh vendeu um quadro enquanto era vivo, e nem por isso deixou de ser menos artista*

*o Estado brasileiro tem um débito enorme com o cidadão e não se sabe muito quais são as funções do Estado*

um preço tão absurdo, que era uma perversão. Mas ao mesmo tempo pode-se falar de uma economia da cultura.

**Edgard Luiz de Barros:**

O pior não foi isso, o pior foi ter caído sem ter choro da sociedade. Quando o Collor deu um golpe fascista no dia 16 de março de 1990, a coisa caiu com as pessoas apoiando oitenta e seis por cento as barbaridades que ele fez. Pior ele não ter deixado raiz suficiente pra que a resistência pudesse acontecer. Isso é o mais grave, isso não pode ser permitido mais.

**Altair José Moreira:**

Fui diretor de cultura em Sto. André, de 89 a 92. Eu acho que a discussão aqui deveria ser o dever do Estado e da sociedade. Penso o seguinte: pra nós é muito complicado a discussão cultural porque sabemos que o Estado tem um débito muito grande com o cidadão. O Estado brasileiro tem um débito enorme com o cidadão e não se sabe muito quais são as funções do Estado. Por exemplo, em Santo André tínhamos a preocupação que o município considerasse primeiro que a cultura era um direito do cidadão e segundo, que o Estado promovesse também o trabalho de criação do cidadão. O Collor nos deu um tapa na cara que nunca pensamos que fossemos levar. Por quê? Porque nós também, culturalmente, sempre estivemos na dependência do Estado.

Nós sempre queremos que o Estado viesse ao nosso encontro. Nós sempre nos colocamos como sensíveis demais. O Collor foi o Mike Tyson da cultura. Chegou, deu uma pancada e ficamos estatelados. Isso mostra que o Collor, infelizmente, é uma referência importante pra qualquer começo de discussão, se quisermos resgatar cidadania e fazermos um país grande, um país onde a gente possa fazer com que a política cultural não seja só o evento cultural, que isso não 'seja um programa de cultura. Um governo sustentável tem que fazer uma coisa global, onde desde a reforma agrária até o programa da habitação, seja uma mudança da relação com a população.

*o Collor foi o Mike Tyson da cultura. Chegou, deu uma pancada e ficamos estatelados*

Não adianta ficar discutindo política cultural e os produtores culturais sofrem muito, porque o Estado não é referência pra eles. Eles não sabem até onde vai o Estado, o que é do Estado, o que é da sociedade. Então é o grande problema. Por exemplo, eu sou contra as leis de incentivo à cultura. Por quê? Porque elas não foram feitas pra nós, elas são burocráticas. Por exemplo, em Santo André aconteceu o seguinte, o prefeito disse: eu quero uma lei de incentivo

à produção cultural. Nós dissemos: somos contra. É só pra quem está mobilizado imediatamente que vai fazer uma série de coisas, porque criou-se inclusive o tal do produtor cultural, que já não é aquele cara que produz a cultura, mas o empresário de cultura que chega, que tem um belo escritório, que resolve o problema, faz um projeto lindo, inquestionável. Então nós mudamos isto: produtor cultural é aquele que escreve, é aquele que inventa, é aquele que desenha, e aquele que joga bola. Fizemos com que a administração do dinheiro passasse a ser do Departamento de Cultura e não do Gabinete do Prefeito. E que a produção cultural se fizesse representar junto do secretário, do diretor de cultura, de forma que o cidadão tinha controle disso tudo. Nós prestávamos conta à cidade desse controle e acesso e criamos os critérios para liberar esse dinheiro. O artista tem que sair do caracol pro cotidiano.

*um governo sustentável tem que ter uma visão global, uma atitude onde governar signifique mudar as relações políticas*

Hoje está dado que não é só criação, é preciso, por exemplo, trabalhar com fundo de commodities. Nós já saímos da época romântica. Se o Estado como um todo não criar referências democráticas para a população, e meios da população intervir nisso, não vamos desenvolver, não vamos fazer um país diferente. Ou seja, o cara de cultura é aquele cara que tem que pensar o Brasil também, na sua diversidade; quem não pensa o Brasil em termos de sua diversidade acaba dando força a esses corporativismos, esses maniqueísmos que existem: "ah, é artista, deixa pra lá, depois nós damos 0,5%, é coisa de cultura". Um governo sustentável tem que ter uma visão global, uma atitude onde governar signifique mudar as relações políticas, para a sociedade ter referência de como ela pode interagir nos seus destinos.

#### **Nilson Moulin Louzada:**

Sou da direção nacional do Sindicato dos Tradutores, mas estou aqui a título pessoal. Fui professor a maior parte da vida, então não consigo dissociar a questão da educação e da cultura. O único programã, ante-projeto de programa ao qual tive acesso até agora coloca a questão da educação como prioridade um. Imagino que todos os outros programas que venham a surgir também façam isso. No programa que eu li, que é o do PT, consta que será de dez por cento o novo percentual para a Educação. Qualquer que seja o governo que haja a partir de novembro, haverá uma pressão gigantesca, interna e internacional, para que o Estado seja mínimo, para que o Estado seja neo-liberal que se quer funcionando por todo lado. Então, é um problema muito grande, que não dá pra discutir hoje. Todos, direta ou indiretamente, tocaram na questão do orçamento cultural e parceria público-privado. Eu proponho que se faça aqui



*de tudo que foi comercializado no Brasil no final de 93, só 5% é para o setor estatal e bibliotecas*

um debate, um seminário somente sobre essa questão. Quem quer que venha, independentemente de quem seja o vencedor depois, que vença PT, PSDB quem seja, possamos depois brigar por isso.

Essa questão pra mim é fundamental. Aqui tem um dado da Câmara Brasileira do Livro, entidade patronal: livros comercializados no Brasil no último trimestre de 93. Os dados que eles têm, diversos setores e o governo, o governo entendido como FAE, órgãos públicos estaduais e municipais, 3%; as bibliotecas públicas e privadas 2%. De tudo que foi comercializado no Brasil no final de 93, só 5% é para o setor estatal e bibliotecas. Isso é uma vergonha, isso é um escândalo, isso precisa ser mudado por quem quer que venha a ser o novo governo desse país, se é que queremos mudar alguma coisa.

Então, esse tipo de questão tem a ver com a questão da parceria público-privado. Há muito o que fazer nessa parceria, mas não concordo com você Ferron, nos termos que colocou, seria só de definir até aqui é público, ali é privado, como é que nós vamos funcionar. Não funciona assim. A questão é muito mais complexa, porque é local e é internacional. Então eu acho que nós teríamos que discutir isso bastante bem, com mais tempo, com todos podendo intervir.

#### **Agenor Mônaco:**

Sou sociólogo e na administração da Erundina fui coordenador regional de cultura, trabalho na Secretaria Municipal de Cultura. Tem uma série de questões levantadas aqui e a divergência é salutar. E, seguramente, aqui dá pra perceber que existem divergências. Existe uma preocupação fundamental, que é de formular uma política para um governo sustentável apoiado pela maioria da população. Isso supõe mobilização de massa e também uma preocupação de intervenção permanente de manter essa população mobilizada, e tratar essa mobilização não de uma forma populista e instrumental, mas de uma forma popular no sentido da sustentação.

Quero levantar a questão do setor privado: o problema do setor privado é o seu caráter anti-democrático no sentido de que a questão da cidadania, dentro do interior da empresa e nas relações sociais, não está colocada. E essa é uma questão fundamental. Democratizar a gestão do setor público passa também pela proposta de democratizar a gestão dentro da empresa e essa democratização não se dá só no plano institucional, ela se dá no plano cultural. Essa é uma discussão que tem que estar colocada, essa é uma limitação da

*o problema do setor privado é o seu caráter anti-democrático e o Estado sempre foi a extensão do privado e a grande questão é como desprivatizar o Estado*

democracia formal, onde ela é mais avançada. Isso se percebe quando se coloca que o privado tem os seus limites. E, mais do que isso, o privado controla o Estado. De uma certa maneira, o Estado é e sempre foi a extensão do privado e a grande questão que está colocada é como desprivatizar o Estado.

A questão das leis que protegem a cultura é complicada, porque se formos observar, fazer análise de quem é beneficiário dessa legislação é quem já tem recursos. Quer dizer, é a produção cultural em série reprodutora de um determinado pensamento, de uma determinada concepção. É uma questão que tem que ser discutida. Não seria mais interessante democratizar, de fato, os departamentos, as secretarias, o Estado? Avançar nessa perspectiva?

### **Beá Tibiriçá:**

Quem se propõe a ser esse governo democrático e popular, precisa começar a agir imediatamente, senão não será um governo sustentável, mesmo querendo. Num programa de governo a cultura deve ser estratégica e perpassar o programa como um todo. Precisamos de uma transformação cultural na sociedade pra ter um governo sustentável, pra poder agir de um outro modo. Outro dia a Ester Góes estava falando algo que é muito procedente: na área de cultura as pessoas se esquecem que tem o tal arrastão cultural da direita e que tem uma corrupção consentida, porque é cultural. Onde se vende prestígio, não interessa de onde vem o dinheiro porque é o meu projeto, a minha peça, o meu filme que está se colocando pra sociedade. Isso também existe e nós às vezes fechamos os olhos.

Pra dar um exemplo concreto: quando se foi discutir a questão do Memorial da América Latina na Assembléia Legislativa foi uma polêmica fantástica, porque tinha corrupção, era prolongamento do metrô, tinha trambicagem, tinha o diabo, mas nós tínhamos que votar a favor do projeto porque era um projeto que ia incentivar a cultura latino-americana, era um projeto que pretendia abrir espaço cultural. E essa discussão ficava toda abafada.

Acho que nesse cenário entram as leis de incentivo, porque reclama-se do Estado, mas no fundo sempre fica-se pedindo de novo um Estado paternalista, um Estado que interfira, um Estado que nos sustente. Temos que propor um outro Estado, que é forte porque tem um programa e vai debater esse programa na sociedade; que é democrático porque vai democratizar a gestão; e que é articulador e não paternalista. Nós temos que articular formas de



intervenção na sociedade. O Estado tem que entrar nesse espaço de articulação.

Então, eu não quero estar inscrita no orçamento da administração direta. Quero sim que o Estado articule um espaço onde eu possa discutir a minha produção, onde eu possa fazer o que o Sergio Mamberti chama de uma "guerrilha cultural" de tipo inteiramente novo, que é espalhar cultura em cada rua, em cada bairro. E é só dessa forma que nós vamos conseguir mudar, porque a cabeça do pobre que está na favela, quando pensa em melhorar de vida, ele pensa no padrão global: ele quer telefone celular, quer algum ponto de contato com o primeiro mundo. Ele não consegue, inclusive, descobrir que o que ele precisa é de qualidade de vida, de cidadania, de ter acesso à cultura, ter acesso à educação. Então nós temos que trabalhar a questão do direito social junto com a questão do direito individual, que é a pessoa poder optar, ser sujeito, transformar, interferir, xingar, e cobrar de quem está propondo novos padrões.

Se não começarmos imediatamente a discutir dessa outra forma a questão cultural, como uma estratégia de vida mesmo, vamos continuar no nosso gueto, não tendo verba pra fazer as peças, não tendo alternativas culturais sendo colocadas no lugar do padrão global. Não podemos esperar ter uma atitude de cassar a Globo, não é isso, nós vamos discutir a questão do monopólio, isso sim, mas vamos ter que começar a criar padrões na sociedade em que a própria sociedade exija outra produção do padrão global. É esse trabalho mais cotidiano que temos que encarar. E, por outro lado, estar muito atentos à questão de que na nossa área cultural essa questão da chamada corrupção consentida, dos salões de onde saem verbas que a gente não consegue combater porque é disseminada, porque é cultural, que é bom porque é cultura, também tem que estar no nosso horizonte, porque senão nós vamos tomar uma rasteira na seqüência.

#### **Fábio Moreira Leite:**

Atualmente, tenho me dedicado a estudar um certo desenvolvimentismo; nós de esquerda sempre falamos de um certo desenvolvimentismo de um lado e, de outro lado, também sabemos o que é a conseqüência da corrente liberal. Estou tentando, como pessoa que reflete sobre a cultura e a identidade cultural, ir aos radicais. Tentei chegar a um radical assim: acho que a esquerda hoje, que queira se achar progressista, tem que tomar muito cuidado com dois aspectos. O progressismo dela, se não for dirigido para o pleno emprego não é progressismo. Todo progressismo, se quiser ser conseqüente tem que pensar de uma forma socialista e se dirigir

*o desenvolvimento não se faz só com as coisas, ele se faz com as pessoas*

ao pleno emprego. Progressismo não é "ah, vamos deixar todo mundo fazer o que quiser". De outro lado, acho que o que socialista fala pro liberal é que o Estado realmente não é um bem público. O liberal, apesar de ter achado que o desenvolvimento é só com as coisas, o desenvolvimento não se faz só com as coisas, ele se faz com as pessoas. Então, enquanto de um lado desenvolve-se a indústria, de outro lado é preciso desenvolver escolas. É na escola que elas vão aprender o que é o bem comum que é o Estado. Agora, se o bem comum que é o Estado não existir mais, não vai ter como encontrar bem comum, só vai ter o bem da guerra de todos contra todos do liberalismo depois que o Estado for sucateado.

Nesse sentido, e ao mesmo tempo culturalmente, enquanto identidade, o que o socialista deveria estar advertindo para o liberal é que o primeiro mundo não é a identidade cultural dele. Ele tem que aprender a não perguntar pra nenhum preceptor estrangeiro, acho que isso para nós aqui é mais ou menos claro, mas enquanto senso comum da cultura, pra nós isso não é claro. Esse culturalismo de identidade externa precisa ser trabalhado. Não em torno de uma mera e simples relação de "precisamos fazer a cultura popular". Penso que a questão está como colocar o que é produtivo e o que é criativo da nossa cultura, dos nossos artistas, em relação direta ao desenvolvimento da nossa educação. Nossa educação foi durante esses vinte anos tratada como tábua rasa pra excluir quem está lá dentro, e colocaram os artistas que, inconformados, ou iam acabar soltando bombas, como soltaram, ou iam acabar tendo que ser comprados como sujeitos particulares.

*esse culturalismo de identidade externa precisa ser trabalhado*

É claro que é muito interessante pro Estado autoritário dividir essas duas coisas. Mas para a realidade socialista elas são uma coisa só, porque interessa desde a escola a criança saber o que é ciência, porque de uma hora pra outra a escola é uma coisa que tem consequência e deve ser admirada, porque lá se pode forjar a ciência, quer dizer, pode-se desenvolver uma condição de uma ciência positiva, não precisa ser expositiva. Uma ciência mais de transformação da sociedade, pode ser até uma ciência negativa nesse sentido. Então eu acho que tem esses dois lados que vão delineando assim o limite do que é um pensamento de fato socialista.

Temos uma indústria que socializa informação, então entre o Estado e a sociedade, atualmente a gente tem a indústria cultural fazendo a mediação: como vamos exercer o poder de censura sobre isso? Porque eu não vejo que o Estado, um programa de governo, se proponha a algum mecanismo de regulação judicial seja lá esse

incentivo à manifestação da redenção pessoal quando o problema é coletivo, ou então tratar qualquer crise social do problema como caso de polícia. Para o povo, polícia; para os progressistas, polícia, porque os progressistas estão revoltados porque estão sem emprego. Queria só colocar essa margem do socialismo frente ao que as pessoas ficam às vezes defendendo como uma coisa liberalista, e tem um lado que eu acho que é progressista.

Ao falar de pleno emprego eu gostaria de advertir também que tem aquele progressismo que se instala dentro do Estado e acaba criando o democratismo e fechando as portas em termos de fazer uma exigência para o Estado abrir à sociedade, para que esta possa reconhecer o espaço público. Porque o espaço público está acabando, como foi reconhecido pelo Maurício Faria.

**Guilardo Veloso:**

Eu sou Guilardo Veloso, sou da Secretaria de Cultura de Belo Horizonte. Inicialmente me parece muito oportuno fortalecer a proposta do Instituto PÓLIS de criar um Fórum Intermunicipal de Cultura, porque imagino que seja a opinião de todo mundo aqui que não se vai esgotar essa quantidade de assuntos que já foram abordados. A meu ver, cada um desses assuntos mereceria um seminário em particular, se a gente quisesse, no mínimo, arranhar a textura de cada um desses assuntos.

Eu quero chamar atenção pra uma questão, no momento em que se coloca a discussão de uma proposta de política cultural para o país como um todo. Essa coisa do rural e do urbano precisa ficar melhor evidenciada. Eu venho de um Estado que tem setecentos e oitenta e seis municípios, onde menos de cinco por cento é de porte médio pra cima. Ou seja, nós temos mais de setecentos municípios que são municípios de pequeno porte, de vinte cinco mil habitantes pra baixo. Ou seja, me parece exatamente, que seria muito oportuno que uma proposta política para o país mereceria também uma discussão no que diz respeito ao urbano e ao rural. E, mais que isso, me parece que centrar a discussão só no aspecto urbano, é desconsiderar questões que são elementares do ponto de vista da própria cidade, do ponto de visto do próprio urbano. Se não formos capazes de discutir a cultura produzida nas pequenas cidades, a cultura rural, vamos denominar assim, não vamos dar conta de discutir a cidade. Eu acho que todo mundo aqui está convencido que nas atuais circunstâncias não dá para resolver os problemas culturais de uma cidade a exemplo de São Paulo, ou de Belo Horizonte, ou de qualquer outra. Nenhuma gestão, por mais democrática que seja, por mais orçamento que ela tenha, por mais participação popular

*se não formos capazes de discutir a cultura produzida nas pequenas cidades, a cultura rural, não vamos dar conta de discutir a cidade*

que ela tenha, vai dar conta de democratizar e acessar a produção cultural pra dezoito milhões de habitantes.

Isso remete a uma outra discussão que é fundamental ser resgatada: não adianta a gente pensar uma política cultural democrática se a gente não pensar outras políticas democráticas. Uma política cultural democrática passa por uma reforma agrária no país ampla, irrestrita, total, geral. Não podemos considerar, mas aí eu poderia trabalhar com um dado que só vinte por cento da população está na zona rural. Mas isso aí é muito pouco. Eu desconsidero com isso sistemas de produções culturais locais que estão muito além de dizer que vinte por cento da população está em zona rural.

Se não formos capazes de cessar o processo migratório numa cidade feito essa, e de conseguir, através de uma política mais eficaz, fazer com que essas pessoas retornem para os seus lugares de origem e que retomem também sua produção cultural de origem, nós não vamos conseguir estar discutindo uma proposta de gestão democrática. Então esse paralelo eu acho muito importante. Não se pode pensar política de cultura democrática, se a gente não pensar um conjunto de políticas democráticas. Tem alguns dados que são muito significativos e que precisam estar sendo resgatados: estamos saindo de um levantamento em Minas Gerais agora que dá conta da existência, em setecentos e oitenta e três cidades, de um número exorbitante de quarenta mil terreiros de candomblé no Estado de Minas Gerais. Temos um parâmetro, por exemplo, pra trabalhar a questão do patrimônio histórico, que não dá mais pra trabalhar com o instrumento do tombamento, porque nós temos dois mil imóveis tombados no Estado de Minas Gerais. O Estado, concretamente, não tem como garantir a preservação desses bens imóveis. Tem questões que uma gestão cultural, seja ou não democrática, não vai dar conta de resolver.

Quando falo do rural e do urbano, remeto à experiência do próprio Instituto PÓLIS. Tenho acompanhado a produção das revistas PÓLIS, que têm feito estudos de gestão, que apontam numa perspectiva que pequenos municípios possam resolver seus problemas cessando o processo migratório intenso pras cidades, pras metrópoles. Essa também deveria ser uma das questões que estariam colocadas numa política de cultura, em nível mais global.

**Bia Pardi:**

A primeira observação que eu gostaria de fazer é que, em se tratando de sociedade brasileira, nada é simples de discutir. É uma sociedade extremamente complexa, de interesses contraditórios e

não acho que ela tenha a expressão da pluralidade. Senão nós não estaríamos brigando pela democratização dos meios de comunicação. Essa é a primeira questão fundamental. Então, a pluralidade existente não é visível e não é dada a público, em função de uma situação de um extremo autoritarismo ainda, em que pese todas as conquistas que nós já tivemos.

Então, é preciso discutir a questão do público e do privado nesta sociedade. Mesmo porque, a própria história dos nossos empresários demonstra muito bem quem eles são. É verdade que a gente tem que ter um pé atrás.

**Sérgio Mamberti:**

Eu acho que todo o autoritarismo se traduz justamente na questão cultural.

**Bia Pardi:**

Mas aí eu fico me perguntando se é possível, é como a história do corporativismo. Todo mundo quer combater o corporativismo, sem pensar, inclusive, o processo histórico que o originou e que ele teve um papel importante na criação dos sindicatos, na própria construção da central única. Quer dizer, não dá pra você numa tacada dizer "agora tudo é corporativo e eu tenho que condenar o corporativismo, imagine, eles vêm todos com ranço corporativo". Eu disse: "Meu Deus! Nós nos constituímos em termos de uma categoria defendendo arduamente as questões fundamentais nossas. Não que a gente não deva superá-lo, mas como fazer? Como fazer pra trabalhar com essa questão, sendo que a historinha nossa é dessa forma?" Do mesmo jeito, não dá pra dizer num tapa: agora o Estado não é mais paternalista. Para com isso! E a dívida social? Onde fica a dívida social, que tem essa imensidão de não cidadãos aqui nessa terra? Fala-se que o Estado não vai subsidiar e vai ter briga sim. Vai ter briga porque tem gente que vai querer reduzir ao mínimo do mínimo indispensável. Se ele puder ele privatiza a educação. Se ele puder ele privatiza - a saúde já está a meio caminho andado. Não dá pra discutir como se nós estivéssemos num patamar em que tivéssemos superado toda essa situação. Não dá pra competir com a Rede Globo levando um produto maravilhoso. Não dá! Porque não foi assim que nós nos constituímos. Foi brigando nas eleições e foi fazendo greve, fazendo manifestação na rua. O processo foi articulado. Não dá pra dizer pra Rede Globo: "nós vamos competir em igualdade de condições com você". No Brasil, tem uns que são muito mais iguais que outros. A briga que temos que levar pela democratização da sociedade.

*não dá pra dizer  
pra Rede Globo:  
"nós vamos  
competir em  
igualdade de  
condições com  
você"*

Não dá pra ser tranquilo quando se pensa nessa imensidão de desigualdade social que existe. E aí vale tudo aquilo que nós estamos falando mas vale brigar. Organização é fundamental contra todas as formas de espoliação cultural, contra toda forma de apropriação particularizada. Quero ser convidada numa plenária na próxima discussão sobre o público e o privado, porque isso daí é uma coisa fundamental, principalmente na área cultural. Porque de repente todo mundo tem que ser mecenas.

**Valmir de Souza:**

É uma observação simples. O problema da apropriação indébita na cultura: isso vem ao longo do tempo. Cultura e política não se dissociam. Vamos pensar no âmbito da produção literária. João Guimarães Rosa fez pesquisas de campo o tempo todo com oralidade, gravador e anotações, e colocou isso na sua literatura, incorporou ao universal. O Guimarães Rosa tem fundamentos lá no "Fausto" do Goethe, que tem fundamentos na Idade Média, na história da venda da alma para o diabo. Hoje, quem tem acesso a Guimarães Rosa é uma pequena elite da academia, todos sabemos disso. Isso é uma apropriação indébita, não pelo Guimarães, mas o problema é da não distribuição desses bens culturais. Isso tem que ter acesso público. Quando o Estado ou o particular inibe esse acesso ele está fazendo uma apropriação indébita, é a exclusão no campo da cultura. Esse exemplo da literatura se aplica no âmbito geral da produção cultural. Essa junção, política-cultura, tem que ser levada em consideração.

**Paulo Barreto:**

Sou sociólogo, faço pós-graduação na UNICAMP. Tenho três questões que vocês já colocaram: a primeira é sobre a indústria cultural. Há várias indústrias culturais. Não podemos nos situar de uma forma extremamente excludente e apocalíptica sobre os meios de comunicação de massa ou sobre a indústria cultural. Uma TV Cultura - ou rádios cultura que existem por aí - desempenha seu papel na sociedade. Há produtores e há pessoas que estão vislumbrando e produzindo culturalmente coisas de qualidade que não são massificadas. A indústria cultural dá margem para a conquista de espaço de forma democrática. Não podemos vê-la como uma coisa ditatorial e absoluta. A indústria cultural não está deslocada das questões do acesso ao ensino, à saúde, à educação, que são mais amplas na nossa sociedade.

Uma outra é a questão do urbano e rural que eu enfocaria de uma outra forma. Quando se pensa o mercado cultural, considera-se

*a indústria cultural não está deslocada das questões do acesso ao ensino, à saúde, à educação, que são mais amplas na nossa sociedade*

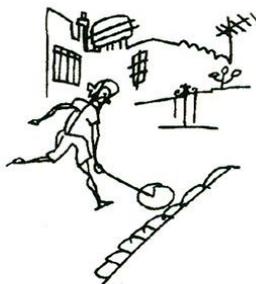
*dimensão da cultura que é dada pela rua, pela apropriação lúdica do lazer de determinados grupos sociais*

muito o eixo Rio-São Paulo. É uma dicotomia que está muito presente na sociedade brasileira, que ainda não foi superada. As cidades médias ou pequenas não têm o seu circuito de artistas profissionais locais, e os seus profissionais se deslocam para o eixo Rio-S. Paulo porque não têm mercado de trabalho nas suas regiões de origem, nas suas cidades de origem. As instituições públicas regionais, locais, carecem não só de espaços culturais, mas Secretarias de Cultura; não têm nenhum cinema, teatro ou algo assim. E as relações comunitárias nesse espaço são muito fortes. Existe uma dimensão da cultura que é dada pela rua, pela apropriação lúdica do lazer de determinados grupos sociais.

A democratização da cultura passa pela educação, saúde, regulação dos meios de comunicação de massa. É necessário diversificar e regionalizar a produção e sairmos do eixo Rio-São Paulo. Essa é a idéia que acompanha a exclusão da sociedade como um todo. Acompanha a exclusão em termos financeiros, em termos de renda, em termos de moradia. Temos que pensar que este país é grande e que há uma diversidade cultural e um potencial de mercado cultural que tem que ser regionalizado. Um governo sustentável tem que pensar isso. Não pensar uma produção exclusiva ao eixo Rio-São Paulo, mas pensar que a profissionalização de artistas e técnicos está demandando outros setores da sociedade: setor de serviços, de turismo e assim sucessivamente.

#### **Altair José Moreira:**

É preciso também pensar no desenvolvimento regional que é extremamente importante exatamente pra contemplar esses Estados, esses lugares onde existe uma forma, um fazer cultural que o pessoal de S. Paulo não conhece. Trabalhei por dois anos na margem do Rio S. Francisco na cidade de Januário, no projeto Integração e Cultura. A área de educação é uma das mais difíceis pra se trabalhar com cultura, embora a educação tenha um acúmulo muito grande na discussão. Existe um preconceito enorme em relação à cultura. Por exemplo, numa cidade do interior de Minas, as professoras da cidade querem que o menino vá para a Festa Junina como se estivesse vestido na década de vinte, sem esquecer, o fundamental da Festa de S. João, que era quando exatamente as pessoas se reuniam pra dividir a produção. Quer dizer, então é uma questão que precisa culturalmente, politicamente ser discutida, aonde criou-se uma tradição que é a seguinte: nós estamos doando a um outro aquilo que nós conseguimos coletivamente, enquanto a escola está querendo o menino de vestido de chita, dançando quadrilha de cabeça baixa ou qualquer outra coisa, pra dizer que



está tudo bem. É uma das coisas muito complicadas, que a educação tem uma visão formada também errada da questão cultural. Eu acho, por exemplo, que um governo progressista tem que estar preocupado com essa visão regional de desenvolvimento, quer dizer, descentralizar o país. Descentralizar decisões. Dar decisões a quem tem direito, ao cidadão, e criar mecanismos nos Estados, nos municípios, pra que essa coisa aconteça.

Por exemplo, a regionalização da informação é importante. Nós temos, por incrível que parece, uma população que tem uma cultura de imagem extremamente sofisticada. Não é qualquer programa regional que vai trazê-la pra ver programa, porque ela já tem o condicionamento daquela qualidade. Temos que criar alternativas com visões profissionais competentes, para inclusive reforçar o regional.

Quando nós falamos o termo progressista nós temos que rever também a nossa função, pois nós também temos uma postura autoritária na implantação de um projeto que achamos que é nosso. Temos que sofrer uma reeducação, uma reeducação do ouvir, do retorno. Então, o momento da criação na área cultural é extremamente importante por causa disso.

É necessário fazer com que essa visão de mundo, vá pra dentro da escola, que professor, aluno, pais, passem a digerir e metabolizar esse processo de criação pra gente viver numa sociedade mais democrática.

### **Sérgio Mamberti:**

Essa discussão é super rica, com muitas divergências. Essa discussão tem que ser em nível nacional. Nós, da área cultural e o PÓLIS que tomou essa iniciativa, e já que é uma organização apartidária, esse negócio que eu falei da "onguização" é sério, não é brincadeira. Na verdade, no fórum de cultura que nós organizamos, uma das coisas que surgiu foi que criássemos uma entidade que representasse os produtores da área cultural, como existe a Confederação Nacional das Indústrias, e fosse fora do governo, que fosse o nosso instrumento e a nossa expressão na sociedade e que fosse também uma forma de pressão. Na verdade, o que estamos fazendo aqui, de uma forma extremamente positiva, deveria neste momento estar sendo feito nacionalmente. Estive recentemente em Campo Grande, os artistas de lá me chamaram e justamente pra discutir a questão da lei municipal de cultura, e eu cheguei em Campo Grande assim: pintores, escritores, cineastas, uma produção cultural de qualidade e intensa que não chega pra gente. E eles não

*nós temos, uma população que tem uma cultura de imagem extremamente sofisticada*

*foi muito difícil  
trabalhar, tanto  
com as administra-  
ções da direi-  
ta como da  
esquerda*

querem sair de lá. Em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador está acontecendo a mesma coisa. Já que existe essa iniciativa do PÓLIS, podemos estender, ampliar isso, divulgar e criar um movimento como o do Betinho. **Se o Betinho criou o movimento da fome, vamos criar o movimento da cultura.** Os Titãs cantam "a gente não quer só comida".

**Lígia de Paula Souza:**

Então, eu só queria refletir que sob o ponto de vista dos trabalhadores quem mais deu calote foi o Estado. Foi muito difícil trabalhar, tanto com as administrações da direita como da esquerda. Da direita a gente já tinha uma idéia, um conjunto de idéias. Mas da esquerda, também pra mim foi uma surpresa. Eu me lembro que em 87 eu fazia parte de uma comissão da FUNDACENTRO - Fundação de Artes Cênicas - ligada ao Ministério da Cultura, e o Ministro naquela época era o prof. Celso Furtado. Estávamos fazendo um estatuto pra administrar aquele organismo. Estávamos então lá em Brasília, e ele nos fez uma séria acusação, dizendo que a classe artística tinha cooptado com o regime da ditadura. E nós discutimos, tentamos discutir a questão. A surpresa foi de que nós estávamos lá pra tirar uma composição onde produtores, trabalhadores, amadores estivessem representados e tivessem uma proposta de administração do órgão. E aí ele disse: "eu é que vou escolher as pessoas, as personalidades pra compor esse conselho". E aqui nesta sala todos nós entendemos que o prof. Celso Furtado é um homem de esquerda. A primeira coisa é assim: a gente entra com processo, enquanto sindicato dos artistas contra o Estado, porque o Estado é desrespeitador da lei. Nós temos uma lei que regulamenta a nossa profissão e não existe um contrato de trabalho. Os trabalhadores que atuam nos espaços culturais, vamos falar aqui da cidade de São Paulo, eles passam e passaram em todos os momentos. Tive que entrar com uma ação pra sequestrar a bilheteria do Teatro Municipal na época do grupo de dança do projeto Carlton Dance. O Kalil que era o diretor do teatro tinha que me receber e ele me impedia de entrar no Teatro Municipal. Então eu falei: vou lá na casa da Luiza Erundina, falo que eu preciso entrar e o Kalil tem que me assinar aqui pra receber essa. Aí eu lembrei que estava muito longe, lembrei da Lélia, e falei com ela: "Lélia, estou sendo impedida de entrar no Teatro Municipal e preciso que o Kalil me assine e receba isso". Aí a Lélia entrou lá, eu entrei grudada com a Lélia, e aí ele foi obrigado. Então eu tive que usar de uma estratégia pra entrar. Então, a gente já teve, enquanto trabalhador, problemas assim na área, tanto de direita como de esquerda.

**Edgard Luiz de Barros:**

Só queria complementar muito rapidamente, retomar a questão da indústria cultural que a gente estava discutindo. O que o Altair coloca é de fato uma coisa absolutamente chave, a questão do desenvolvimento regional, de pensar novas políticas locais porque se pode mais falar em cultura rural a não ser naquilo que é o escatológico, que a indústria cultural de pior feitio faz, que é utilizar um pouco a idiotia rural com uma estética atrapalhada, estapafúrdia. O que existe em termos urbanos é uma regionalização não cosmopolita. São os pequenos municípios onde existe o sujeito que ele sim é o produtor de cultura que faz música, faz artesanato, faz arte, uma porção de coisas que há possibilidade até de inserção na comunidade, inserção inclusive como vendabilidade ou circulação profissional da sua obra, e às vezes ele não tem condições técnicas até de desenvolver por conta de uma política atrapalhada do Estado.

Duas questões finais: de um lado criar, retomar essa coisa do mito, do sacrílego em torno de uma indústria cultural que paira sobre todos e pra qual a gente tem que fazer um discurso permanentemente apocalíptico é o pior caminho pra pensar um projeto cultural maior que consiga compreender a diversidade, do todo ao mesmo tempo. De outro lado, as interpretações, nada contra a empresa. O problema da empresa é poder controlar o sentido dela e fazer com que ela tenha sua função social exercida e obedecida. Você tem do ponto de vista da iniciativa privada coisas fantásticas. Pra te dar um exemplo onde eu participo diretamente é o exemplo do SESC-S. Paulo, que faz coisas realmente muito interessantes, muito expressivas. Agora, o problema é saber como cobrar da empresa. Enquanto cidadão, enquanto sociedade organizada, com condições organizadas de cobrar, a função social que essas empresas têm que prestar.

**Hamilton Faria:**

Essa discussão está mexendo com muitos conceitos nossos e visões e ampliando, também, o campo da discussão da cultura. Geralmente estamos muito acostumados a discutir a cultura enquanto um ramo específico, enquanto uma parte, enquanto uma fatia do conjunto. Pela primeira vez aqui no PÓLIS estamos enfrentando uma discussão global num seminário de Cultura.

Quando conversamos sobre a questão cultural estamos falando do social, da política, da questão do Estado, do rural e do urbano. Hoje o que está sendo colocado para a cultura contem-

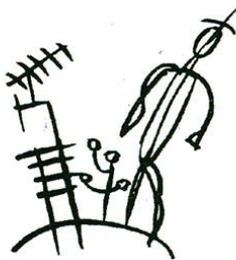
*precisamos fazer uma discussão global e que vai desembocar necessariamente não apenas no maior ou menor controle do Estado sobre o mercado, mas no debate do padrão de desenvolvimento humano que desejamos*

*temos que abrir uma interculturalidade muito forte, porque a esquerda também se fechou pra esse discurso da pluralidade.*

porânea é a superação dessa fragmentação. Precisamos fazer uma discussão global e que vai desembocar necessariamente não apenas no maior ou menor controle do Estado sobre o mercado, mas no debate do padrão de desenvolvimento humano que desejamos. Essa relação cultural e desenvolvimento tem que embasar toda a nossa discussão da questão cultural.

O Maurício Faria colocou muito bem essa questão: quais são os valores humanos constitutivos do mundo moderno? Temos que caminhar um pouco nessa direção, porque senão vamos cair na armadilha da política cultural. É o Estado, não é o Estado, o Estado é mais, é menor. Mas uma coisa temos pelo menos consenso: que os valores que conduziram a nossa cultura a esse beco sem saída, são uma manifestação do todo. Com diferenciações rural, urbano, primeiro mundo, terceiro mundo etc. Os desafios que estão sendo colocadas pra cultura contemporânea são praticamente os mesmos.

Recentemente participei de uma reunião com uma entidade holandesa em Pernambuco, onde Anneke Jansen, representante da NOVIB na América Latina, falava do desencanto com a política na Europa, da dissolução da família, dos novos padrões de espiritualidade emergentes. São problemas globais, o próprio conceito de cidadão está sendo repensado. Muitas vezes cidadãos são considerados movimentos sociais ou formas organizadas de pressão. Mas existem pluralidades de outras experiências riquíssimas na sociedade que têm de ser incorporadas. Temos que abrir uma interculturalidade muito forte, muito pesada, porque a esquerda também se fechou pra esse discurso da pluralidade. O horror ao outro, que caracteriza a modernidade tem que ser questionado num projeto cultural para e com o Brasil. Esse horror ao outro que apagou as culturas indígenas, as etnias, impôs a cultura patriarcal, espoliou as mulheres. Em contrapartida, vivemos hoje um momento de emergência da voz feminina. Por que a política cultural também não tem uma cara feminina, uma cara negra ou índia? É preciso trabalhar com os vários níveis de diversidade.



Na sociedade há essa miopia ecológica de todo mundo e essa visão empresarial do mundo, da vida. Essa "mercantilização da alma" como quer Edgar Morin. Qual é o controle que nós vamos colocar sobre essa mercantilização, já que o Estado é um dado real? Vamos colocar um limite pra esse tipo de reprodução? Já que é impossível se pensar sem o mercado, qual o limite que vai ser colocado para ele?

A articulação de um projeto cultural sustentável se dá pelo direito à cultura em todos os níveis: seja no campo da política, da

arte, da ecologia. Há necessidade de se pensar uma cultura e uma sociedade sustentáveis.

**Alcemir Palma:**

Enquanto os partidos continuarem achando que o programa está na cabeça do político, enquanto a campanha política não for vista como uma consciência sobre um programa, e não sobre uma figura pessoal folclórica desta ou daquela espécie, socialista, progressista ou liberal. Enquanto não encontrarmos isso, a política continuará sendo odiada, porque o político que vai estar lá, vai estar só defendendo o que é problema pessoal dele ou de sua comunidade.

**Guilardo Veloso:**

Temos uma tradição de organização de movimento popular especificamente no que diz respeito à cultura, que não nos garante também o funcionamento da gestão democrática. O que é um Comitê de Entidades Culturais na cidade de São Paulo? O que isso significa do ponto de vista de construir uma participação efetiva numa gestão democrática? No Vale do Jequitinhonha, na cidade de Januária, temos um movimento extremamente organizado em todo Vale do São Francisco, que hoje se consolida. Há uma tradição na organização de movimentos populares no Estado de Minas que não necessariamente garante a gestão democrática. Pelo contrário, nos leva a políticos feito Newton Cardoso e Hélio Garcia.

A Titane, uma cantora que tem uma participação efetiva nesse movimento popular, diz o seguinte: "nos interessa dominar o computador sim, nos interessa dominar a tecnologia de ponta, desde que a gente dê conta de dominar a caixa de folia do congadeiro". Quero ser universal sim, mas pra entender e ser universal eu tenho que ter um elemento que me identifica, eu preciso ter uma contribuição pra colocar nesse universal.

Essas questões todas precisam ainda ser melhor aprofundadas. Por exemplo, nós levamos a Belo Horizonte, por um ano e meio, o teatrólogo João das Neves, e fizemos um trabalho de adaptação de 11 das Primeiras Estórias de Guimarães Rosa, que foi adaptado por 46 atores de grupos de teatro de periferia, grupos de teatro de igreja, isto é, grupos de teatro extremamente amadores, e esse espetáculo foi visto por milhares de pessoas em Belo Horizonte. Posteriormente a isso, no Centro Cultural da Lagoa do Nado, que é um parque comunitário, compramos a coleção completa do Guimarães Rosa pra esse centro cultural, pra essa biblioteca. Porque a linguagem utilizada e o trabalho utilizado na montagem do espetáculo foi tão

FURN. E ASSES. POLITICAS SOCIAIS  
CDI

adequado e tão bem colocado que a população teve necessidade de ter outras informações sobre aquilo que ela tinha visto.

Mas, além disso, na semana passada nós levamos lá a Vera Tokairim pra discutir a nossa experiência de ação regionalizada em Belo Horizonte que já remonta cinco anos. A nossa experiência de ação regionalizada, por exemplo, se dava em cima de um contexto que a meu ver era um contexto muito mais concreto. A Secretaria de Cultura foi criada há cinco anos e a prioridade estabelecida era a ação regionalizada, ou seja, toda massa de recursos, que era mínima, que é 0,4% do orçamento municipal, teve como prioridade investir num tipo de ação regionalizada.

**Francisco Ferron:**

O comitê de São Paulo é uma mínima célula, a única que tem permanecido firme nos últimos quatro anos, dando tiro, muitas vezes na água. Mas é o que sobra. É fundamental que esses espaços da sociedade civil sejam garantidos por instrumentos legais. Nem por isso eles são sempre preenchidos, vide Conselho Estadual de Cultura, da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Ele está aí, está previsto em lei e não acontece, não existe. Por outro lado, é muito mais fácil boicotar o Conselho de Cultura do Estado do que boicotar o Conselho de Cultura do Município. Por quê? Existe uma caixa de eco direta, que ele tem que se justificar ao Secretário, tem que se justificar a uma comunidade, seja com sindicato, ou seja com associação. Então os níveis locais de participação são fundamentais. Nunca se restringir a isso, porque senão pode ser até corporativista ou de uma determinada cidade pretendendo se tornar hegemônica sobre alguma manifestação cultural, ou alguma feira de artesanato. É importante que se exerça a especificidade de cada coisa e ao mesmo tempo tentar criar uma mentalidade do coletivo. Essa mentalidade é por consenso, é por política num sentido mais amplo possível.

**Hamilton Faria:**

Não tem mais ninguém inscrito. Uma última fala é sobre o Fórum Intermunicipal de Cultura. É uma idéia que estamos elaborando há algum tempo e vimos a necessidade de divulgá-la hoje. Com a emergência da democratização municipal há uma problemática comum aos diversos municípios. Então há necessidade de estabelecer um determinado nível de troca entre os diversos municípios e um pensar, senão comum, plural, mas com pontos de encontro entre essas diversas experiências. Esse Fórum Intermunicipal tem como objetivos formar uma rede constituída por ges-

tores, administradores de cultura, técnicos, agentes e produtores culturais; trocar experiências sobre a ação cultural, a democratização da gestão e as políticas de cultura dos municípios; desenvolver atividades temáticas de interesse comum aos municípios participantes do Fórum e debater os desafios do desenvolvimento e sua relação com a questão cultural.

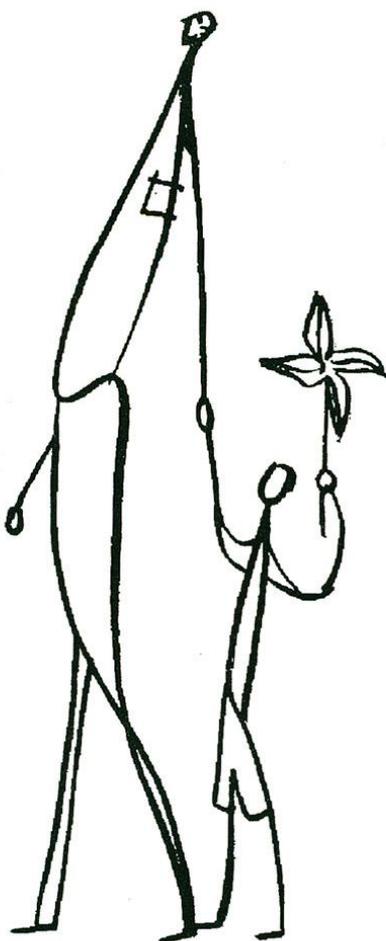
Haveria outro conjunto de objetivos, mas achamos que esses eram os objetivos mais centrais e até pretenciosos. Hoje por exemplo, está-se vivendo um momento de criação de Fóruns. É um espaço pra onde converge um conjunto de interesses e de entidades. Num primeiro momento, pensamos o seguinte: será que um Fórum desses não seria melhor só com a participação de secretários de cultura, administradores e gestores públicos de cultura? Avançamos um pouco e vimos que não. Esse intercâmbio, essa riqueza, essa troca, essa interculturalidade que tem a ação cultural não estão apenas no nível da gestão. Se o presente Seminário fosse com gestores de cultura, seria completamente diferente do foi.

Ainda não temos uma data marcada mas estamos pensando em fazer brevemente um primeiro encontro para discutir os objetivos do fórum. O Instituto PÓLIS agradece a presença de todos vocês, e até uma próxima oportunidade. Obrigado.





# Desenvolvimento Humano e Políticas de Cultura



"Devemos novamente despertar para o fato de que a qualidade de vida está baseada no desenvolvimento das relações humanas, criatividade, expressão artística e cultural, espiritualidade, respeito ao mundo natural e celebração da vida, não dependendo do crescente consumo de bens materiais supérfluos."

(Tratado das ONG's, ECO/92)



# Olhando para o Século XXI: Cultura e Governo Sustentável

**Hamilton Faria**

*Diretor do Instituto PÓLIS*

*Professor universitário e Poeta*

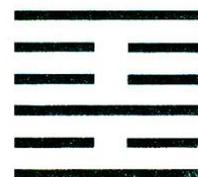
Se a questão da sustentabilidade ganha destaque neste final de século-milênio é porque construímos, com nossas instituições práticas e valores, sociedades insustentáveis. As devastações "ambientais, sociais e mentais" (Guattari) nos põem frente à urgência de se criar uma sociedade baseada nos princípios da cooperação, integração, justiça, equidade, liberdade, solidariedade e criatividade em todos os níveis.

Grandes acontecimentos, desafios terríveis, perda das ilusões, indagações e perplexidades povoam a nossa presente vida real e imaginária. Temos cada vez uma maior consciência de que o progresso que conhecemos na modernidade é impossível de ser mantido. Crescer, crescer, produzir objetos, ampliar mercados, acumular, acumular - cadeia de movimentos arraigada no nosso modo de vida.

O nosso modelo de civilização é baseado numa sociedade de mercado generalizada, que tem no dinheiro o maior de todos os vínculos, organizada a partir do binômio trabalho-acumulação; voltada para o progresso material, o crescimento econômico e tecnológico e a conquista da natureza como caminhos do desenvolvimento; guiada pela racionalidade científica no pensar, agir, valorar e submetida a uma ética de consumo, da produção de mercadorias, das razões de Estado e da maximização do lucro.

A concepção orientada pelo entendimento de que a vida em sociedade é uma luta competitiva pela existência, e pela fé cega no crescimento está a exigir profundas reformulações.

Aqui existe todo um debate que pede um esforço transdisciplinar. É necessário apenas pontuar a grande transição cultural que interpela valores, práticas e organizações na atualidade.



graciosidade



## *MUNDO EM DESEQUILÍBRIO*

Há um mundo que se desequilibrou. Outro que ainda não se estabeleceu. A viga mestra ruiu. A outra ainda estamos procurando, às vezes apalpando na escuridão. Mais que uma transição. É a crise. O desequilíbrio ambiental, a miséria e a violência são expressões visíveis de uma crise de civilização

Um rosário de crises: crise do capitalismo liberal, do Welfare State, do Estado, vazio da representação, falência das Políticas Públicas, debilidade dos processos democráticos, fragilidade dos movimentos sociais, civis e populares, crise de criatividade da cultura, crescimento das formas de racismo, avanço dos fundamentalismos religiosos e de ideologias totalitárias, alterofobia, crise da família, crise ética, crise das grandes religiões e narrativas, desagregação da cultura pela cultura de massa etc. etc, tudo isso nos mostra um mundo com evidentes sintomas de colapso cultural e desintegração social, que podem desembocar numa ruptura profundamente ameaçadora à vida das sociedades organizadas.

O lado mais dramático de todos é a existência de um mundo profundamente desigual. Ao lado da integração de populações inteiras ao mercado e à cultura civilizada e à comunicação, a internacionalização e a mundialização geraram a miséria da imensa maioria. O mito do enriquecimento e da acumulação de bens materiais levaram a produzir pela mesma máquina dois produtos: um senhor arrogante denominado progresso, e um pobre andarilho excluído, segregado social e culturalmente.

Mas nem tudo está perdido no reino da civilisbarbárie: ao mesmo tempo em que se esgotaram referências culturais, paradigmas, modos e estilos de vida há uma forte cultura emergente que atravessa todas as instâncias do social. Uma cultura ainda frágil, ensaiando as primeiras respirações - pequenas reapropriações da vida, que impedem a mercantilização da alma e a colonização do espírito. Criação de novos saberes e novos modos de viver (tanto culturas alternativas como no interior da cultura hegemônica), desaba o monoteísmo da razão e uma policultura parece insinuar-se na pedra, novos sujeitos antes subalternos ou inexistentes ganham a condição de atores fundamentais (movimentos das mulheres, negros, índios, povos da floresta, minorias, organizações não governamentais, movimentos ecológicos, movimentos de caráter espiritual, movimentos de valorização da cultura e da vida etc.). O movimento de mulheres propõe redefinições do entendimento do ser humano e das relações homem-mulher no âmbito social, os movimentos negros e indígenas afirmam o singular numa civili-

*há uma forte cultura emergente que atravessa todas as instâncias do social*

zação homogeneizadora, os ecologistas defendem a vida em todas as suas manifestações. Portanto, surgem uma multiplicidade de interlocutores válidos presentes na luta e no diálogo social. A democracia se redefine a partir de uma nova resignificação do político e da ética. E a emergência da diversidade cultural parece ser uma das maiores conquistas deste século difícil.

As realidades locais - fábrica, escola, rua, bairro etc, enfim, a vida cotidiana - ganham um estatuto capaz de interferir nas macrorealidades. Os municípios se constituem enquanto espaço de mudança da vida e da cultura. A centralidade da política e da economia dá lugar a outras dimensões afetivas e emocionais da vida humana, outras formas de comunhão na sociedade.

Um diálogo amplo e generoso começa a se estabelecer entre as fontes plurais criadoras da cultura.

Uma outra construção cultural, presente em pequenos grupos criativos, começa a desenhar um novo horizonte para um planeta ameaçado. Parece que há esperança de se construir uma sociedade ancorada numa ética da solidariedade entre homens-mulheres e dos homens-mulheres com a natureza.

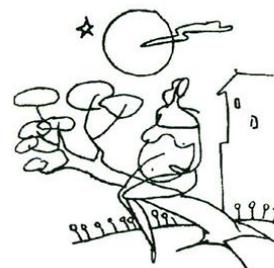
É importante destacar que subjacente à toda a discussão da sustentabilidade estamos questionando os fundamentos de nosso estilo de vida e as exigências de transição para um novo modo de vida.

### *UMA POLÍTICA DE CULTURA E O DESENVOLVIMENTO DOS SERES HUMANOS*

A recomendação nº 1 da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais de Helsink (1972), define o papel da política de cultura da seguinte forma: "É uma forma de ascender à cultura, não só no sentido de adquirir saberes, mas também como adoção de um estilo de vida que seja a reconquista da vida cotidiana como âmbito de realização pessoal."

O desafio de uma política de cultura é indicar caminhos da vida solidária em sociedade, estimular novos modos e estilos de vida, valores, ritmos e criações humanas. Portanto, o papel de uma política de cultura é, antes de tudo, estimular uma cultura da vida e do desenvolvimento humano ou desenvolvimento dos seres humanos.

Uma cultura da vida capaz de resgatar a sociedade como lugar do encontro, da fraternidade, da felicidade. Como diz Fritjof Capra



*o papel de uma política de cultura é estimular uma cultura da vida e do desenvolvimento dos seres humanos*



**(O Tao da Física)**, uma cultura que "reorienta seus valores da competição para a cooperação, do desenvolvimento material para o desenvolvimento dos seres humanos". E isto implica, necessariamente, em repensarmos integralmente nosso padrão de desenvolvimento.

No nosso mundo desenvolver-se é adquirir uma melhor qualidade da vida material, pela ampliação da renda e do consumo. A idéia eurocêntrica definiu um telos para a civilização ocidental, identificando bem estar com crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico. Este modelo levou a uma perversão nas relações humanas: despersonalização, destruição dos valores da tradição e das identidades, horror à diferença, imposição de modos de vida supérfluos, perda do sentido mítico da existência.

A tecnologia a serviço da acumulação, e apoiada na idéia de que o homem é "maître et possesseur de la nature" impôs um tempo-máquina no conjunto das relações humanas.

É importante lembrarmos aqui algumas passagens dos Tratados das ONGs no Fórum Internacional de Organizações não Governamentais e Movimentos Sociais no Âmbito do Fórum Global ECO92: "O conceito de desenvolvimento, baseado na exploração de recursos naturais, resultou numa exploração irresponsável e irrestrita dos seres humanos, terra, água e outros recursos pelo processo de industrialização e modernização, durante os últimos dois séculos, criando níveis inaceitáveis de danos a longo prazo."

"Será necessário desenvolver novos valores culturais e éticos, transformar culturas econômicas e reorientar nossos estilos de vida".

"Devemos novamente despertar para o fato de que a qualidade de vida está baseada no desenvolvimento das relações humanas, criatividade, expressão artística e cultural, espiritualidade, respeito ao mundo natural e celebração da vida, não dependendo do crescente consumo de bens materiais supérfluos".

O entendimento do desenvolvimento como uma questão cultural é fundamental para que os valores sociais não estejam principalmente na rentabilidade econômica, no lucro e na economia de mercado.

Promover a adoção de estilos de vida mais simples e menos consumistas pode estimular modos de vida mais ricos, resgate de tradições sufocadas, sociedades mais cooperativas, integradas e participativas, que busquem reimpulsionar sentimentos em ex-

tinção: alegria de viver, a solidariedade, a compaixão em relação ao outro (Guattari).

O desenvolvimento deve ser qualificado e pensado juntamente com as culturas que estão sendo impulsionadas ou alteradas nesse processo. A cultura é indissociável do desenvolvimento global e dimensão fundamental da vida humana.

#### *O PAPEL CULTURAL DE UM GOVERNO SUSTENTÁVEL*

*um governo sustentável deve abraçar um projeto cultural que perpassse as diversas ações governamentais, as diversas esferas da administração*

Um governo sustentável deve abraçar um projeto cultural que perpassse as diversas ações governamentais, as diversas esferas da administração. Um plano de transporte, além de partir de uma visão de cultura, tem um impacto sobre a vida e as identidades da população. O urbanista que entende a cidade como um tecido rasgado pelo automóvel certamente tem uma visão cultural da cidade bastante diversa daquele que propõe o não-transporte, a revitalização dos centros urbanos, as ciclovias - enfim, a cidade enquanto um lugar de encontro.

Um plano de combate à fome pode buscar soluções no interior da cultura industrial e/ou valorizar alternativas presentes na cultura regional.

Qual a visão de mundo que os projetos educacionais nos trarão? Qual a cultura da educação que pode contrarrestar a visão tecnicista dos nossos projetos educacionais?

O papel cultural de um governo sustentável é apoiar a criatividade social em todos os campos, promover a diversidade cultural, democratizar o acesso da sociedade à cultura, limitar a ação dos mecanismos perversos de mercado, preservar a memória e as identidades culturais, implementar os valores da cidadania e da democracia e defender os valores éticos na vida social.

Um governo sustentável deve promover um padrão de desenvolvimento humano, uma cultura da vida e das relações sociais integrais. O estímulo à criação de valores democráticos é um eixo central de uma política de cultura. É impensável uma cultura sustentável dissociada da democracia. Democracia como valor em si e não como instrumento tático. Só um Estado democrático é capaz de promover a diversidade, estimular o pluralismo da memória social, resgatar identidades culturais, desestabilizar o instituído para emergirem novas formas de pensar e viver. Desenvolvimento humano e democracia são partes indissociáveis da mesma realidade.

Os valores democráticos tem no local o seu espaço privilegiado. Pelo município passa o dinamismo da vida política e, portanto, é um local de mudança da cultura política autoritária do país.

A cidadania dever ser pensada num sentido amplo, que extrapole o seu sentido original, político, da pólis grega. A cidadania não é apenas a garantia dos direitos políticos e civis. Cidadania é essencialmente direito à vida em suas múltiplas manifestações. Do direito de escolher seus representantes ao direito de alimentar-se, do direito de espiritualizar-se ao direito de compartilhar sociabilidades para uma vida feliz. Aqui cabe falar sobre uma cidadania global, que recomponha o ser humano na sua inteireza social.

*aqui cabe falar sobre uma cidadania global, que recomponha o ser humano na sua inteireza social*

A cidadania não se refere apenas ao mundo jurídico-político e do Estado, mas deve estar presente no dia-a-dia das relações sociais. Pensar a sociedade democrática é também pensar a diversidade. Não há construção da cidadania sem o entendimento das alteridades que povoam a vida social.

#### *PROCESSOS CULTURAIS, PLURALISMO E DIVERSIDADE*

Uma cultura é viva e dinâmica quando os vários atores sociais realizam a sua diferença e convergem para o fortalecimento da vida do todo social. A diferença, a realização do original (em convergência com a alteridade) é o elo mais importante da cultura. É através do exercício da diferença que os grupos humanos e as pessoas afirmam a sua identidade.

Promover a diversidade, reconhecer o direito à diferença, respeitar o pluralismo - as múltiplas formas de vida, os diversos conceitos de trabalho, os ritmos diversificados, as linguagens e visões de mundo, as identidades grupais, regionais e as diferenças de gênero, étnicas etc é papel de um governo que se proponha a incidir sobre os valores da sociedade.

#### *A POLÍTICA DE CULTURA E A QUESTÃO ÉTICA*

Qual o ethos social que estamos construindo? Quais os valores que orientam a nossa ação enquanto indivíduos e sociedade?

Movimentos recentes como **Ética na Política e Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida** trazem à tona esta dimensão esquecida na nossa vida social: a questão ética.

A solidariedade, a vida, a fraternidade, a caridade, a transparência são valores que passam a pertencer ao nosso cotidiano. É preciso difundir uma ética social de nova qualidade já presente nas experiências individuais e coletivas, no Estado e na sociedade civil, no público e no privado, nas instituições de toda ordem e na vida cotidiana - que contribua para a realização de um outro padrão de convívio social. E, desta forma, para o surgimento de um novo humanismo onde o cidadão pleno e o ser humano inteiro sejam uma só e indivisível unidade.

No âmbito municipal é fundamental que os governos se perguntem sobre o sentido de desenvolvimento das cidades. Qual o modelo de desenvolvimento que precisamos e desejamos? Como encontrar a identidade e o seu rosto próprio e não a cara da grande metrópole? Como estimular as expressões culturais regionais? Como compatibilizar as necessidades das pessoas e os padrões de desenvolvimento?

Principalmente nos grandes centros, o sentido de pertencer, a solidariedade, as relações de vizinhança, foram substituídos pelo individualismo e pela cultura do medo e da violência.

A cultura da violência é o cimento que sedimenta o apartheid social. Uma política de cultura deve propagar valores assentados na não violência e nos direitos humanos e estimular movimentos civis e comportamentos cidadãos que reforcem esses valores éticos.

### *OS VALORES CULTURAIS DA ECOLOGIA À EDUCAÇÃO*

Um governo sustentável deve compreender a indissociabilidade entre os processos culturais e a ecologia. Não há cultura sustentável sem o entendimento da importância da defesa de todas as formas de vida - as formas de vida têm direito a existir e há uma interdependência entre todas elas. É necessário formar uma cultura ecológica que contribua para a reversão da visão utilitarista que conduziu o mundo moderno a uma relação predatória com a natureza em nome do desenvolvimento. A cisão natureza/cultura caracteriza nossa vida e nos levou a uma perda da escala humana do viver.

Prigogine nos propõe a unidade do homem com a natureza, não oposição, mas um novo "diálogo" que traz de volta o "reencantamento" em presença da natureza. Mas, para tanto, é necessário mudar os valores da predição e controle para a compreensão e "poesia das coisas".

*não há cultura sustentável sem o entendimento da importância da defesa de todas as formas de vida*

*a construção de uma sociedade sustentável passa pela democratização das comunicações*

É preciso não esquecer que as práticas presentes em antigas culturas são da maior importância para o equilíbrio ambiental do planeta e que os direitos ambientais deverão ser incorporados definitivamente nos horizontes de uma cultura sustentável.

Resgatar a dimensão humanista do ensino e ao mesmo tempo abrir-se para o conhecimento contemporâneo. Desenvolver interculturalidades entre o moderno e o tradicional. Abrir caminho para um processo educativo que, antes de tudo, acrescente humanidades. Desenvolver o ser humano, o cidadão e o profissional competente num diálogo contínuo e sem discriminação com todas as fontes criadoras da cultura, com a diversidade dos conhecimentos e dos modos de vida. Cultura-educação, eixo de uma política de cultura para um governo sustentável.

### *A DEMOCRATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES*

"A cultura não se limita às obras de arte e humanidades, mas é ao mesmo tempo aquisição de conhecimentos, exigência de modo de vida e necessidade de comunicação..." (UNESCO).

A construção de uma sociedade sustentável passa pela democratização das comunicações. As comunicações, a mídia, especialmente a TV, incidem diretamente sobre a cultura, criando referências para modos de vida, políticas, consumo, sonhos, emoções etc.

A "rede imaginária" necessita de uma avaliação profunda e radical. A sua democratização pode ser um fator decisivo para a formação da cidadania e dos valores essenciais para uma cultura da vida.

É de se destacar o trabalho do Fórum Nacional de Democratização, que luta pela aprovação da Lei da Informação Democrática, Lei 2735/92, que propõe, entre outras coisas, o fim do monopólio, liberdade de transmissão municipal, rádios e TVs públicas em cada município, regionalização da produção.

### *PROCESSOS CULTURAIS E PARCERIAS*

Embora o papel do Estado não seja o de produzir cultura, e nem definir as pautas culturais da sociedade, ele não é neutro na sua ação cultural. A sua ação tem o sentido de promover o bem comum, um sentido ético.

Desprivatizar o Estado, evitar o clientelismo, impedir a apropriação privada do espaço público, democratizar a gestão - eis alguns papéis de um governo sustentável. Estamos em tempos de parcerias. O Estado democrático procura seus parceiros na iniciativa privada e na sociedade civil. Embora estas duas ações sejam importantes, o Estado deve se perguntar qual o sentido desse trabalho comum. Para as empresas o objetivo é claro: guiam-se pela visão de mercado ou critérios de mídia. Para a iniciativa privada "cultura é negócio", enfim, o mais importante é o valor que pode ser agregado à sua marca, à imagem do produto ou da empresa e não a ação cultural em si. Estão em jogo seus "fins negociais" ou "fins institucionais", a difusão e venda do produto e a imagem da empresa (**Arte/Empresa - Seminário de Marketing Cultural, SESC-SEBRAE, 08/09 de junho de 1994**).

*embora não possamos desconhecer as razões de mercado, o mais importante do ponto de vista do Estado deve ser o bem público gerado pela parceria*

Embora não possamos desconhecer as razões de mercado, o lado econômico, o mais importante do ponto de vista do Estado deve ser o bem público gerado pela parceria.

Qual o sentido da parceria entre o governo e uma empresa de fertilizantes para promover a vinda de uma orquestra sinfônica a um parque municipal? Embora tenhamos música para nossos espíritos, quais valores essa parceria traz à sociedade?

Já a questão ética embora nem sempre seja levada em conta é menos problemática nas parcerias do Estado com a sociedade civil. Estas, geralmente, são da maior importância para a democratização da sociedade. A presença de movimentos sociais, cidadãos e entidades da sociedade civil nos órgãos governamentais têm contribuído para a eficácia da gestão, o aumento da sensibilidade do governo em relação aos problemas locais, a transparência e o controle do Estado, uma articulação democrática entre governo e sociedade. Gestões culturais democráticas têm estimulado a presença da sociedade civil em organismos culturais - Conselhos Municipais de Cultura, Fundos de Cultura, Casas de Cultura, Bibliotecas etc. E os resultados têm sido positivos para o Estado e a sociedade.

### *DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA E DEMOCRACIA CULTURAL*

A democratização da cultura e a democracia cultural são dois objetivos centrais de uma política de cultura (**Política Cultural a nível Municipal**, Ezequiel A. Egg, Buenos Aires). Talvez se possa dizer que o primeiro é tático e o segundo estratégico.

A **democratização da cultura** permite o acesso de todos, particularmente dos excluídos, à vida cultural organizada quase sempre sob o controle de elites. É necessário que oportunidades, conhecimentos, artes, equipamentos estejam acessíveis aos cidadãos.

A **democracia cultural** é mais completa e complexa. Os cidadãos participam autonomamente nos processos culturais, exercendo a sua diferença e a sua criatividade. Portanto, os cidadãos, seres humanos, criam cultura - adotam estilos de vida, criam referências sociais, pautam temáticas, trazem outra visão do mundo. O governo sustentável deve, portanto, apoiar a criação cultural da sociedade e estimular a ação de grupos, movimentos sociais, cidadãos e pessoas - sujeitos de um fazer cultural onde são "protagonistas, autores e agentes". E portadores de idéias instituintes de novos valores humanos.

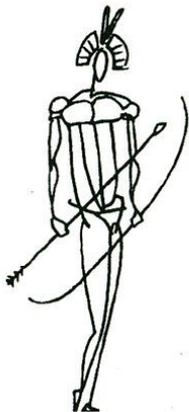
### *JÁ RUMO AO PRESENTE*

O caminho humano rumo à sustentabilidade implica na mudança radical dos valores culturais que têm orientado a nossa vida em sociedade. O movimento em sua direção não poderá ocorrer sem a transformação de práticas coletivas e atitudes individuais.

"Durante a transição para a sustentabilidade, os líderes políticos e os cidadãos serão igualmente forçados a reavaliar seus objetivos e aspirações, a redefinir seus critérios de sucesso e a ajustar trabalho e lazer a um novo conjunto de princípios que trazem no seu âmago o bem estar das futuras gerações" (**O Planejamento de uma Sociedade Sustentável**, Lester R. Brown, Christopher Flavin e Sandra Postel).

A filosofia do desenvolvimento deverá ser integralmente repensada a partir das críticas aos fundamentos morais, éticos e lógicos que impulsionaram a modernidade. A obsessão pelo crescimento ilimitado, a tirania da razão, a idéia de que o "homo sapiens" deve conquistar a natureza são valores da nossa cultura a serem profundamente reavaliados.

Quando estamos falando nos valores da sustentabilidade, não pensamos numa "idade do ouro" que iria a todos resgatar, ou no "paraíso perdido" do homem mitopoético. Mas estamos falando de uma sociedade onde a vida seja possível: da vida concreta e real até a vivência de uma poética do social - o sonho, a fantasia, o devaneio, a contemplação, o espírito da delicadeza, a descoberta da



nossa alma social se compõem como elementos de expressão dessa poética.

As diversas crises (energética, urbana, ambiental, populacional etc.) são facetas diversas de uma só crise: a da "visão do mundo" do homem contemporâneo. É a crise do nosso olhar, como aponta a filósofa Nancy Mangabeira. Mas crise, em chinês, tem dois sentidos: wu (perigo) e wei (oportunidade). A nossa esperança é que a oportunidade abra o homem/mulher para os valores da ecologia - a integração dos valores constitutivos do mundo - e que uma cultura da consciência possa, enfim, estruturar a vida social.

*uma cultura da  
consciência possa,  
enfim, estruturar a  
vida social*





# Um Plano Marshall para a Cultura e o Desenvolvimento

**Javier Pérez de Cuéllar**

*Presidente da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da ONU e UNESCO  
Foi secretário-geral da ONU (1982-92)*

A criação da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento responde a uma exigência fundamental, de natureza mais global: se não quisermos entrar no terceiro milênio com resistência, é indispensável repensarmos o desenvolvimento. Precisamos reformular a própria noção de cultura. Teremos que nos aprofundar nas relações entre cultura e desenvolvimento, coisa que nunca antes foi feita em escala mundial.

Desenvolvimento, em seu sentido original, significa desdobramento, extensão, progresso, projeção para além do ciclo dos trabalhos e dos dias. O desenvolvimento é o vir-a-ser a partir do ser, é o fato de transformar-se no que se é. Em outras palavras, o desenvolvimento não poderia reduzir-se a um simples aumento dos recursos materiais.

Hoje mais do que nunca, o desenvolvimento exige um "suplemento de alma". Para aqueles que nada têm, ter mais continua sem dúvida a ser o objetivo primordial. Mas, para todos, trata-se sobretudo de viver melhor e de viver melhor juntos. Conseqüentemente, é indispensável optar pela qualidade. Apostar na participação, na solidariedade.

Entendo que a comunidade internacional precisa orientar-se por uma meta comum: lançar, às vésperas do século 21, uma iniciativa mundial de crescimento sustentável sobre a base do desenvolvimento cultural. Por que não imaginar uma espécie de Plano Marshall em nível planetário, em favor da cultura e do desenvolvimento?

Existem os meios para a adoção de tais decisões. O sr. Michael Camdessus, diretor-geral do Fundo Monetário Internacional os enumerou na Cúpula do Rio. As resoluções passam pela redução dos gastos improdutivos, principalmente os gastos militares, em todos os países; por uma busca de otimização do gasto público; pelo estabelecimento de novas políticas de preços que integrem os custos



desenvolvimento

não-econômicos, ambientais e culturais; a introdução de novas políticas fiscais e pela negociação de novas políticas comerciais; a destinação de recursos maiores ao desenvolvimento humano e cultural, portanto à educação, mas também à cultura; o aumento da assistência pública e uma melhor distribuição desta assistência.

Não terá chegado a hora de os países industrializados consagrarem 0,7% de seu Produto Nacional Bruto à solidariedade internacional? O combate à miséria e à pobreza se apresenta, sem dúvida alguma, como prioridade número um. O Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assinala que cerca de 83% da renda mundial se encontra hoje nas mãos dos 20% mais ricos. Para os 20% mais pobres, sobra 1,4%. Na década de 1960, os mais ricos ficaram com 70% e os mais pobres com 2,3%.

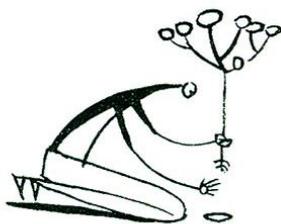
Certamente não se acabará com esse abismo com uma simples injeção de capitais, de equipamentos, de tecnologia e de conhecimentos especializados. O bem-estar "chave na mão" fracassou. Hoje menos de 10% da população mundial participa plenamente da vida política, econômica, social e cultural.

Consequentemente, nossa Comissão deve atribuir-se três objetivos estreitamente interligados: a promoção de novos modelos de desenvolvimento combinados com novas políticas culturais; a promoção da diversidade cultural e a promoção de uma nova dinâmica cultural de transformação social.

Estamos convencidos de que, longe de ser um simples legado, a cultura, hoje ameaçada, é nosso único horizonte comum. Não podemos ignorá-lo: nossas formas de desenvolvimento baseadas na expansão contínua do consumo material não são nem viáveis nem prorrogáveis ao infinito. Não apenas elas dilaceram o tecido de que as culturas são feitas como também ameaçam a biosfera e a sobrevivência da humanidade.

A transição para o desenvolvimento sustentável impõe uma modificação radical dos estilos de desenvolvimento, que devem valorizar os valores culturais, em vez de prejudicá-los. Tanto no que se refere ao meio natural como ao meio cultural, o problema que hoje se coloca é menos o do domínio que o do domínio do domínio.

Como fez observar Carlos Fuentes na Unesco: todo projeto de futuro comum passa pela cultura, porque tudo pode desaparecer, menos ela. A difusão da cultura de cada nação passa forçosamente



por um diálogo contínuo com as outras culturas, como sublinhou enfaticamente a Carta do México sobre a Unidade e a Integração Cultural dos Países Latino-Americanos e do Caribe, adotada em setembro de 1990. Mas não seria necessário ir mais longe, a partir de agora?

Um estudo da Associação Latino-Americana de Integração - que será discutido pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, entre 22 e 26 de fevereiro próximos, em San José (Costa Rica) - realça a importância para os países da América Latina e do Caribe da constituição de um verdadeiro mercado comum de bens e serviços culturais. Diante de um aumento das iniciativas de integração política e econômica, não deveríamos procurar o caminho para a integração cultural, com respeito à diversidade de culturas da América Latina e do Caribe?

*todo projeto de futuro comum passa pela cultura, porque tudo pode desaparecer, menos ela*

A conclusão de um contrato social e moral autêntico, isto é, de um "contrato natural" como aquele esboçado no Rio, exige um novo pacto entre os homens: o contrato cultural. Se queremos realmente preparar o século 21, se queremos abrir a oportunidade do desenvolvimento sustentável, humano e solidário que evoquei, precisaremos modificar nossos comportamentos radical e urgentemente. Será indispensável recriarmos um fundo comum de valores compartilhados, respeitando a identidade de cada um.

As cartas do século 21 estão aparecendo diante de nossos olhos. Neste sentido, só preciso evocar a revolução científica e tecnológica, o surgimento da sociedade de comunicação generalizada, a mundialização da economia, as transformações políticas e a tensão atual entre a integração do mundo e a desintegração das nações. Os perigos e as incertezas abundam em nosso universo, que ao mesmo tempo é rico em potenciais inéditos.

É nessa perspectiva que a revolução tecnológica e econômica questiona um dos fundamentos cardinais da sociedade industrial: o trabalho. O emprego maciço das tecnologias da informação e o aumento da produtividade que caracterizam as sociedades contemporâneas são portadores de transformações sem precedentes, que exigem uma revisão radical das políticas clássicas do desenvolvimento, da cultura, da educação e da formação.

O crescimento sem criação de empregos é uma das expressões mais preocupantes. Este fenômeno, que teve início quase 20 anos atrás mas que se acelera a cada ano, não diz respeito unicamente ao Norte mas também ao Sul e à América Latina.

A paz e a democracia são outra grande proposta mundial. A cultura da paz, da democracia e dos direitos humanos constitui um todo evidentemente indivisível, assim como os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais. Se hoje o tema da democracia é de importância central é porque apenas no diálogo democrático é que se podem produzir sínteses originais e diversas entre a modernidade e as culturas para chegar a estabelecer novos modelos de desenvolvimento e novas políticas culturais.

Para esse fim devemos combinar a multiplicação das experiências e dos itinerários culturais num debate político aberto. De fato, a cultura é também para cada pessoa o meio de escolher, de rechaçar toda servidão e de preferir a reflexão ao reflexo.

É importante reconciliar quem tem a visão com quem toma as decisões, a visão com a previsão, o criador com o economista. Assim estaremos em condições de assentar as bases de um programa de trabalho para a cultura e o desenvolvimento que permitirá completar o Programa 21, adotado no Rio de Janeiro. Um programa desse tipo, incluído em nosso relatório, levará não apenas ao plano de ação concreto, pragmático e realizável previsto em nosso mandato, mas também a propostas de reforma e recomendações sobre os mecanismos de financiamento e de execução.

Com este propósito nossa Comissão associou a suas tarefas, numa lógica de diálogo, todos os personagens concernidos pelo tema: personalidades eminentes, criadores, intelectuais, peritos especializados na questão. Entretanto, ela precisa da contribuição de todos, já que seus trabalhos são financiados por contribuições financeiras voluntárias. Noruega, Países Baixos, Alemanha, Suíça e, mais recentemente, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Costa Rica e o PNUD contraíram firmes compromissos nesse sentido, pelo montante de US\$ 2,4 milhões, o que corresponde, com a contribuição da Unesco, à metade do orçamento adotado pela Comissão (US\$ 5,8 milhões). Eu desejaria dirigir meu mais caloroso agradecimento a todos estes contribuintes.

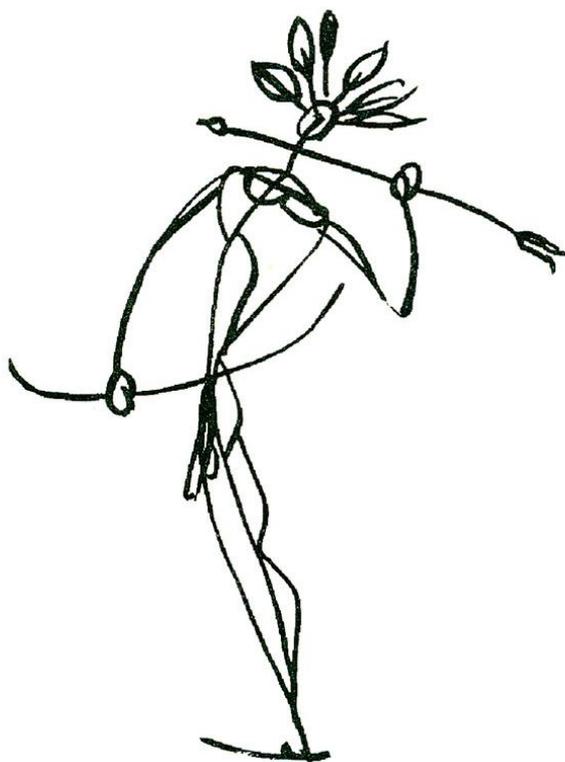
É preciso, não obstante, que outros se somem ao empreendimento comum, conforme o convite que os governos reunidos na Conferência Geral da Unesco dirigiram aos Estados membros, às instituições internacionais, aos organismos de assistência ao desenvolvimento, assim como às fundações e empresas privadas.

O mundo da cultura, segundo André Malraux, "não é o da imortalidade, é o da metamorfose". Longe de ser um obstáculo à modernização, a cultura constitui, conseqüentemente, a chave e o

*é importante reconciliar quem tem a visão com quem toma as decisões, a visão com a previsão, o criador com o economista*

horizonte do desenvolvimento, se entendemos que este último abrange toda a riqueza da experiência humana. Emerson aconselhou: "Engata teu arado a uma estrela". Que símbolo melhor poderíamos encontrar para nossa Comissão? Se a cultura se converter na estrela que orienta o desenvolvimento, se ela alcançar o primeiro escalão das prioridades do programa nacional e internacional, teremos preservado o único patrimônio ainda intacto da humanidade: a terra virgem do futuro.

*"Engata teu arado  
a uma estrela"*



Artigo publicado na Folha de S. Paulo, Seção Tendências/Debates, no dia 20/02/94, e aqui reproduzido com autorização do jornal e do autor. Tradução de Clara Allain.



# O poder transformador da cultura

**Herbert de Souza**

*Sociólogo, secretário-executivo do IBASE  
e Coordenador Nacional da Ação da  
Cidadania contra a Miséria e pela Vida.*

Primeiro, tocou a orquestra. Depois, as cortinas se abriram e comecei a cantar. Tinha nas mãos a letra de "Apesar de Você", hino de resistência à ditadura que, em algum momento, todos nós tínhamos cantado nas ruas, nas praças, nos bares, nas esquinas. Difícil mesmo era entender, sob os holofotes do Teatro Municipal e à luz da razão, a emoção de estar ali.

Na coxia, mais de 500 artistas se preparavam para entrar em cena e, fosse por música, canto, dança, teatro, começar a mudar este país. Mudar no imaginário, na fantasia, na criação. Mudar no faz-de-conta, no palco, na loucura. Mas quanto há de loucura em querer mudar este país?

Durante as cinco horas de espetáculo que se seguiram, mudar se provou possível. Transformar na fantasia é o primeiro passo para transformar na realidade, é provar que recriar o Brasil é preciso e possível. Em cada cena, a arte emocionava, fazia rir, fazia chorar. E cada um de nós, espectadores da imaginação alheia, nos encantávamos com um espetáculo que, além de todas as suas proezas, nos mostrava o quanto pode o mundo da cultura.

Estávamos em meados de maio quando, numa primeira reunião no restaurante do Teatro Municipal, cerca de 30 significativos representantes de todas as áreas aceitaram o desafio. Fazer arte contra a fome, fazer arte a partir da fome, fazer fome virar arte. Carregava então a mesma convicção que me move ainda. A de que um país muda pela sua cultura, não pela sua economia, nem pela política, nem pela ciência.

Aos poucos, os artistas começaram a se organizar, discutir, divergir, construir e reconstruir idéias, vontades, desejos, sonhos. Foram meses de dedicação. Mas, mais importante do que o tempo entregue a cada discussão, foi dedicar cada arte, cada gesto, cada tom, cada som ao outro, à solidariedade. O gesto de dar, de entregar, de somar. Não apenas exibir, mas doar e oferecer.

A cultura está entre nós, sempre. É no campo da consciência que o mundo se faz ou se desfaz, é nesse universo da imagem, do som, da ação, da idéia. Tudo se resolve na criação. É na invenção que o tempo volta atrás e o atrás vai para frente. É onde o homem



comunidade com  
os homens

vira bicho, bicho conversa com gente. É onde eu sou Guimarães, você é Rosa. É onde fica como dantes ou tudo muda num átimo. É onde você se entrega de mãos amarradas ou se rebela de faca no dente. É onde o silêncio vira pedra ou o grito rompe tudo e esparrama vida por todos os poros. E onde o risco chora e o choro é o começo da cura.

*foi o mundo da cultura que primeiro aceitou o desafio de mudar. De criar um outro Brasil. Sem pobreza e sem a arrogância dos ricos*

Foi o mundo da cultura que primeiro aceitou o desafio de mudar. De criar um outro Brasil. Sem pobreza e sem a arrogância dos ricos. Sem miséria, definitivamente. Um Brasil totalmente simples, mas radicalmente humano. Um Brasil onde todos comam todos os dias, trabalhem, ganhem salários, voltem para casa e possam rir, beijar a mulher que ama, a filha que emociona, abraçar o amigo na esquina, se ver no espelho sem chorar pelo que não realizou.

Esta mudança começou a ser feita. Com sons, imagens, ação, idéias, emoções. Esta mudança começou a ser feita com gente. E gente é, antes de tudo, cultura. Caldo de gente é cultura. Sumo de gente é esta parte divina que cada diabo carrega dentro de si. O mundo imaginário é onde, do duelo entre Deus e o diabo, não é possível prever o resultado. E é pela brecha da cultura que podemos dar o salto para o reencontro do país com a sua cara. Buscar o que é grande em cada um, buscar a possibilidade de fazer a felicidade o pão nosso de cada dia. É esta a vida e a nossa busca. É esta a fome e a nossa morte.

A cultura apareceu para construir no campo arrasado, para levantar do chão tudo que foi deitado. E descobrir, enquanto é tempo, que o importante é ser cidadão, é ser gente. O que importa é alimentar gente, educar gente, empregar gente. História é gente. Brasil é gente. E descobrir e reinventar gente é a grande obra da cultura. Uma obra que será nossa. Será porque a cultura continua a pensar, discutir, reunir, transformar. A arte sabe e quer fazer mais, muito mais. A arte tem o poder de transformar, nem que seja primeiro na ficção, na imaginação.

Terminado o espetáculo, de volta aos bastidores, o mundo da cultura está desafiado a continuar pensando, fazendo, mexendo, revolucionando. Até aqui, foi grande. Mas o grito deve ecoar sem parar, o gesto feito deve continuar, entrelaçando ações, abraçando em solidariedade. Uma nova consciência deve criar o mundo novo e enterrar a miséria e a exclusão para sempre. Uma cultura que busque no fim de cada atalho uma reta. Que busque em cada despedida o reencontro. O Brasil está aí para ser criado, recriado. Esta criação apenas começou. E ação de criar e recriar é a nossa cultura.

Artigo publicado na Folha de S. Paulo, Seção Tendências/Debates, no dia 27/09/93, e aqui reproduzido com autorização do jornal e do autor.



# O czar, o circo e as tamareiras

**Nicolau Sevcenko**

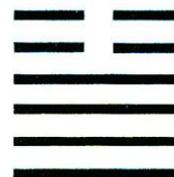
*Professor de História da Cultura da USP e membro  
do Centro de Estudos de Cultura Latino-Americana  
do King's College da Universidade de Londres.*

Uma série de fatos ocorridos no fim-de-semana de 11-12 deste mês, me fez recordar uma história que um vizinho russo me contara e eu havia esquecido há muito:

"Num belo dia, após a reunião anual com o Conselho de Ministros, o chanceler dirigiu-se à sala do trono, prostou-se diante do czar e lhe disse: 'Majestade, a Rússia está empobrecida, no entanto a população continua a aumentar, os encargos de vosso governo continuam a crescer, a cobiça dos boiardos se avoluma sem cessar, os impostos se multiplicam, não se consegue desenvolver a produção de gêneros, a fome se alastra pelo Império e o risco de uma revolta imensa e sangrenta é iminente'.

"Sem atinar com nenhuma alternativa que pudesse mudar o estado e o rumo das coisas, o czar de Todas as Rússias se entregou a uma mórbida paralisia de vontade. Até que um dia, um empresário circense, informado da situação, solicitou uma audiência. E diante do imperador sugeriu: 'Majestade, sabeis que eu dirijo o maior e mais divertido circo da capital. Porém as coisas vão mal, o povo não tem dinheiro, meu negócio está arruinado. Mas se vossa majestade assim provesses, excursionaríamos por todas as províncias de vosso império, despertando o entusiasmo que palpita na alma russa, levando para toda parte a alegria, contaminando a sagrada Rússia com as bênçãos do riso e da música, de forma que não havendo mais tristezas e esconjuradas as turvas preocupações, não mais teriam solo onde fecundar as sementes vis da revolução'.

"Encantado com o proposta, o imperador ordenou que o circo fosse incorporado às repartições do Estado e partisse em excursão. Todos os caminhos foram trilhados, todas as Rússias esquadrihadas, o sucesso era total, as populações amavam e clamavam pelo circo. Quanto maior o sucesso, mais artistas e animais eram incorporados, o circo crescia sem parar, se tornando uma espécie de gigantesca cidade ambulante da fantasia. Até que inesperadamente



abundância

*o âmbito básico em que se hão de operar as transformações decisivas do século 21 será a esfera da cultura*

a revolta popular irrompeu, por toda parte, mais terrível e violenta do que nunca. O estopim que deflagrou o flagelo sangrento foi à proclamação do novo imposto para atender as despesas do circo".

Essa é a história. Como me voltou à mente é um mistério. Acho que consigo estabelecer alguns fatos que entraram em conexão. Por exemplo, a coincidência de naquele fim-de-semana haver uma efervescência de lobbies tramando a nomeação do novo ministro da cultura e a publicação pela *Folha do caderno "World Media"*, no qual um grupo de eminentes cientistas e ensaístas internacionais reiteravam que o âmbito básico em que se hão de operar as transformações decisivas do século 21 será a esfera da cultura.

Num mundo reformulado pela microeletrônica, quem não tiver acesso e habilidades para lidar com operações técnicas complexas e informações qualificadas estará fora do contexto como alguém vestido de Caramuru num filme de ficção científica.

É no interior desse quadro, o qual é amplo, mas também nítido e concreto, que se deve buscar a substância presente da palavra cultura. Ela é indissociável de uma articulação finalmente tramada entre educação, ciência, tecnologia, comunicações, artes e esportes. Vê-se logo que nesse sentido compacto e complexo, o sentido presente de cultura fica amesquinhado se reduzido às perspectivas particularistas de lobbies. E o futuro condenado a repetir eternamente um passado paralisado na obsolescência autocomplacente.

É nesse sentido ainda que políticas culturais são em tudo diferentes e o oposto de uma política de cultura. As primeiras são tópicas, setoriais, sujeitas a manipulações lobísticas e volúveis ao suceder das administrações. A segunda só pode ser pensada em ponto grande, é decisiva para dar um futuro ao país, é necessariamente interdisciplinar, interministerial, interpoderes, envolve agentes públicos e privados, transcende gestões administrativas e deve ser formulada, conduzida, avaliada e reformulada em instituições abertas de representação democrática.

No caso brasileiro, as políticas culturais se tomaram práticas de ação governamental exatamente no processo de consolidação do populismo nacionalista a partir dos anos 20. Daí essa exótica combinação de chauvinismo, folclore e vanguarda que as caracterizam desde a sua plena cristalização como peça estratégica do governo Vargas. É preciso questionar convicções que essa cadeia deixou empedernidas no nosso espírito.



Não é porque há eventos acontecendo e obras circulando que há cultura, assim como os ingleses sabem que não é porque há tâmaras no Natal que há tamareiras no país ou, inversamente, assim como os beduínos sabem que não há cerejas no deserto, mas pouco se importam, porque nem ligam para o Natal nem desejam as cerejas.

Não é pela possibilidade de repetir uma galeria de nomes consagrados ao infinito que uma cultura se mantém viva, isso é antes um sintoma do contrário. Assim como não é porque há uma legião de artistas, cientistas e intelectuais trabalhando com empenho, que uma atmosfera cultural fértil e criativa está necessariamente sendo forjada. Não é da somatória das práticas e ações culturais que resulta um projeto de cultura integrado com o momento tecnológico e as demandas sociais.

O que nos ilustra a história do czar e do circo, é que o destino do império dependia de uma imaginação presa a um vínculo regressivo com o esplendor lúdico da Idade Média. A emoção do rufo da morte no salto do trapezista é irresistível. Ainda que caia o mundo.

*não é porque  
há eventos  
acontecendo e  
obras circu-  
lando que há  
cultura*





# Cultura e Desenvolvimento

**Altair José Moreira**

*Jornalista e Consultor de Cultura*

*Diretor de Cultura do Município de Santo André (1990/1992)*

*Colaborador do Instituto Pólis*

1994. Estamos no limiar do fim do século. Muitos ainda não atentaram para este detalhe. Outros, como os gênios do apocalipse diziam - agora não mais -, que seria o fim do mundo. Ninguém se arvorou, até agora, de construtor de nave envenenada revestida de alumínio de carbono, para guardar os feitos e as conquistas desses dois mil anos da humanidade.

Ninguém sugeriria um outro espaço a não ser em terra firme para decolar. Mas enfim, boa parcela dos que estão vivos ultrapassarão o ano 2000, como se atravessa a porta de entrada de sua casa.

Não seremos urdidos por uma chama gigantesca de fogo. Muito menos chegaremos ao reino do céus nivelados pelas cinzas dos corpos. Ainda bem! Nem desceremos ao porão do inferno acuados pelas labaredas. Que alívio! Mas também não impediremos ninguém de usar sorrisos largos, ou imitar os gestos dos justos e dizer amanhã: o século vinte foi ontem.

Os cétricos, com certeza, do alto de sua arrogância expressarão com toda a volúpia os males deste século, principalmente da domesticidade do homem contemporâneo e, excluindo-se deste, dirão: vocês não foram suficientemente radicais em eliminar a barbárie!

Os cordatos farão uma relação entre as conquistas e as pedras, de uso e do benefício e darão a sentença favorável ao empate técnico.

Os não contabilizados pela justiça social, os pobres, continuarão contando os dias dos meses, na eterna rotina da sobrevivência. É tarde, mas há tempo, antes que as cortinas do fim do século se fechem e comece a catilinária das avaliações sobre se valeu a pena ou não assistir o homem superar os seus limites. No entanto, no escalpelado solo terceiro mundista ainda não se promoveu a socialização do conhecimento e da produção.



preponderância  
do pequeno

Nós mortais, sabemos que houve um desenvolvimento econômico que buscou a maximização do lucro, a concentração da riqueza em troca da degradação da qualidade de vida da maioria da população e a deterioração dos bens naturais.

E a continuar neste ritmo, estamos distantes da melhoria perceptível de felicidade, da tranquilidade, do bem-estar, da paz se não houver um sistema político que busque um desenvolvimento humano, auto-sustentado numa política globalizante que tenha como princípio a cultura, a economia e a ecologia comprometidos com o resgate da cidadania.

Estes componentes mensuram quanto se faz necessária a mudança da cultura política no Brasil. Eles terão que ser metabolizados num processo democrático de transformação das relações políticas, dando oportunidades ao cidadão de rever suas opções e seus riscos.

Com certeza as identidades culturais no livre exercício de sua expressão serão fundamentais para caminharmos no sentido da construção de uma nação solidária.

O que está impregnado nas elites é o medo, a persuasão e a opressão econômica. Precisamos urgentemente erradicar, se quisermos atingir o bem-estar social, o temor dos homens pelo homem.

Cabe redefinir metas políticas que o integram e o tornem participante neste novo sistema para exercício da sua sabedoria na busca da sua libertação.

Abominar de vez, o papel que têm desempenhado até agora, fazendo uso da cultura, da economia e da natureza como instrumentos da compra de sua consciência, manipuladores de seus valores, fragmentados de sua forma de expressar e pensar e alienadores do seu universo.

É importante ressaltar que esta ode paranóica decantada pelos neo-liberais, insistindo que o Estado deve ser mínimo, faz parte de uma estratégia em tornar o país mais dependente das vontades internacionais, tornando ainda mais vulnerável a sua identidade cultural.

É muito sintomático essa atitude da elite brasileira. Foi ela a autora e a atriz da deformação do papel do Estado brasileiro. O que causa espanto, nessa argumentação fóbica, é que na reforma do Estado que tanto vocifera não cogita colocar o Estado a serviço do cidadão, patrocinando mudança no privilégio dos poderosos. Da

*o que está impregnado nas elites é o medo, a persuasão e a opressão econômica*

forma como, até hoje, o Estado foi usado como garantia do aumento dos privilégios, é necessário sim realizar uma mudança política que contemple os segmentos sociais que até agora estiveram marginalizados e instituir uma nova ética nas relações sociais.

Neste Estado que temos hoje, centralizador, os poderosos ditaram as regras de convívio que impediram o desenvolvimento individual e coletivo dos homens, proporcionando a sua não integração à natureza. Assim, o que assistimos é uma luta desenfreada do homem pela conquista da natureza, não a tendo como parceira nas soluções do desenvolvimento sócio-econômico das classes populares.

Se de um lado a ciência e a tecnologia, da forma como estão postas, não tem contribuído significativamente para as soluções da miserabilidade da população, nem tampouco, têm caminhado para um processo mais integrador, com o restabelecimento do senso ético e da solidariedade, do outro, cabe às instituições públicas e às entidades civis se refuncionalizarem, ou seja: construírem um modelo de desenvolvimento harmonioso unindo o cultural, o econômico e o ecológico, centrado no desenvolvimento regional que possa emergir no interior dos Estados.

A distribuição da renda e da terra, o restabelecimento do direito ao trabalho e a descentralização política contribuirão para os municípios deixarem de ser meros coadjuvantes dos Estados. Com autonomia, deixarão de exercer o papel que até agora têm exercido: o de subservientes, anulando seus valores e perdendo suas identidades culturais.

No interior dos Estados há um modo de agir e de fazer das comunidades que está reprimido por uma política de desenvolvimento voltado somente para a produção em alta escala, nada afeita a um modelo que priorize o consumo regional com qualidade e o máximo bem-estar.

Com certeza pode-se despertar novos recursos e novas potencialidades podem surgir se houver o incremento regional revestido com uma tecnologia apropriada, com equipamentos e métodos que sejam compatíveis com o nível de renda da população e tendo uma produção que satisfaça, as necessidades materiais e espirituais do homem.

Num país como o nosso, diverso culturalmente e ainda com recursos naturais, sentimos a necessidade de que a tecnologia desenvolva equipamentos de tal forma funcionais que estimulem a



*nestes últimos anos do século vinte, a ação cultural poderá ser um instrumento para exercitar o homem na transgressão e provocação de novos direitos*

inventividade do trabalhador. Os municípios devem assumir com mais objetividade a preocupação com o desenvolvimento econômico, cultural e ecológico de suas populações, criando não só acesso ao trabalho, à educação, como à cultura, criando espaços para a formação dos cidadãos, lugares em que a dimensão humana preceda a dimensão profissional.

Nestes últimos seis anos de existência do século vinte, a ação cultural poderá ser um instrumento para exercitar o homem na transgressão e provocação de novos direitos: poderá proporcionar à pessoa a perspectiva de se reconhecer para integrar a sua vida no mundo. Essa ação poderá restituir o débito que o Estado tem com a nação. Talvez seja o caminho para a superação da barbárie e o meio de descriminalizar os segmentos sociais que nos dias de hoje sequer usufruem dos direitos constitucionais.

O acesso à Cultura, à economia e à ecologia será o caminho facilitador para ampliar a geografia política da participação e da invenção cultural. O Estado deixará de ser o grande tutor das iniciativas culturais e dará ao cidadão estímulos e condições para que a nação avalie e crie um projeto de sociedade que assegure uma vida digna aos cidadãos.



# Estados Gerais da Cultura

**Sérgio Mamberti**

*Ator, diretor e promotor cultural*

*Não me assente o senhor por beócio. Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente - dá susto se saber - e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons... (...) Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar. Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para concertar concertado.*

**Grande Sertão: Veredas**

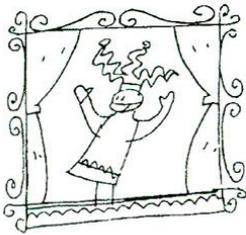
*João Guimarães Rosa*

É no campo da consciência, da criação, que o mundo se faz ou se desfaz. Cultura é o modo pelo qual os homens criam símbolos, valores, práticas, comportamentos e sentidos - inclusive o sentido do tempo e da estética, da vida e da morte. É no plano cultural que se encontra a possibilidade maior de superação da barbárie e da conceituação de uma outra ordem democrática, justa e pluralista entre nós.

Cultura é gente, diversa, plural, multifacetada, que na identidade de cada um forma o caldo coletivo que alimenta a História. O que importa é alimentar gente, educar gente, empregar gente. Está aqui, antes de qualquer "arranjo de idéias", o nosso desafio maior. O desafio de criar um outro Brasil, onde o grito rompa o silêncio e seja capaz de esparramar vida por todos os lados. Um Brasil onde a arrogância, a miséria, a exclusão, o analfabetismo, sejam eliminados na lata do lixo da História, junto com a arrogância dos donos do poder. Onde os brasileiros, enfim, possam comer todos os dias, trabalhar, ganhar salários, usufruir de bens materiais e simbólicos, abraçar seus amigos e reencontrar a dignidade.

Como Riobaldo, sabemos dos perigos que estão na travessa do mundo, nas visões "bem ordenadas", unívocas e cheias de "boa





intenção". Mas igualmente sabemos que a vida só acontece na organização, na discussão, na divergência, no construir e reconstruir idéias, vontades, desejos, sonhos." Um país não muda pela sua economia, nem pela política, nem pela ciência. Um país só muda pela sua cultura. E a grande obra da cultura é descobrir e reinventar gente". (Betinho)

Redefinir formas de convívio social, explodir as matrizes do pensamento excludente e embrutecedor que sedimenta o secular pacto das elites no Brasil, garantir direitos constitucionais já existentes, criar novos direitos e eliminar privilégios. São esses os compromissos essenciais para uma gestão democrática de Cultura, assumindo o cidadão como prioridade.

Refundar as bases de relações de troca e criação, provocá-las, dar-lhes condições de existência concreta, restabelecer o respeito e o direito. Contra a implantação de programas unilaterais de cultura, propomos o programa da expressão, da ausência do medo e da crueldade. Transparência e legalidade contra a corrupção e a formação de grupos que se apossam do poder para exercê-lo em causa própria. Assumir o papel do Estado na cultura sem admitir distorções. Dar caminho à produção cultural do cidadão em todas as suas formas, belas artes ou não, em todo o País, sem confundir-la com práticas corporativistas. Superar a perversa equação Estado x mercado, a retórica vazia das ilhas de modernidade e a tragédia da maioria sem lugar. Romper com a passividade de décadas de só ouvir e ver. Redescobrir o sentido da ação coletiva, o sentimento do pertencimento, da participação.

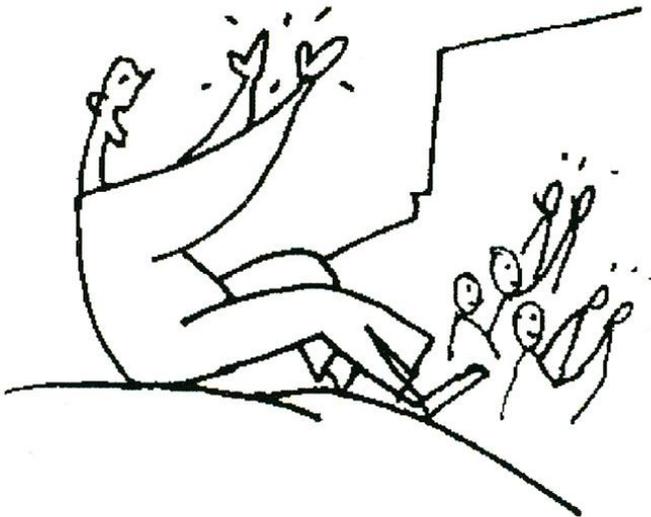
Na disseminação das artes e na garantia do acesso de todos aos bens culturais das mais diferentes origens, bem como no resgate de fisionomias e identidades históricas negadas pela ação manipulatória das elites, estarão os alicerces de opções sempre criadoras, capazes de responder aos enormes desafios políticos, econômicos e tecnológicos com que nos defrontamos neste fim de século.

Visando garantir a discussão mais ampla possível das idéias em confronto e assegurar a melhor conceituação de nossas propostas, estamos convocando nacionalmente, através de encontros, todos aqueles dispostos a pensar juntos novas e globalizantes perspectivas para uma política cultural em nosso tempo, fundada na ética, no respeito ao outro e no compromisso de construir um futuro melhor para todos os brasileiros.

Finalmente é preciso falar de um sentimento que nos fascina e nos impulsiona: **o compromisso com a Utopia**. Não a imagem

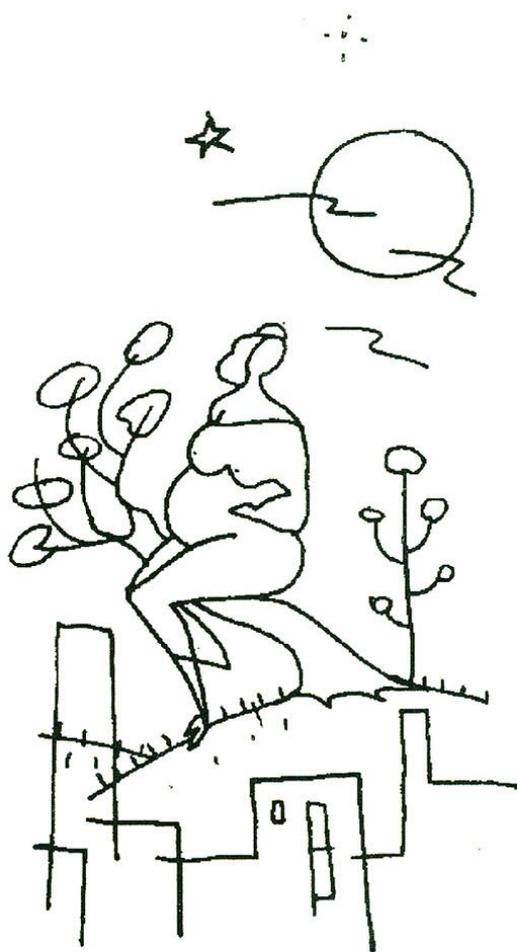
*redescobrir o sentido da ação coletiva, o sentimento do pertencimento, da participação*

mítica da abundância dos "países de Cocanha", onde os camponeses esfomeados da Idade Média sonhavam um dia se saciar, mas como tradução de uma esperança, como signo de uma mudança possível e concretizável. Subversiva por natureza, libertária e emancipadora, a Utopia, nas luzes da transgressão, nos mostra o melhor caminho para dissipar o mundo das sombras que ainda aprisiona a Cultura em nosso país.





# Propostas de Cultura para Programas de Governo



"Para quem viaja ao encontro do sol  
é sempre madrugada"  
(Helena Kolody)



# Proposta para o Programa de Cultura de um Governo Democrático

**Marilena de Souza Chauí**  
*Professora de Filosofia da USP*

**Adauto Novaes**  
*Jornalista*

## *I. SENTIDO DA CULTURA NUM GOVERNO DEMOCRÁTICO*

Cultura com três sentidos principais:

a. como criação social de valores, idéias, símbolos, comportamentos e práticas diferenciadas segundo classe e grupos sociais, segundo diferenças étnicas, religiosas, sexuais e de gênero, bem como as diferenças regionais (cultura no sentido antropológico do termo); e como preservação da memória social objetiva (patrimônio histórico) e subjetiva (memória social de lutas, experiências e cotidiano);

b. como trabalho de experimentação e de criação da inteligência crítica e reflexiva (obras de pensamento) e da sensibilidade, inteligência e imaginação (obras de arte), bem como de novos instrumentos e técnicas para a preservação da memória social (patrimônio histórico);

c. como direito do cidadão de acesso aos bens culturais, à informação e à criação de obras de arte e de pensamento (cidadania cultural).

## *II. ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO CULTURAL*

Do ponto de vista institucional-administrativo:

a. o Estado não é nem pode ser produtor de cultura. Seu papel é estimular projetos culturais da sociedade, garantir-lhes financiamento, suporte técnico e continuidade, propiciar o encontro de grupos, movimentos e entidades culturais para a realização de projetos conjuntos e prestar serviços culturais de sua obrigação (política do livro, do patrimônio histórico, de formação artística



determinação

etc.). Também é seu papel garantir as condições técnicas, financeiras e institucionais de difusão e divulgação da produção cultural;

b. a cultura não pode ser considerada um setor isolado e "específico", separado de outras atividades que lhe são congêneres e das quais é intrinsecamente inseparável: educação, ciência, tecnologia, humanidades e comunicação. Visando à integração dessas atividades em projetos conjuntos, de caráter nacional, propomos a criação de um Ministério constituído de quatro secretarias nacionais (cada qual com autonomia financeira e administrativa) coordenadas pelo referido Ministério: Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura e Telecomunicações (difusão por rádio e televisão - não se trata da Embratel nem da política nacional de telecomunicações, mas do setor que irradia e difunde informações e produções culturais, como a TVE, a Radiobras e o sistema de difusão da Embratel).



### *III. AÇÃO CULTURAL: PROMOVER, FORMAR, DIFUNDIR*

A Secretaria Nacional de Cultura terá três pilares para a ação cultural:

1. Fundação Nacional de Promoção e Estímulo de Projetos Culturais nacionais, regionais e locais: um conselho de representantes receberá, anualmente, projetos culturais de todas as áreas, os submeterá a concurso público para seleção e os patrocinará pelo prazo de um ano. Haverá um conselho nacional, conselhos regionais e conselhos locais (nas grandes cidades), de modo a garantir a descentralização da produção cultural.

2. Fundação Nacional de Formação Cultural encarregada de coordenar e supervisionar projetos de formação cultural através de três instrumentos:

- escolas nacionais de artes;
- projetos com as escolas de primeiro e segundo grau;
- projetos com as universidades, particularmente no que respeita à pesquisa e experimentação nas ciências, artes, humanidades e tecnologia.

3. Sistema Nacional de Serviços Públicos de Cultura voltado especialmente para a preservação do Patrimônio Histórico, arquivos e bibliotecas públicos e para a difusão da produção cultural por rádio e televisão.

#### *IV. POLÍTICAS ESPECÍFICAS*

##### a. Nova visão dos meios e instrumentos culturais

Numa perspectiva que integra cultura, educação, ciência, tecnologia e comunicação, propomos:

- **política de vídeos:** (através da TVE e da Embratel): produção independente de vídeos de arte, educacionais e científicos. Em lugar da "educação à distância", educação e cultura sem distância.

- **política do livro:** financiamento de edições e re-edições de obras clássicas e contemporâneas, financiamento de co-edições para obras de arte, obras científicas e literárias; financiamento para produção de livros eletrônicos de referência (dicionários, enciclopédias etc.). Programa de atualização das bibliotecas públicas existentes e de criação de redes nacionais de bibliotecas. Programa de atualização e ampliação de acervos. Programa de informatização das bibliotecas. Redefinir o papel da Biblioteca Nacional como instrumento ativo e verdadeiramente nacional no treinamento de pessoal e, por meio da informática, apoiar e atualizar o trabalho de todas as bibliotecas do país.

- **política do disco:** estímulo a novos artistas, estímulo aos trabalhos experimentais e memória musical através de gravações e distribuição de discos e fitas; subsídio para gravações de obras cujo custo ultrapassa os patamares definidos pela indústria do disco. Criação de discotecas na rede nacional de bibliotecas. Criação de uma Discoteca Nacional no estilo da Cinemateca Brasileira e da Biblioteca Nacional.

- **política do rádio:** revisão da forma de concessão das ondas; reformular e reforçar as Rádio Cultura AM e FM; discutir a programação das rádios que excluem a nova produção musical brasileira.

- **política de televisão:** revisão da forma de concessão dos canais; reformulação e reforço das TVs Educativo-Culturais; ampliação do alcance da TVE e Embratel; programas realizados pelas regiões com difusão via Embratel e TVE; articular a política de televisão e a de vídeos. Reequipar as TVs Educativo-Culturais e garanti-las como espaço para as produções independentes.

- **política de cinema:** tratar o cinema como indústria, por meio de incentivos fiscais, política de importação de equipamentos, criação de espaços dotados de infra-estrutura para uso dos cineastas,

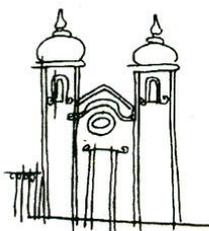
legislação sobre a distribuição dos filmes nacionais. Avaliar com cineastas a conveniência ou não de criar uma fundação para o cinema brasileiro.

b. Teatro, música, dança

- criação da Escola Nacional de Teatro (para artistas e técnicos);
- criação da Escola Nacional de Dança (para artistas e técnicos);
- reformulação e ampliação da Escola Nacional de Música;
- criação de *corpos estáveis nacionais* (mediante concurso público) para teatro, música e dança. A longo prazo, as três escolas serão as formadoras de artistas e técnicos para os três corpos estáveis;
- programas regionais de estímulo a novos valores;
- fixação de um calendário anual para Festival Nacional de Teatro, Música e Dança;
- sistema de bolsas de estudos para intercâmbio internacional e especialização de artistas e técnicos das três áreas;
- fixação de um calendário bienal para Festival Internacional de Teatro, Música e Dança.

c. Patrimônio histórico e museus

A política de PH e de museus é inseparável do conceito de **Direito à Memória** e de **Cidadania Cultural**. O PH é constituído por todos os objetos considerados tecnicamente como semióforos, isto é, que exprimem por si mesmos e tornam visível o tempo histórico-social significativo para uma coletividade. Assim sendo, o PH não é formado apenas por obras arquitetônicas, mas todos os objetos que carregam em si mesmos o tempo social, político e cultural. Além disso, num país como o Brasil, onde o poderio das empreiteiras, de um lado, a exclusão sócio-cultural dos trabalhadores, de outro, impossibilitam a preservação histórica e a reduzem aos monumentos celebrativos do próprio Estado e da classe dominante, exige que uma política democrática de PH seja uma cultura política nova. A memória deve ser pensada como inscrita também na diferença, luta e conflitos sociais, de sorte a "escovar a história a contrapelo". O PH não pode ser celebrativo: tem que ser memorioso.



Para o PH propomos:

- definição de uma política nacional de tombamento que tenha incidência sobre Estados e municípios;

- criação de um fundo de estímulo à recuperação de obras tombadas;

- articulação entre política e tombamento e revitalização urbana, pensando o tombamento por "manchas urbanas" e "centros históricos", entendidos não só do ponto de vista monumental, mas também de significação para a memória social das classes sociais (vilas operárias, vilas camponesas, regiões de imigração, referências importantes para a memória indígena e afrobrasileira etc.);

- reformulação, atualização e ampliação do Arquivo Nacional e política que articule o Arquivo Nacional aos estaduais e municipais ao modo do que está sendo proposto para a Biblioteca Nacional (treinamento de pessoal, informatização ligando "on line" os arquivos, edificações e infraestrutura compatíveis com a preservação dos materiais em papel, vidro e madeira, laboratórios de restauro etc.);

- política de formação de arquivos regionais e municipais sob a orientação e coordenação da Secretaria Nacional de Cultura, implicando na formação de pessoal especializado (cursos e concursos), na instalação de equipamentos modernos adequados à idéia do Arquivo como centro de documentação e pesquisa aberto à sociedade e aos pesquisadores;

- política arqueológica pela qual a Secretaria Nacional de Cultura trabalhe em conjunto com as universidades e institutos regionais de arqueologia de modo a impedir que o trabalho dos arqueólogos seja posto a serviço das empreiteiras que determinam (segundo seus interesses econômicos) as áreas de pesquisa, o tempo da pesquisa e os resultados da pesquisa, com prejuízos para o patrimônio histórico-ambiental nacional e para os profissionais;

- programas regionais de Memória Social, nos quais os memorialistas não sejam meros transmissores e fornecedores de memória subjetiva e objetiva, mas recebam cursos, treinamentos e recursos para trabalhar por si mesmo sua memória (coleta e guarda de materiais, produção de vídeos e discos, exposições fotográficas, palestras etc.). Concebemos os museus como espaços bifrontes: centros de guarda e exposição permanente de cursos históricos e artísticos e centros culturais para irradiação e difusão da cultura (cursos, oficinas, palestras, mostras de filmes etc.). Os museus

devem ser locais não só para visita esporádica, mas para formação artística e intelectual. O vínculo com a educação é por isso essencial. Além disso, os museus precisam ser atualizados e renovados tecnicamente em sua infra-estrutura, donde a importância do vínculo com a tecnologia. Para os museus, propomos:

- política de formação de pessoal e de treinamento do pessoal existente;

- política de estímulo ao museu para restauração de obras e ampliação dos acervos;

- política de exposições permanentes combinadas com exposições temporárias de artistas jovens e de artistas consagrados;

- centro de formação em artes plásticas com cursos, oficinas, ateliês, contactos entre artistas consagrados e jovens artistas;

- discussão dos dirigentes e técnicos de museus, artistas e professores para reativar e modernizar a Escola Nacional de Belas-Artes nos padrões propostos para as Escolas Nacionais de Teatro, Música e Dança;

- política de financiamentos para reformas e atualização dos museus e para a implantação de sua face centro cultural.

d. Reflexão permanente sobre as questões culturais:

- criação do Centro de Estudos Permanentes sobre a Indústria Cultural - cursos, pesquisas, seminários, oficinas e publicações para orientar as políticas das várias áreas.

e. Intercâmbio internacional

- criação do Centro de Intercâmbio Cultural encarregado de coordenar os grandes eventos internacionais, a política de bolsas de estudos para artistas e pesquisadores e técnicos das diferentes áreas culturais, para organizar cursos e seminários internacionais e auxiliar nos contactos entre os criadores brasileiros e estrangeiros.

- duas ênfases: intercâmbio latino-americano, através de organismos como ICCLA (Instituto Cultural das Cidades Latino-Americanas); intercâmbio com o hemisfério norte através do escritório brasileiro da UNESCO, cujas atribuições e funções deverão ser inteiramente reformuladas e redefinidas.

f. Descentralização regional

As fundações e os serviços da Secretaria Nacional de Cultura serão regionalizados, ficando no DF os órgãos de coordenação

nacional e articulação regional de projetos, programas e serviços. Assim como outros ministérios possuem órgãos regionais, também a Secretaria Nacional de Cultura os deverá ter. Na medida em que propomos vínculo interno com a Educação e a Telecomunicação, a Cultura poderá regionalizar-se por intermédio dos órgãos regionais que aquelas duas áreas já possuam.

A regionalização tem a finalidade de:

- preservar as especificidades e diferenças regionais;
- manter a proximidade entre a Secretaria Nacional e a sociedade regional (artistas, técnicos, intelectuais, universidades, centros de pesquisa);
- garantir a participação da sociedade nas decisões e execuções das políticas culturais.

#### *V. PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA*

A marca da política democrática, quando realizada no poder executivo, tem sido a participação popular. Para mantê-la, na área da cultura, propomos:

- reformulação do Conselho Nacional de Cultura;
- criação de Conselhos Regionais de Cultura;
- nos dois tipos de conselhos, participarão representantes eleitos das diferentes áreas culturais, mas, dado o vínculo que propomos entre cultura, educação, ciência, tecnologia e comunicação, tais conselhos também deverão ter representantes eleitos dessas áreas.

A natureza, função e alcance dos conselhos deverão ser definidas após a instalação de um governo democrático e das fundações de cultura.



# Tópicos para uma Política Cultural

**José Carlos Capinan**

*Poeta e compositor*

*Ex-Secretário Estadual de Cultura da Bahia*

A Bahia é o mais singular produtor cultural da América Latina, reunindo uma fantástica diversidade de agentes criadores populares e eruditos, em todas as áreas das manifestações artísticas e religiosas, nos modos de fazer e pensar - seja na culinária, no vestuário, na arquitetura, nas linguagens - constituindo um dos mais ricos patrimônios vivos da humanidade. Deu ao Brasil e ao mundo artistas e intelectuais que dominaram com inventiva maestria todas as expressões modernas, seja na literatura nas artes plásticas, no cinema, no artesanato etc. Contribuí com todas as correntes contemporâneas da tradição e da vanguarda, renovando e revolucionando os códigos.

Do ponto de vista político, para a construção de uma proposta de ação de um governo democrático na cultura, temos de considerar que a consciência de cidadania passa pela premissa do **desenvolvimento cultural da sociedade**. Pois no exercício da cidadania estão embutidos os conceitos da liberdade de criação e da livre manifestação.

E mais para pensar a ação de um Estado contemporâneo na área cultural, temos de considerar por um lado a vertente natural da inventiva/criação/produção - que existe independente da ação programática do Estado - e por outro lado a vertente institucional da preservação/dinamização/difusão de bens culturais - sejam tangíveis e não tangíveis.

Dentro destas considerações iniciais, algumas idéias servirão de princípios básicos para orientar uma política cultural na Bahia: regionalização, pluralidade cultural, autonomia da produção, democratização dos espaços e serviços culturais, com a participação ampla da sociedade.

## REGIONALIZAÇÃO

Salvador, pela sua capacidade de gerar uma cultura diferenciada de tudo que se produz no Brasil, ocupa não somente uma



alegria



privilegiada posição na mídia regional e nacional, mas inclusive seqüestra todo esforço dos órgãos governamentais na aplicação de recursos e aplicação de políticas culturais.

Não se trata de interiorizar ações culturais produzidas em Salvador. Mas de permitir a emergência no interior do Estado dos potenciais lá existentes, levando-se em conta as suas peculiaridades, modos de fazer, pensar e sentir, bem como suas potencialidades e recursos disponíveis: humanos, materiais e naturais.

A administração cultural tem usado uma visão centralizadora e metropolitana ao considerar as realidades regionais, até mesmo quando foram implantados os **Centros de Cultura**.

Um mapa cultural de todo o Estado pode antecipar esta proposta, dimensionando e atualizando as regiões que se diferenciam com processos próprios e se articulam com gestos integradores e afinidades que as tradições mantêm. Este mapa pode identificar e criar um perfil cultural do Estado, compreendendo suas comunicações, as dinâmicas diferenciadoras e interativas.

Um esboço chegou a ser tentado em 86, compreendendo Salvador RM e Recôncavo, Chapada Diamantina, Sertão Baiano, Beira do São Francisco, Agreste, Extremo Sul, Zona do Cacau etc. Este esboço pode ser retomado e aprofundado como base de uma política de ação cultural universal na Bahia.

Em seguida, um **Fórum de Cultura** que compreenda amplamente as regiões e seus atores culturais pode ser criado, como forma política de implantar e gerenciar este projeto, buscar seu conteúdo, localizar, dimensionar e criar fontes de recursos - dando critérios e prioridades à aplicação dos mesmos.

### *AUTONOMIA DA PRODUÇÃO*

A autonomia da produção não apenas na vertente artística implica a garantia da liberdade de criação, ou seja, o propiciamento de condições para que ela ocorra. Não cabe ao Estado criar cultura, mas ele pode assegurar aos grupos sociais mais carentes condições para sua manifestação, sem o caráter assistencialista e paternalista das políticas que se praticam, cooptando e subordinando a seus interesses os beneficiários.

Para garantir a autonomia da produção é fundamental sobretudo a criação, recuperação e revitalização de espaços culturais.

## *PLURALIDADE CULTURAL*

O conceito de identidade cultural foi muitas vezes a matriz de preconceitos contra diferentes manifestações culturais, das diversas etnias e segmentos que compõem uma sociedade democrática. O Poder Público privilegiou sistematicamente a cultura de origem européia, a cultura acadêmica e o conservadorismo cultural, em detrimento de manifestações étnicas, populares e contemporâneas. A identidade cultural baiana é plural. Inclui etnias que em outras regiões não prevalecem ou são discriminadas, sejam de origem afro ou indígena. Inclui ainda particularidades regionais e, sem dúvida, tem um caráter popular e inventivo que a distingue de qualquer outro conjunto no Brasil.

Um projeto cultural baiano não pode esquecer este conceito.

### *Democratização dos Bens e Serviços*

A afirmação da cidadania está diretamente relacionada com o maior acesso a bens e serviços culturais, que o elitismo cultural não permite. O desbloqueio dos canais entre o Poder Público e os produtores culturais de todos os níveis, buscando repercussão no conjunto da sociedade, deve ser buscado. Multiplicação de espaços, oferecimento de horários e preços, extensão do atendimento dos meios de difusão cultural como bibliotecas, museus etc.

## *PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA*

Muitas comunidades sofrem o impacto das expansões do desenvolvimento, mas ao contrário de serem beneficiadas perdem seus valores, são subalternizadas e marginalizadas - e todo um processo cultural entra em decadência sem que nenhuma referência nova recupere para estes cidadãos o seu universo simbólico e a riqueza de sua expressão cultural. A expansão das fronteiras do desenvolvimento do Estado deve se fazer acompanhar de forte expansão dos serviços e bens culturais junto à sociedade e do reconhecimento pleno das formas de expressão cultural de seus produtores.

## *IDÉIAS PONTUAIS*

*O primeiro impacto a se buscar na abordagem da questão cultural é quanto ao orçamento da área. Habitualmente os percen-*





tuais orçamentários do setor são irrisórios, dificultando a execução de políticas culturais eficientes. Uma alteração mínima que seja é um sinal que pode ser sentido.

***Dedicada e eficiente busca de recursos de fontes não governamentais.*** O preconceito contra a presença da iniciativa privada é muito forte ainda nos setores que dominam a política cultural. O preconceito, por um lado, foi gerado pela obtusa visão que os empresários têm da cultura e, por outro, pela mais que arcaica visão da "esquerda" com relação à arte como investimento.

A criação de legislação de incentivo à aplicação na área cultural, com isenção de impostos pode gerar um impacto renovador nesta área.

***Clara adoção de uma política de preservação, inclusive adotando o conceito de continuidade administrativa.*** Na discussão sobre a intervenção do Estado na área cultural, não sobram dúvidas de que na área de preservação patrimonial e na difusão cultural o Estado tem papel primordial, seja criando leis de proteção ou seja liderando ações restauradoras como, por exemplo, as que se propõem hoje para o Pelourinho e que não podem ser descontínuas.

***Presença modernizadora na política de difusão cultural.*** A ação do Estado na difusão cultural é insubstituível. É fundamental e seria sem dúvida um diferencial a criação do Sistema Estadual de Bibliotecas e a sua modernização na cidade do Salvador, incluindo um sistema informatizado integrado para o usuário. Por outro lado, valeria intervir na área dos museus, buscando uma solução também contemporânea e revolucionária, pois a Bahia tem um acervo - em todas as áreas do conhecimento artístico, histórico e científico - que pede um tratamento inovador com relação ao uso destes bens pelo público.

***Relação interativa e dialética com o meio cultural, ofertando e aceitando parceiros.*** Uma idéia forte é a criação do Fórum Estadual de Cultura, que permite reunir num organismo político de administração cultural os produtores culturais de todo o Estado, permitindo que os mesmos formulem, criem prioridades e ajudem a executar o orçamento da área. Deste esforço faz parte também a busca de parceiros institucionais ou não, promovendo apoio à produção e intercâmbio.

***Manter a Bahia no circuito nacional e internacional da produção cultural contemporânea.*** Esta atuação é fundamental para renovação dos processos, para atualização técnica, para valorização de nossa produção e dos nossos artistas. A manutenção e

criação de salas e espaços equipados para receberem fatos culturais de vanguarda, para grandes e pequenos públicos, são elementos desta política. Não seria ousado pensar em alguma coisa como um complexo cultural - quem sabe um grande CENTRO MUNICIPAL DAS ARTES - um projeto em conjunto com a PMS (Prefeitura Municipal de Salvador).

*A atitude pedagógica ainda é uma ação imprescindível da política cultural.* A formação de platéias é uma atividade imprescindível não só para manifestações eruditas como também populares. É fundamental para a cidadania a aproximação da comunidade aos bens e valores culturais.

*A concepção de pluralidade implica no reconhecimento da verdadeira sociedade que somos.* As manifestações culturais na Bahia não são somente artísticas nem são frutos de uma etnia apenas. Este fenômeno múltiplo deve ser reconhecido na política cultural, principalmente nas manifestações afro-religiosas, nas manifestações étnicas dos indígenas e até na cultura de grupos periféricos.

*É fundamental o investimento em processos mas não será possível uma política cultural sem um formidável investimento em eventos.* Aqui temos de estabelecer uma dinâmica que nem sempre a burocracia pode acompanhar com agilidade e inventiva. Logo aqui as parcerias se fazem imprescindíveis para o sucesso na criação de fatos que demonstrem a liderança da política pública na concepção dos fenômenos culturais, que vivem principalmente de qualidade. Será necessário retomar o estímulo às Bienais, Feiras Internacionais, abrir espaços para o artesanato de excelência, modernizar iniciativas como a Jornada de Cinema etc.

*E certamente uma política cultural para o futuro terá que nos desafiar.* Buscar em nossos inventores a inspiração para criar uma política nas linguagens que apontam para o futuro - como o vídeo, o cinema, a informática, e generosamente oferecer à Bahia esta oportunidade.





# Programa de Ação para a Cultura

**Jorge Antunes**

*Maestro e professor titular de música da UNB*

Um dos maiores objetivos da intervenção governamental no domínio das artes e da cultura será o de dar a todos, ou pelo menos ao maior número de pessoas, a possibilidade de ter acesso às atividades e manifestações de qualidade. Este aspecto da política cultural deverá ser uma das razões para o aumento de dotações orçamentárias para a área.

A política de difusão da arte e da cultura deve, antes de tudo, estar voltada à diversidade social do público. Assim, ela deverá visar ao desenvolvimento das práticas culturais entre aqueles que, em razão de sua condição social ou de seu nível de educação, podem ser considerados como desfavorecidos.

Além disso, as ações de um governo democrático e popular deverão ter por objetivo a diminuição das desigualdades de ordem geográfica, visando a uma melhor repartição da vida artística e cultural sobre o conjunto de todo o território nacional.

Enfim, poder-se-ia concluir que para alargar verdadeiramente o público que tem acesso às artes e à cultura, o caminho será aquele que consiste em dispensar a todas as crianças e adolescentes, uma verdadeira educação artística.

A noção de *paternalismo* do Estado tem sido amplamente combatida não apenas pela militância da área cultural, mas também, hoje, por vários outros setores, até mesmo da direita. Mas na realidade a condenação do paternalismo tem passado por uma grande ausência de reflexão e análise, e se apegua mais a uma argumentação preconceituosa, populista e demagógica.

Os grandes talentos artísticos brasileiros devem ser vistos com especial atenção pelo Estado brasileiro. Sabe-se que eles constituem o grande manancial de uma rica produção cultural. Portanto, cumpre ao Estado neles investir, abraçando uma política de investimento imaterial, tal como aquela aplicada à educação em que o retorno é a longo prazo e não imediatista.



libertação

A Cultura detém uma força latente que o Brasil não pode deixar sem uso: a força de aglutinar o parentesco dos comportamentos e das idéias, a consciência do passado comum e a solidariedade das ambições. É preciso que o Estado brasileiro use esta força, antes que os meios de comunicação de interesses alienantes e alienígenas o façam.

Então, combater o *paternalismo* do Estado frente à Cultura e às Artes deveria ser uma ação em favor do *maternalismo* do Estado. Este, no trato de seus talentos artísticos deve agir como a mãe extremosa que "lambe sua cria", protegendo-a, apoiando-a.

O Brasil precisa da repercussão de seus artistas que brilham com sucesso, com autoridade e com fecundidade. Um governo democrático e popular deverá apoiar o artista brasileiro, com a consciência de que a Cultura e as Artes, melhor do que o Comércio, a Indústria e as Forças Armadas, provocam a admiração e o respeito internacional. É justamente a intensidade deste apoio às artes brasileiras, populares e eruditas, que irá determinar, em termos políticos, a opção entre hegemonia, aliança ou submissão.



#### *PROGRAMA DE AÇÕES*

1. Apoio à criação cinematográfica, musical, plástica, teatral, literária, arquitetural.
2. Implantação abrangente, no território nacional, de centros de criação, de animação e de difusão artístico-cultural, incentivados pelo Estado que lhes garantirá um financiamento parcial.
3. Desenvolvimento do ensino das artes nas escolas e aprimoramento da educação artística.
4. Expansão do acesso aos bens culturais, com a extensão das horas de abertura dos museus, das bibliotecas, dos monumentos, com dotações orçamentárias específicas e recrutamento de pessoal.
5. Descentralização e pluralismo da Televisão e do Rádio, com a regionalização das produções, com quadro de programações estabelecido pelas comunidades locais.
6. Incentivo à promoção das identidades regionais, com as culturas minoritárias respeitadas e ensinadas.
7. Criação de mecanismos de barateamento do livro.

8. Criação de mecanismos que provoquem a presença ativa e a difusão da cultura brasileira além de nossas fronteiras.

9. Criação de um Centro Latino-Americano para a música, e de mecanismos que permitam o intercâmbio da produção cultural latino-americana.

10. Conclusão do Complexo Cultural da Esplanada dos Ministérios da Capital Federal, com a construção das edificações previstas anteriormente, como o Museu do Homem Brasileiro, e outras que contemplem a comunidade cultural nacional nas diferentes áreas do saber.

11. Criação de organismos públicos ou cooperativos nos setores das indústrias culturais, com intervenções corretivas e compensadoras do Estado em face das políticas culturais exclusivamente comerciais de empresas privadas.

12. Alargamento da política de salvaguarda dos bens culturais do passado.

13. Apoio à criação artística.

14. Garantia e apoio ao ensino artístico de nível superior.

15. Ajuda aos artistas vivos, dando-lhes a oportunidade de trabalhar, de criar obras novas e de as divulgar.

16. Criação de condições para que o artista brasileiro possa vir a obter um papel importante no movimento artístico internacional.

17. Enriquecimento do patrimônio nacional de obras representativas da arte de hoje.

18. Busca dos objetivos aqui preconizados com o respeito integral à liberdade de expressão e criação dos artistas, sem exercer a menor censura sobre o conteúdo e a forma, ou de qualquer espécie.

19. Oferecimento de igual oportunidade e apoio ao conjunto de correntes estéticas de criação, sem privilegiar nenhuma.

20. Criação de mecanismos que permitam regular a encomenda de obras aos artistas, a concessão de bolsas de pesquisa e de criação artística e a apresentação pública das obras.

21. Incentivo e apoio à produção artística em que a ambição estética esteja à frente da rentabilidade comercial imediata.





# Propostas do Núcleo Henfil de Cultura

Rio de Janeiro

Todas as propostas a seguir têm como diretrizes:

a) A democratização da relação estado e sociedade civil por meio da co-gestão, estimulando também formas autogestionárias de organização dos trabalhadores e seus aliados;

b) A desprivatização do estado (transição ao socialismo), com o planejamento servindo para que coletivos de trabalhadores estabeleçam relações mais igualitárias no mercado, especialmente contra os monopólios, além do controle da contabilidade pública;

c) A criação de um amplo mercado nacional de "massas" sem prejuízo do intercâmbio internacional.

## 1. REFORMA DO ESTADO

1.1. Unificar os atuais Ministérios da Educação, Comunicações e Cultura num único Ministério, que será o Ministério da Cultura, subordinado ao Planejamento Global e com ênfase na sua relação com a área de Ciência e Tecnologia;

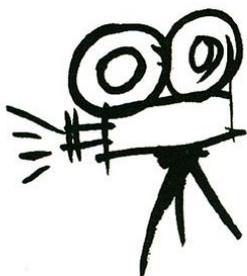
1.2. Criar os **Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Cultura** com representantes de trabalhadores de Instituições Culturais, produtores e usuários eleitos diretamente através de suas organizações de base (centrais, sindicatos, associações etc.). O Conselho Nacional de Cultura será o principal interlocutor entre o Governo Federal e o conjunto da Sociedade Civil no que diz respeito aos projetos a serem implementados pelo Ministério da Cultura, eliminando assim, ou no mínimo dificultando, práticas de favor e clientelismo;

1.3. Tornar mais eficiente a administração com o remanejamento de órgãos, materiais e pessoas (desde que com a devida qualificação) para atividades hoje com insuficiência;

1.4. Modernizar e informatizar o aparelho de Estado integrando unidades do mesmo tipo (por exemplo, bibliotecas) ou de tipos diferentes (bibliotecas e museus, ou museus e videotecas, museus e universidades etc.);



revolução



1.5. Estabelecer convênios, formar redes com instituições governamentais e não governamentais no Brasil e no Exterior visando troca de experiências, informações, co-financiamento etc.

## *2. MEDIDAS OBJETIVAS PARA O MERCADO CULTURAL*

2.1. Criação de recursos através de impostos sobre o Capital Financeiro a fim de criarmos um Fundo Nacional de Cultura;

2.2. Financiamento a Juros subsidiados pelas Instituições Privadas num total a ser estipulado;

2.3. Estimular o cooperativismo como um dos modos privilegiados de organização dos trabalhadores culturais (cinema, teatro, rádios, vídeo, gráfica etc.) estabelecendo, para isto, planejamento com outros ministérios;

2.4. Facilitar custos de importação de materiais ainda não produzidos no Brasil e que sejam de comprovada importância para determinadas atividades culturais. Para isto, serão necessárias ações junto aos Ministérios da Economia visando reduzir tarifas de importação e estimular a criação destes materiais no Brasil;

2.5. Destinar pelo menos 200 milhões de dólares anuais ao Cinema Nacional com obrigatoriedade da produção de no mínimo 100 filmes. Estes recursos seriam repassados aos produtos organizados nos Conselhos já mencionados que decidiriam entre si, quais os projetos a serem implementados através de concursos. Pelo menos 15% destas produções deverão ser de novos cineastas (ainda sem tradição no mercado);

2.6. Destinar pelo menos 20 milhões de dólares ao teatro... idem;

2.7. Destinar pelo menos 20 milhões de dólares à Dança e Artes Plásticas... idem;

2.8. Destinar pelo menos 20 milhões de dólares ao Conselho de Músicos e Cantores Brasileiros com obrigatoriedade da produção e lançamento e distribuição de pelo menos 80 discos, com os mesmos pressupostos já citados.

## *3. DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO*

3.1. Reavaliação de todas as concessões cedidas pelo Estado nos últimos 15 anos, levando-se em conta os seguintes critérios:

. A forma como foi efetuada a concessão;

. Respeito dos concessionários às leis sociais e fazendárias existentes no país;

. Benefícios reais dos concessionários à população.

3.2. Obrigatoriedade da participação dos trabalhadores da cultura e usuários na deliberação do orçamento e da programação anual da concessão e na fiscalização das leis culturais em vigor (programação regional, musicais ao vivo etc.);

3.3. Limitação das Redes Nacionais ao período das 18 às 22 horas, demais horários serão destinados a programações locais no sentido de desenvolver novos pólos culturais;

3.4. Obrigatoriedade da veiculação de no mínimo 30% da programação de filmes nas TVs ao cinema nacional. No caso da concessionária resolver não programar filmes no mês em caráter geral estará obrigada a uma cota mínima de pelo menos 3 (três) filmes nacionais;

3.5. Elaborar proposta de lei no sentido de utilizar o sistema de comunicação da União para transmitir as sessões mais importantes do Congresso Nacional e expor atos do Executivo, além do recurso da cadeia nacional;

3.6. Elaborar projeto-lei que possibilite a organizações populares da Sociedade Civil pleitearem concessões. Ao mesmo tempo, lutar para que as rádios livres e TVs comunitárias ilegalmente em funcionamento conquistem o direito à concessão imediata tendo por critério sua utilidade pública;

3.7. Coordenar com as organizações populares, um fórum de pressão junto ao Congresso Nacional para aprovação de leis mais democráticas em relação a: 1) Nova lei de telecomunicações; 2) Nova lei de imprensa; 3) Novo Código Brasileiro de Radiodifusão; 4) Nova lei de Direitos Autorais; 5) Lei complementar de direito à informação; 6) Lei complementar da publicidade Oficial; 7) Nova lei de concessão do serviço público;

3.8. Criar a Agência Estatal de Publicidade, também submetida a controle público, a fim de criar a propaganda oficial e tratar de seus editais (atualmente uma fonte de corrupção).

#### *4. PRIORIDADE PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA*

4.1. Ampliar a rede pública, revisando o financiamento estatal da rede privada;



4.2. Fiscalizar a rede privada com base num *padrão nacional de qualidade educacional* definido pelo Conselho Nacional de Cultura que avaliará os casos em que houver necessidade de retirar a autorização de funcionamento dos estabelecimentos privados. Nestes casos deverá ocorrer a estatização da escola ou sua administração poderá passar a ser feita por seus trabalhadores e usuários, constituídos em cooperativa ou outro tipo de organização autogestionária;

4.3. Incorporar nos Conselhos Universitários representantes das comunidades locais (municipais e estadual) de modo a realizar programas de extensão e tecnologias adequadas às suas necessidades sem deixar de levar em conta a autonomia da pesquisa "pura".

## 5. OUTRAS PROPOSTAS

5.1. Memória Nacional: estabelecer a partir dos meios multimídia à disposição do Estado, uma programação que aborde a história das lutas dos trabalhadores e de todos os oprimidos (índios, mulheres, negros, homossexuais etc.);

5.2. Aumentar significativamente o conjunto de publicações e meios multimídia que atendam às necessidades dos portadores de deficiência, criando lei definindo um percentual obrigatório também para a iniciativa privada, além de garantir a reforma arquitetônica dos prédios de modo a facilitar o seu acesso;

5.3. Fazer a revisão de todos os livros didáticos ou outras publicações a cargo do Estado no sentido de evitar qualquer preconceito (machista, racista, religioso, étnico, físico ou mental);

5.4. Estabelecer junto com o Ministério da Justiça e forças armadas, uma nova política de formação humanista para os policiais e soldados;

5.5. Tornar o conceito de trabalho objeto de questionamento (O que é trabalho? Arte é trabalho? Quem é trabalhador? etc.);

5.6. Criar Casas de Cultura, autogestionárias, em comunidades carentes desses meios na proporção de uma para dez mil habitantes.

# Premissas e algumas Proposições para uma Política de Cultura

Hamilton Faria  
Valmir de Souza

## Premissas

As nossas proposições de política de cultura partem das seguintes premissas:

- A cultura entendida em sentido abrangente como criação de valores, significados, símbolos, normas, mitos, imagens etc presentes nas práticas cotidianas, nas instituições, movimentos, pensamento, arte. A cultura penetra nos coletivos humanos e nos indivíduos, dos conceitos de trabalho às emoções. Neste sentido cultura é modo de viver, ser, fazer, pensar, valorar, sentir, simbolizar, imaginar das sociedades humanas. Há diferenças na apreensão dos significados culturais, mas há uma certa condição que leva a sociedade inteira a participar dessa mesma criação coletiva. Nesse sentido, consideramos que as dicotomias (popular x erudito, cultura de massa x cultura popular etc) não respondem aos desafios postos pelas sociedades modernas e pela crise civilizatória. Cultura não é somente espetáculo, não é simplesmente arte ou eventos (Chauí), não é área ou departamento, não é definida pela economia de mercado. É criação individual e coletiva das obras de arte, do pensamento, dos valores, dos comportamentos e do imaginário.
- Vivemos hoje uma crise civilizatória que atravessa todas as instâncias da vida em sociedade - uma crise de caráter cultural da visão de mundo do homem contemporâneo. A miséria, o desequilíbrio ambiental, a desumanização das relações são manifestação desta crise.
- A superação da opressão e da dominação e a construção de valores para uma sociedade livre e fraterna fazem parte do mesmo movimento. Portanto a construção cultural e a mudança da vida social e política são realidades inseparáveis.
- Uma política de cultura deve compreender que há múltiplas formas de saber "não científicas" que emergem dos grupos



transição

sociais, movimentos, instituições e pessoas e da própria tradição dos povos, de grande importância para a compreensão e mudança do mundo contemporâneo.

Portanto, uma política de cultura deve estimular o diálogo cultural entre a ciência e os demais saberes, inclusive com as tradições místicas e outras "texturas selvagens do pensamento" portadoras de conhecimentos milenares.

É necessário compreender que o cidadão deve ter acesso ao patrimônio da humanidade e não apenas ao conhecimento moderno e ocidental. O diálogo de saberes pode contribuir para a compreensão dos impasses contemporâneos e para compor um ser humano pleno.

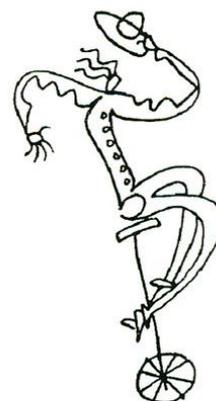
- Uma política de cultura deve estimular a vida solidária em sociedade, ampliando o entendimento da pessoa para além do ser econômico, trabalhador e consumidor. O homem-mulher é um todo indivisível voltado para a construção da vida e da felicidade.
- Uma política de cultura deve ser referida não apenas à inclusão dos excluídos no mercado de consumo (embora isto seja importante num país que vive o apartheid social), mas principalmente à criação social em todos os níveis (político, científico, artístico, econômico etc)
- Somente a criação individual e coletiva será capaz de enfrentar a crise civilizatória e impulsionar a sociedade brasileira não para a modernidade tardia mas, para através das experiências, refundarmos um país com sua singularidade e diversidade.
- A promoção da diversidade é aspecto central de uma política de cultura. A sociedade é um tecido de relações de classe, etnia, gênero, e demais singularidades. A vivência do diverso é a base da cidadania.
- Os processos culturais e a cidadania são indissociáveis. Não há construção de uma nova cultura sem a promoção da cidadania. E não há cidadania efetiva que desconheça os valores culturais.
- A democracia política, econômica e social é indissociável de uma cultura que promova o desenvolvimento dos seres humanos.
- A ética ressignifica o conceito de democracia e a diversidade sinaliza para um conceito mais amplo de cidadania.
- Uma política de cultura deve olhar o local como espaço privilegiado da construção democrática e da cidadania. Mas

não deve desconhecer a importância da cidadania mundial que transcende o conceito de pátria e nação nos colocando como cidadãos do mundo compartilhando valores fraternos com todos os povos e raças.

- Uma política de cultura está ligada aos valores ecológicos que defendem o direito à existência de todas as formas de vida. Portanto, deve estimular a criação de uma cultura da vida.
- Uma política de cultura deve ser implementada pelos organismos e movimentos da sociedade civil e pelos governos como um todo, não apenas pelas pastas da cultura. A política de cultura dá um sentido integrador às ações da administração e da vida em sociedade.
- Uma política de cultura deve estimular os setores sociais a participarem dos processos culturais garantindo a sua autonomia de criação e a presença decisória nos órgãos governamentais.
- A política de cultura deve dar especial atenção à cultura política. Hoje, esta cultura legitima a privatização do Estado através do clientelismo e do patrimonialismo (o Estado como patrimônio das elites), a falta de transparência nas ações governamentais, a postura autoritária e burocrática e a falta de ética na vida pública.  
É a atual cultura política que dá sentido à idéia de que o Estado pertence aos políticos e não à cidadania.  
Portanto uma política de cultura deve embasar a refundação do estado e a democratização das relações Estado-sociedade.
- A gestão democrática da cultura deve possibilitar a democratização do acesso aos bens culturais já existentes e à criação cultural da sociedade abrindo caminhos para a viabilização de uma democracia cultural.
- O diálogo da cultura e da natureza, dos homens-mulheres entre si e da sociedade com seus mitos devem ser considerados como elementos fundantes de uma existência social plena.

### **Proposições**

Apresentamos a seguir algumas proposições que entendemos servirem de subsídio para a formulação de uma política de cultura. Concordamos com a maior parte das propostas de políticas culturais apresentadas nesta publicação. Muitas delas têm sido objeto do nosso debate e intervenção pública. Não as repetiremos neste texto para evitar possíveis redundâncias.



## 1. DESENVOLVIMENTO

- Os planos de desenvolvimento devem levar em conta a questão da identidade cultural e a escala humana da industrialização.
- Promover a reflexão sobre os paradigmas do desenvolvimento e os caminhos do país, do estado e do município para o desenvolvimento humano.
- Estimular o planejamento para o desenvolvimento a estabelecer políticas públicas com valores culturais que levem em conta a cidadania cultural.
- Cada esfera de Governo deve propiciar a formação de seu corpo técnico incluindo nos seus planos de ação a dimensão cultural.
- Pensar os planos de desenvolvimento municipal respeitando as diversidades regionais e locais.
- Propor a inclusão da questão cultural nos planos diretores municipais, nos planos de governo e nos fóruns de reforma urbana.

## 2. CIDADES

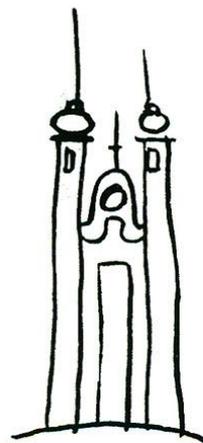
- Estimular uma visão de cidade que equilibre o tradicional e o moderno, a memória e o novo. Um traçado urbano que contemple, não a rotina da pressa nem a circulação de veículos, mas a descontração e o equilíbrio.
- Promover a revitalização dos centros urbanos, resgatando as ruas para o pedestre e revertendo a cultura automobilística. Deve-se estimular a apropriação pública dos centros urbanos, a democratização dos centros comerciais, calçadas e passeios, ruas fechadas, espaços de lazer e cultura.
- Criar nas cidades espaços com "sentidos fortes de sociabilidade", praças e ruas como lugar do encontro.
- Recuperação da identidade dos bairros e das pequenas cidades.
- Estimular uma cultura voltada para a construção de espaços coletivos e ecológicos (praças, jardins, árvores etc) nos projetos habitacionais dos bairros, reurbanização de favelas etc.

### 3. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MEMÓRIA

- Questionar a visão celebrativa e monumentalista de interesse das elites e do Estado.
- Preservar os espaços culturais e monumentos apropriados pela população e os espaços afetivos do cotidiano.
- Recuperar a memória oral das cidades, dos grupos, movimentos e pessoas.
- Restaurar e refuncionalizar espaços, equipamentos históricos e museus com o intuito de democratizar o acesso da população, inclusive ampliando o horário de atendimento.

### 4. MOVIMENTOS SOCIAIS, CULTURAIS E ETNIAS

- Apoio aos movimentos sociais em suas lutas pela melhoria das condições de vida em sociedade, espaço privilegiado de formação de uma cultura da vida e da cidadania.
- Valorizar os movimentos de mulheres e sua contribuição inestimável para a construção de novos valores culturais para o entendimento do humano.
- Estimular a abertura da sociedade para as culturas negra e indígena, bases da nossa formação cultural. Reforçar suas expressões artísticas, sua cozinha, suas práticas religiosas e de cura, seus mitos, rituais e tradições: Criar casas da memória afro-brasileira e da memória indígena em todas as regiões do país.
- Valorizar os movimentos ambientalistas e de defesa da vida.
- Apoio aos movimentos "Ética na Política" e "Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida" portadores de práticas e valores de uma nova sociabilidade.
- Criar espaços para os diversos segmentos e grupos sociais: homossexuais, idosos, jovens, deficientes físicos, portadores da diferença não aceita pela nossa cultura tradicional.
- Apoio aos movimentos e grupos de artistas e produtores de cultura com presença nas grandes e pequenas cidades e nas regiões rurais, ligados a várias linguagens: poesia, música, teatro, cinema, mímica, rádio, artes plásticas etc. Atenção



especial àqueles não consagrados e sem acesso a patrocínios.

- Revalorização e incentivo ao folclore é de suma importância por ser uma prática que traz consigo tradições ecléticas e sincréticas : em suas festas, preserva a memória social de comunidades, além de transmitir seus valores. A cultura folclórica não pode ser vista como algo secundário pelas gestões públicas da cultura, pois além do aspecto da preservação cultural o folclore, através de festivais e concursos, pode dinamizar economicamente algumas regiões mais afastadas dos grandes centros.

## 5. VALORES

- Desencadear campanhas de educação pela não-violência nas escolas, nas ruas, nos bairros, nos quartéis e presídios etc. Reforçar toda ação pública coletiva e individual que proponha medidas contra a cultura do medo e da violência.
- Estimular valores de cooperação e solidariedade na vida social. O Estado deve incentivar todas as formas para a criação de valores humanos na sociedade.

## 6. EDUCAÇÃO E CULTURA

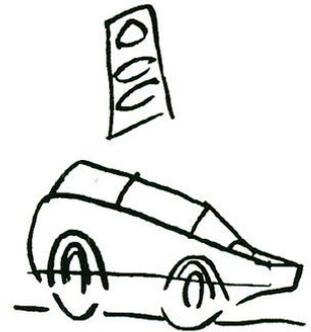
- A educação deve contribuir para a construção da cidadania para uma sociedade que se pauta por um desenvolvimento dos valores éticos e solidários.
- A educação deve contribuir para aproximar as culturas científica e humanista estimulando a complementariedade entre ciência e tradição nos processos educacionais.
- Reconhecer e apoiar a educação não-formal presente nos movimentos sociais, moradores de rua, meninos de rua, camponeses, indígenas, sindicatos e outras formas de educação popular.
- Incentivar a relação escola-comunidade.
- Promover a integração da escola e das comunidades com os museus, criando serviços educativos que possam fazer a ponte entre os órgãos públicos de cultura e de educação.

## *7. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS ÓRGÃOS DE CULTURA*

- Participação majoritária da sociedade civil nos Conselhos Municipais de Cultura, Conselhos de Desenvolvimento Cultural, Conselho Nacional de Cultura.
- Participação dos cidadãos, agentes e criadores em Fóruns Regionais de Cultura para definição de políticas culturais e ação dos equipamentos do Estado.
- Criação de um Fórum Intermunicipal de Cultura (proposta pelo Pólis nesta publicação).
- Gerenciamento público de equipamentos culturais pela sociedade civil (ex. Cinema Paradiso).
- Transparência e visibilidade das verbas e fundos públicos de cultura.

## *8. DESCENTRALIZAÇÃO DA CULTURA*

- Descentralizar a ação cultural criando órgãos regionais de cultura (nível nacional) e órgãos locais (municipais), desdobrando e multiplicando a ação das secretarias. A descentralização permite uma ação cultural mais profunda e sensível às realidades locais e formação de redes com os múltiplos atores: movimentos sociais, sindicatos, administrações regionais, movimentos de mulheres, ecológicos, étnicos, artistas, associações, bibliotecas, pessoas etc.



## *9. CULTURA POLÍTICA*

- Estimular a criação de fóruns municipais de ética visando à elaboração de uma cultura política democrática e fiscalização do uso da coisa pública.
- Estimular a presença nos organismos do Estado de movimentos sociais e culturais e do cidadão individual como agentes de mudanças na sociedade e na representação democrática.
- Apoiar e divulgar experiências de gestão democrática.

#### *10. TEMPO LIVRE*

- O equilíbrio entre uma cultura do tempo livre e uma cultura do trabalho é fundamental para o desenvolvimento auto-sustentável. O tempo livre pode ser usado para a criação artística, leitura, reflexão, descontração, amor, ter contatos com o ser, ser livre, amizades, contatos com a Natureza, participação na vida comunitária, criação de um sentido de pertencimento e de solidariedade, práticas espirituais, enfim, reapropriar-se da vida, contrariando a ética de um mundo-máquina e fazendo emergir valores essenciais para a sociedade. Neste sentido, é importante que o Governo reavalie a jornada de trabalho e os movimentos continuem lutando pela sua redução. Por outro lado, o lazer deve ser incorporado definitivamente na política de cultura.

#### *11. AÇÃO INTERSECRETARIAL E INTERMINISTERIAL*

- Considerando que a cultura perpassa todas as instâncias da vida em sociedade, a ação conjunta de ministérios e secretarias torna-se proposta relevante de trabalho: das ações políticas a planos de desenvolvimento global. Também é possível a realização de trabalhos conjuntos de secretarias (municipais e estaduais) e os ministérios para o melhor aproveitamento de recursos e equipamentos públicos.

#### *12. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO*

- As parcerias público-privado devem tomar um direcionamento que facilite certos trabalhos ligados ao Patrimônio Histórico e Cultural, mas também colocando a possibilidade de a empresa privada participar em projetos ligados às ações culturais realizadas pelo Estado. Não se deve esquecer, porém, a dimensão ética das atividades da empresa em relação à apropriação do espaço público, enfatizando o papel social de um empreendimento cultural.

#### *13. ARTICULAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS*

- Estimular a inclusão das políticas de cultura na ação das ONG's (Organizações não governamentais).

- Articular as questões ambiental e cultural nas conferências nacionais e internacionais.
- Propor a continuidade dos encontros da UNESCO para o debate do desenvolvimento e sua relação com a cultura.
- Reforçar a idéia presente em alguns movimentos nacionais (Movimento Nacional de Direitos Humanos) e algumas agências internacionais de cooperação que inclui os direitos culturais como direitos humanos.

#### *14. PESQUISA*

- Desenvolver pesquisa mapeando grupos culturais das cidades e regiões. Para isso, é importante a criação de cadastros culturais que registrem os diversos grupos, movimentos, comitês, fóruns que tenham atividades culturais. Faz-se necessária a divulgação ampla desses registros.
- Pesquisar comportamentos dos fruidores de cultura (arte): razões da utilização dos equipamentos, horários, mercados de cultura etc.
- Levantamento de parceiros da iniciativa privada que contribuam com a arte e a cultura pautados por valores éticos.
- Criação de instituições que mantenham fóruns e grupos de estudo e reflexão relacionados à cultura contemporânea, alargando o campo de atuação dos conceitos sobre cultura.

#### *15. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO*

- Apoio ao Projeto de Lei n. 2735/92 ("Lei da Informação Democrática"), em trâmite no Congresso Nacional, do qual destacamos alguns pontos divulgados pelo Fórum Nacional de Democratização da Comunicação:

**Liberdade de transmissão municipal.** Emissoras comunitárias de rádio e televisão, de alcance municipal, sem fins lucrativos, poderão ser instaladas apenas mediante registro no cartório local.

**Direito à informação.** Todas as pessoas terão liberdade de acesso às informações existentes em repartições públicas de qualquer natureza.

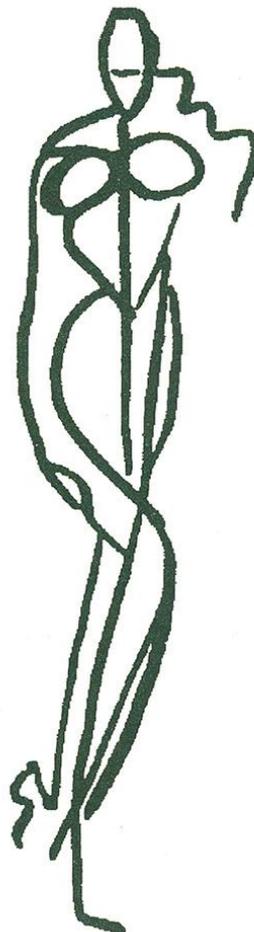
**Direito de antena.** Entidades e movimentos de caráter estadual ou nacional terão direito à horário gratuito no rádio e na televisão.

**Fim do monopólio e da multimídia.** Ninguém poderá controlar mais de 30% da comunicação social em um Estado ou no país. Ninguém poderá ter rádio, jornal ou revista, e televisão ao mesmo tempo.

**Garantias profissionais.** Jornalistas, radialistas e artistas poderão invocar a cláusula de consciência contra tarefas contrárias à ética profissional e ao interesse público. Jornalistas terão o direito de assinar suas matérias, de guardar o sigilo da fonte e a participar do Conselho Editorial.

**Rádios e tevês públicas.** Cada município terá direito ao menos a uma emissora de rádio e outra de televisão a serviço da cultura, das artes, do jornalismo e da educação. Serão emissoras públicas (nem governamentais nem privadas) administradas pela própria sociedade através de fundações.

**Regionalização da produção.** Quarenta por cento da programação das emissoras de rádio e televisão serão ocupadas por produção local e regional.



# Carta de Cultura

A política cultural deve considerar a cultura na totalidade da vida social, evitando as visões reducionistas, geralmente deformadas ou deformadoras da cultura.

A política cultural deve levar em conta a constante interação entre o valor cultural e o valor econômico: o patrimônio cultural e ambiental urbano, por exemplo, são de grande importância nas estratégias e nos projetos de revitalização de áreas dotadas de valor cultural, em oposição à especulação imobiliária.

A política cultural não deve ser utilizada como instrumento de controle político.

A política cultural não deve estabelecer diferenciação entre formas de cultura, opondo-se à tendência de estimular apenas a cultura universitária tecnicista e a indústria cultural, mas ignorar as várias formas de cultura popular.

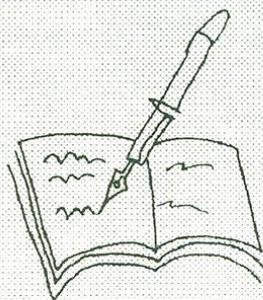
A política cultural não deve estabelecer graus de hierarquia entre a produção e o consumo de bens culturais.

A política cultural deve facilitar o acesso de todos ao consumo cultural, dentro do espírito de democratização da cultura.

A política cultural não deve ser utilizada como instrumento de controle técnico e burocrático.

A política cultural constitui importante base para a interação entre cultura e desenvolvimento sustentável, solidário e humano, com o respeito à identidade cultural dos povos.

A política cultural deve integrar a cultura da paz, dos direitos humanos e da democracia como um todo indivisível, ou seja, que abrange os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais etc.



Premissas estabelecidas na **Carta de Cultura** para a elaboração de uma política cultural, produzida pela Câmara de Cultura do Conselho de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (USP). "Calendário Cultural da USP"- Julho/94.



# Fórum Intermunicipal de Cultura

O Instituto Pólís tem se dedicado desde a sua fundação, à pesquisa e intervenção no campo das Políticas Sociais nas cidades, e tem feito estudos de gestão democrática da cultura em nível municipal.

Consideramos que o espaço dos municípios é vital para as transformações culturais necessárias para o fortalecimento democrático, a melhoria da qualidade de vida e a criação em todos os níveis. Consideramos também a necessidade de fortalecer o espaço público para criar referências ao debate, à reflexão e à ação culturais.

Neste sentido, o Instituto Pólís convida os gestores e administradores de cultura, técnicos, agentes culturais, produtores e criadores de cultura para organizar o Fórum Intermunicipal de Cultura. Este Fórum pretende:

- . formar uma rede constituída por gestores e administradores de cultura, técnicos, agentes, produtores e criadores culturais;

- . trocar experiências sobre a ação cultural, a democratização da gestão e as políticas de cultura nos municípios;

- . desenvolver atividades temáticas de interesse comum aos municípios participantes do Fórum;

- . debater os desafios do desenvolvimento e sua relação com a questão cultural.

Aos interessados em participar do **Fórum Intermunicipal de Cultura** solicitamos preencher os itens abaixo e nos enviar para futuras comunicações sobre o evento:

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Tel: \_\_\_\_\_

Fax: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_



---

# PUBLICAÇÕES PÓLIS

01. **Reforma Urbana e o Direito à Cidade**
02. **Cortiços em São Paulo: O Problema e suas Alternativas**
03. **Ambiente Urbano e Qualidade de Vida**
04. **Mutirão e Auto-Gestão em São Paulo: Uma Experiência de Construção de Casas Populares**
05. **Lages: Um Jeito de Governar**
06. **Prefeitura de Fortaleza Administração Popular: 1986/88.**
07. **Moradores de Rua**
08. **Estudos de Gestão: Ronda Alta e São João do Triunfo**
09. **Experiências Inovadoras de Gestão Municipal**
10. **A Cidade Faz a sua Constituição**
11. **Estudos de Gestão: Icapuí e Janduís**
12. **Experiências de Gestão Cultural Democrática**
13. **As Reivindicações Populares e a Constituição**
14. **Participação Popular nos Governos Locais**
15. **Urbanização de Favelas:  
Duas Experiências em Construção**
16. **O Futuro das Cidades**

## Números Especiais

- **Ordenamento Jurídico: Inimigo Declarado ou Aliado Incompreendido?**
- **Alternativas Contra a Fome**

## Próximo Número

- **Santos 1989-1992: O Desafio de ser Governo**
-



---

## Revista Pólis - Assinatura

Solicito uma assinatura de quatro números da Revista Pólis.

Pagarei pela assinatura 14 reais (Brasil), 28 reais (exterior)  
através de cheque nominal

ENDEREÇO: Instituto Pólis  
Rua Joaquim Floriano, 462  
Tel: 820-2945  
04534-002 - São Paulo - SP





---

# PÓLIS

Instituto de Estudos, Formação e  
Assessoria em Políticas Sociais

O PÓLIS é uma entidade civil, sem fins lucrativos, apartidária e pluralista. O seu objetivo geral é a reflexão sobre o urbano e a intervenção no espaço público das cidades, contribuindo assim para a radicalização democrática da sociedade, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação dos direitos de cidadania.

Sua linha de publicações visa abrir um canal de debates sobre um conjunto de estudos e pesquisas centradas na questão urbana. Volta-se, portanto, para subsidiar ações e reflexões de múltiplos atores sociais que hoje produzem e pensam as cidades na ótica dos valores democráticos de igualdade, liberdade, justiça social e equilíbrio ecológico. Seu público-alvo são os movimentos e entidades populares, ONGs, entidades de defesa dos direitos humanos, sindicais, de estudos e pesquisas urbanas, prefeituras e órgãos formuladores de políticas sociais, parlamentares comprometidos com os interesses populares e universitários.

A temática destes estudos fundamenta-se nos campos de conhecimento que o PÓLIS definiu como prioritários em seu trabalho:

**Gestão Democrática, Poder Local e Políticas Públicas** — envolvendo temas como democratização da gestão municipal; descentralização política; reforma urbana; experiências de poder local; políticas públicas.

**Participação Popular e Construção da Cidadania** — envolvendo temas como participação; lutas sociais urbanas; conselhos populares; mecanismos jurídico-institucionais de participação; direitos de cidadania.

**Meio Ambiente e Qualidade de Vida** — envolvendo temas como meio ambiente urbano; saneamento ambiental; educação ambiental; políticas ambientais; estilos de desenvolvimento e aspectos político-culturais da qualidade de vida urbana.

**Cultura Urbana** — envolvendo temas como políticas culturais; cultura popular; o imaginário das cidades; valores e comportamentos dos cidadãos, cultura política; memória urbana; o fazer cultural nas cidades.

Estes campos de conhecimento são trabalhados na dimensão local e apresentam três eixos como referencial analítico: a discussão sobre a qualidade de vida; a busca de experiências inovadoras e a formulação de novos paradigmas para a abordagem da questão urbana e local.

O PÓLIS, para isso, além das publicações, se utiliza de instrumentos como seminários, cursos, workshops, debates, vídeos, pesquisas de opinião e pesquisas aplicadas. Possui uma equipe de profissionais habilitados para responder às exigências técnicas e às demandas próprias para a construção de um projeto democrático de gestão municipal.

---





**Números Anteriores:**

- Urbanização de Favelas
- O Futuro das Cidades

**Próximo número:**

Santos 1989 - 1992:  
O Desafio de ser Governo

---